

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
272ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 13 de Dezembro de 2023

(Quarta-Feira)

Às 13 horas e 55 minutos

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 192 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Nos termos do parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

BREVES COMUNICAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Passa-se às Breves Comunicações.

Quero chamar, primeiramente, o eminente Deputado Charles Fernandes, que seguidamente tem sido substituto na presidência da sessão, tem nos honrado, tem nos apoiado e tem sido nosso Presidente *ad hoc*.

Tem a palavra V.Exa., eminente Deputado Charles Fernandes.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Presidente Pompeo de Mattos. É uma honra falar sob a Presidência de V.Exa.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é sempre com muita alegria que registro desta tribuna notícias que são destaque e mostram o potencial da educação como força transformadora, sobretudo quando vemos jovens de escolas públicas do Sertão, do sofrido Sertão da Bahia, conquistarem mais espaços na sociedade.

Quero parabenizar os jovens estudantes que foram selecionados pelo Programa Deputado Jovem Baiano, da Assembleia Legislativa da Bahia, especialmente o jovem guanambiense Mateus Pereira, de 18 anos, filho de agricultores familiares, aluno do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde e Gestão. Mateus é participante ativo do associativismo rural e entusiasta dos projetos para a melhoria da agricultura familiar.

Meus parabéns a ele e aos demais representantes do Sertão produtivo por essa conquista, pela determinação, pela vontade de vencer, como tem a maioria dos filhos de agricultores familiares do Sertão da Bahia.

Registro meu parabéns a Mateus Pereira, neste momento, na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, acabei de falar, há poucos instantes, com o Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, Osni Cardoso. Ontem nós já havíamos nos falado depois de audiência no Ministério da Agricultura e estivemos juntos também na segunda-feira, na CONAB, com o Presidente Edegar, para relatar a grave crise que enfrenta a região sudoeste da Bahia com relação à seca. Pedimos toda a agilidade com relação ao envio de milho para aquela região, a fim de que ele chegue à cidade de Guanambi e seja distribuído aos agricultores e pecuaristas dos Municípios da região.

O Secretário Osni me ligou há poucos instantes, e eu quero aqui fazer um agradecimentos ao pecuarista e agricultor Luiz Carlos Fernandes de Souza, um dos mais antigos e um dos grandes entusiastas da irrigação naquela região, porque ele prontamente disponibilizou seus galpões para receber o milho da CONAB ou da Secretaria de Estado da Bahia.

Nobre Presidente, há um grande esforço sendo feito pelo nosso Governador e toda a equipe de governo para que possamos receber milho da CONAB para amenizar o problema da alimentação do gado na nossa região. Assim, agradeço ao Luiz Carlos a contribuição. Espero que nos próximos dias o milho comece a chegar à cidade de Guanambi e a toda a região.

Agradeço a oportunidade a V.Exa., Presidente, e peço a divulgação do meu pronunciamento em todos os meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Charles Fernandes. A Mesa acata a solicitação V.Exa. de divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

A próxima inscrição é do Deputado Luiz Lima, do PL do Rio de Janeiro.

Deputado Luiz Lima, peço vênica a V.Exa. para fazer uma apresentação, se V.Exa. me permitir.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Gostaria de fazer a apresentação de uma visita ilustre e extremamente importante para esta Casa.

A corte da vindima da nossa querida Flores da Cunha, cidade que em breve será centenária e tem uma história muito linda e uma festa muito bonita. É uma das festas mais bonitas do Rio Grande do Sul, quicá do Brasil.

Estão presentes aqui conosco a Bruna Marini, que é princesa; a Paula Bebbler, que é a rainha; e a Caroline Lovison, que é também princesa. Além delas, está aqui também o Vice-Prefeito Marcio Rech. Sejam bem-vindos!

Flores da Cunha é a terra de Heleno Libone, que foi um grande Prefeito, um grande amigo, de saudosa memória, de quem eu carrego no coração a trajetória pela amizade.

Eu quero parabenizar vocês. Sejam todas muito bem-vindas ao Parlamento nacional! Eu sou gaúcho e sinto um orgulho muito grande de ver a beleza da mulher gaúcha se apresentando aqui a olhos vistos de todo o mundo. E não é só a beleza, mas também a inteligência, o preparo, o tirocínio, a disposição, a garra, a luta da mulher gaúcha, que temos que celebrar, até porque, quando jovens, são muito lindas, continuam lindas, mas cada vez mais preparadas, mais inteligentes e mais capazes para celebrar a vida.

Então, sejam bem-vindas! Muito obrigado. A Mesa Diretora, o Parlamento nacional, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados agradecem a vocês a visita.

Sejam bem-vindas!

Deputado Luiz Lima, tem a palavra V.Exa.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos. É uma honra ter a sessão presidida pelo senhor.

Presidente Pompeo, encerram-se hoje, praticamente, as atividades da Comissão do Esporte. Eu quero agradecer ao meu partido, o PL, por ter me indicado à Presidência da Comissão. Foi uma honra.

Eu sempre digo que o esporte é o movimento humano com maior força para unir as pessoas. E realmente une.

A Comissão do Esporte é uma das 30 Comissões Permanentes desta Casa. Nós ficamos em terceiro lugar em número de reuniões, de eventos, de audiências públicas, com 93 edições. Graças a Deus, conseguimos estabelecer uma relação muito positiva entre o Ministério do Esporte, o Executivo e o Legislativo e conseguimos aprovar e alterar leis em benefício do esporte. Fizemos, neste ano, o 1º Fórum do Esporte, que foi um sucesso e contou com a adesão de vários Secretários Estaduais e Municipais do Esporte.

Então, eu quero agradecer ao Líder do Partido, o Deputado Altineu Côrtes, do Rio de Janeiro, por ter me indicado. Por ser professor de educação física e atleta olímpico de natação, foi um presente, depois de 5 anos de mandato nesta Casa, presidir a Comissão do Esporte.

Presidente Pompeo, volto ao assunto do dia de hoje, 13 de dezembro: a sabatina no Senado. O Ministro da Justiça, Flávio Dino, está sendo interrogado, questionado, está respondendo perguntas dos Senadores.

Mais uma vez, eu gostaria de dizer o que eu disse aqui em 2021, na última indicação do Presidente Bolsonaro, mesmo sendo Líder do Governo, quando foi indicado o Ministro André Mendonça: o Brasil não está preparado para o Presidente indicar um Ministro, seja qual for o Presidente. Juízes de carreira é que deveriam ocupar as vagas de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ministro não pode ter envolvimento político.

O caso do Ministro da Justiça, Flávio Dino, é um erro no nosso processo — não estão cometendo erro algum. Trata-se de um ex-filiado do PT. O Ministro Flávio Dino se filiou ao PT com 19 anos, em 1987, e fez campanha para o então candidato Lula em 1989. Há foto disso nas suas mídias sociais. Foi filiado ao PCdoB, é filiado ao PSB, é comunista declarado, marxista declarado, segue o que Lenin pregava. E o que Lenin pregava era justamente a não manutenção de um Congresso Nacional.

O nosso currículo é feito através das nossas ações. Eu duvido muito que as convicções de qualquer pessoa sejam interrompidas, principalmente quando se chega aos 55 anos de idade.

É primordial que este Congresso altere a nossa Constituição, para que Ministros tenham mandato de 8 anos, para a nossa democracia ficar mais saudável, mais transparente, mais leve, e para que juízes em fim de carreira ocupem a vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Luiz Lima.

Eu quero conceder 1 minuto, primeiramente, ao nosso Deputado Darci de Matos, catarinense que, não por acaso, é meu parente.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu primo, eu quero dizer que estamos recebendo, nesta tarde, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, a presença ilustre do Prefeito Diogo, do Município de Canelinha, que é a "capital da cerâmica" no Estado, e a presença do ex-Presidente da Câmara de Vereadores Flávio Buzzi, empresário e advogado da cidade de Timbó, que é considerada a "Pérola do Vale". O Vereador estará aqui conosco durante toda a semana.

Eu estou repassando 1 milhão de reais em emenda ao Hospital Oase, para ajudá-lo a comprar equipamentos. Ao todo, ele conseguiu 3 milhões e 700 mil reais em emendas de Senadores e Deputados.

Flávio, seja bem-vindo. Leve um abraço àquele povo ordeiro, hospitaleiro e, sobretudo, trabalhador da cidade de Timbó.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Darci de Matos.

Concedo a palavra ao Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar que está aqui ao meu lado o Vereador Joilson Broedel, Presidente da Câmara Municipal de Viana, a Câmara mais transparente do Espírito Santo, que recebeu o Selo Diamante em transparência pública.

Joilson Broedel foi meu Secretário quando eu fui Prefeito de Viana e hoje é o Presidente do Poder Legislativo da cidade, onde faz um grande trabalho. Ele está construindo em Viana a sede do Poder Legislativo, uma sede sustentável, voltada para a cidade. No Centro da cidade, hoje se consolida um prédio lindo, moderno, para atender não só o Poder Legislativo, mas também a população de Viana.

Portanto, o Joilson faz um grande trabalho, é um grande Presidente, lidera os Vereadores de Viana e ajuda o Prefeito Wanderson Bueno no seu mandato, votando e aprovando projetos importantes para a cidade.

Hoje, na Câmara dos Deputados, na Casa do Povo, na Casa dos brasileiros, ele recebe o nosso abraço e o nosso carinho pelo trabalho que está realizando na cidade de Viana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Já está na tribuna a Deputada Yandra Moura, jovem Deputada de Sergipe, que, aliás, faz parte também do PARLASUL, o Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu.

Tem a palavra V.Exa., com muita honra.

A SRA. YANDRA MOURA (Bloco/UNIÃO - SE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, colegas Deputados que aqui estão, subo a esta tribuna no dia de hoje para destacar a importância de 2023 para a minha vida, já que foi um ano de muitas conquistas e grandes aprendizados.

Mais importante do que isso, venho aqui fazer um balanço do nosso mandato, que generosamente o povo sergipano me concedeu, elegendo-me a Deputada mais votada da história do Estado de Sergipe entre homens e mulheres. Mais de 130 mil sergipanos depositaram sua confiança nesta sergipana que está nesta tribuna hoje.

É uma oportunidade de agradecer a Deus, a todos os colegas Deputados, a todos que trabalham aqui na Câmara dos Deputados, aos colaboradores desta Casa e aos meus assessores, que tornaram mais tranquilo o desafio nesses primeiros meses de mandato e fizeram com que este mandato fosse motivo de muito orgulho.

Em menos de 1 ano de mandato, protocolamos mais de 25 projetos de lei nesta Casa e aprovamos 4 projetos neste Plenário. Eu fico muito feliz de contribuir para o Poder Legislativo do meu País.

Fui Relatora do Projeto de Lei nº 1.213, de 2022, aprovado nesta Casa na semana passada, que dispõe sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal. Eu me tornei Vice-Líder do meu partido, o União Brasil, e Vice-Líder do maior bloco partidário desta Casa. Participo, com muito orgulho, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a Comissão mais importante desta Casa; da Comissão de Finanças e Tributação; da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; da Comissão de Cultura; da Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais; e da Comissão Externa sobre a Situação dos Municípios que Perderam Recursos do FPM. Presidi a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2021, que tratou de perda de nacionalidade. Consegui, com o apoio de V.Exas., colegas Parlamentares, implantar a Frente Parlamentar para o Fortalecimento da Mulher. Assumi a Coordenação Geral do Observatório Nacional da Mulher na Política, aqui na Câmara dos Deputados, ao lado da Deputada Benedita da Silva, que coordena a nossa Secretaria da Mulher, e da Deputada Soraya Santos, a nossa Procuradora da Mulher. Nós três juntas formamos a Secretaria da Mulher desta Casa.

Fui nomeada uma das representantes do Brasil no PARLASUL — Parlamento do MERCOSUL e, recentemente, representando esta Casa, participei da COP 28 — Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, na qual o Brasil esteve presente nas mais importantes discussões em papel de destaque para o mundo, sobretudo para as nossas cidades.

Quero agradecer mais uma vez e, sem me estender aqui no tempo, falar também do primeiro ano de mandato muito produtivo do nosso Governador Fábio Mitidieri, meu querido amigo Fábio Mitidieri.

Vou citar as principais ações do nosso Governo do Estado: lançamento do Programa Primeiro Emprego Sergipe, que abriu portas para os jovens que necessitam ingressar na vida profissional e se tornar independentes financeiramente; redução da fila de espera por cirurgias eletivas no Programa Opera Sergipe e no Programa Enxerga Sergipe; entrega de 25 obras na educação, entre escolas e quadras esportivas; entrega da ponte que liga as cidades de Tobias Barreto e Itabaianinha; ampliação da transferência de renda pelo Cartão Mais Inclusão, inclusive, minha gente, com foco nas mães solo; ampliação dos leitos pediátricos do Hospital de Urgências de Sergipe Governador João Alves Filho, a principal unidade hospitalar do nosso Estado; implantação do selo SISBI para os produtores de leite, que aumentou a valorização do leite sergipano no mercado da nossa bacia leiteira; abertura de novos concursos na EMDAGRO, para procurador, e na SERGAS; adoção do camarão na merenda escolar, um avanço para o produtor local e para a nutrição dos alunos. E ontem nós estivemos com a Secretária da Pesca para que possamos incluir cada vez mais nossa carcinicultura na merenda escolar do nosso Estado e do País. Houve também um investimento recorde no turismo.

Quero finalizar ressaltando que, em 2024, muito mais será feito para melhorar a vida de sergipanos da nossa Capital Aracaju e do interior.

Que Deus nos abençoe neste novo ano que está por vir!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este discurso seja registrado nos Anais desta Casa e veiculado nos canais de comunicação, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Yandra Moura. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para a divulgação do seu discurso no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação social da Casa.

Eu sei que já está ali reivindicando um espaço o Deputado Jorge Solla, mas as próximas inscrições da lista aqui, depois do Deputado Luiz Lima, são do Deputado Chico Alencar, que não está presente, do Deputado Coronel Chrisóstomo, que não está presente, e do Deputado Idilvan Alencar.

Eu queria assumir um compromisso com V.Exa., Deputado Jorge Solla, de, depois do Deputado Idilvan... A não ser que V.Exas. se entendam aí.

Deputado Jorge Solla, tem a palavra V.Exa., então, até porque é um decano também.

Agradeço a generosidade do Deputado Idilvan Alencar, que fez essa concessão e é o próximo inscrito.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla. Em seguida, eu concedo 1 minuto ao Deputado que está no microfone de aparte.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Idilvan. Infelizmente, neste momento, neste microfone, com imenso pesar registramos o falecimento hoje do nosso colega ex-Deputado Federal Luiz Alberto, do Partido dos Trabalhadores da Bahia.

Muitos de vocês tiveram a oportunidade de conviver com ele nesta Casa. Foi Deputado por cinco mandatos, frequentou esta Casa com maestria, sobretudo na vanguarda de pautas como a luta antirracista. Foi uma das maiores lideranças do movimento negro em nosso País, sem sombra de dúvida, e em todas as áreas em que ele atuou, no movimento sindical, no movimento popular e no Parlamento.

Foi com grande surpresa que recebemos essa notícia, porque, inclusive, Sr. Presidente, ele estava aqui em Brasília, nesse último fim de semana, participando da Conferência Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Luiz Alberto estava atualmente como assessor especial da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, ele que foi o primeiro Secretário de Promoção da Igualdade Racial no Estado da Bahia, no Governo Jaques Wagner.

A história desse companheiro é tão grande que não caberia em tão curto espaço de tempo aqui neste plenário. Como um dos fundadores do PT e da CUT, tentou fazer da sua experiência política uma extensão da militância de vida do movimento negro. Foi um verdadeiro guerreiro.

Ao longo da vida, Luiz Alberto atuou na defesa da representatividade negra nos espaços de poder, das religiões de matriz africana, dos quilombolas, da cultura e daqueles em situação de vulnerabilidade social, como os trabalhadores sem terra e sem teto.

Dentre tantas iniciativas de destaque, posso ressaltar a recente aprovação nesta Casa da instituição do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, como feriado nacional. Essa ideia nasceu lá atrás, Deputado Joseildo Ramos, em 2009, pelas mãos do Deputado Luiz Alberto. Infelizmente, na época o projeto não teve êxito e aprovação, mas a semente gerou frutos nesse período atual.

Como Deputado, Luiz Alberto foi um dos criadores da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. Licenciou-se duas vezes para assumir a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial na Bahia, da qual foi o primeiro Secretário, no Governo Jaques Wagner, e para onde levou a sua vivência como fundador do Movimento Negro Unificado e coordenador nacional dessa entidade.

Nascido no Recôncavo Baiano, Luiz Alberto se formou em sociologia pela UFBA, depois de ter atuado como técnico em administração e técnico químico. Essa foi a profissão que o levou à carreira na PETROBRAS, onde a articulação com os trabalhadores dessa nossa grande empresa o levou à Secretaria-Geral do SINDIPETRO na Bahia. Teve grande contribuição na defesa da soberania nacional e do papel estratégico da PETROBRAS para o desenvolvimento de nosso País.

Infelizmente, aos 70 anos, ele nos deixou, vítima de um infarto nas primeiras horas desta quarta-feira.

Deixo aqui registrada essa mensagem de conforto a todos os familiares, companheiros de luta e pessoas que tiveram a honra de conviver com Luiz Alberto.

Peço a V.Exa., Presidente, que esta mensagem seja publicada no programa *A Voz do Brasil* e nos demais veículos de comunicação desta Casa.

E peço aos colegas 1 minuto de silêncio em respeito à passagem desse grande companheiro.

Deputado Luiz Alberto, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, presente!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Jorge Solla. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para a divulgação do seu pronunciamento nos meios de comunicação e no programa *A Voz do Brasil* e também a solicitação de 1 minuto de silêncio pela passagem do nosso eminente Líder Luiz Alberto.

Luiz Alberto foi Deputado conosco. Tenho dele boas lembranças, de uma pessoa alegre, feliz. Com certeza, lá de cima, ele há de nos iluminar com muita luz.

Façamos 1 minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Jorge Solla.

A próxima inscrição é do Deputado Idilvan Alencar, eminente líder do PDT do Ceará que, com sabedoria, inteligência e maestria, é o grande professor da educação nesta Casa. Temos orgulho de seguir seus passos, suas luzes, sua direção, seu norte no que diz respeito à educação. O debate importante, fundamental da educação no Parlamento Nacional tem as mãos, tem a palavra e tem o carinho do nosso querido Deputado Idilvan Alencar.

Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. IDILVAN ALENCAR (Bloco/PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Um dos principais debates da educação brasileira em 2023 foi a mudança no Novo Ensino Médio. E essas mudanças não se deram por acaso, elas são motivadas pela rejeição de professores e estudantes a essa proposta, uma rejeição que não é de hoje, é de 2016, e foi confirmada numa ampla e longa pesquisa que o MEC fez.

Com base na voz da sociedade, o MEC apresentou uma nova proposta, que chegou aqui. Somos 513 Parlamentares. Estranhamente, foi nomeado Relator um Deputado que é competente, mas que foi o Ministro da Educação que fez o Novo Ensino Médio. Então, o que já era meio óbvio e previsível aconteceu. O Deputado apresenta um relatório que muda o núcleo central da nova proposta, ignorando o clamor de estudantes e professores.

O relatório que querem votar daqui a pouco, às pressas, reduz a carga horária da Base Nacional Comum e dá muita força ao notório saber. Notório saber é desrespeito ao professor. Não é qualquer um que pode ir para a sala de aula, não. É preciso ter formação.

O relatório também retira a obrigatoriedade do espanhol, uma pauta que eu não aceito, assim como da sociologia, da educação física, da filosofia, da arte. Para um país preconceituoso como o Brasil, mais filosofia e sociologia nas escolas! O relatório também rejeita a emenda que apresentei para que haja pelo menos uma escola de ensino noturno no País.

Vou lutar para retirar de pauta a matéria. Não vou colocar minha digital nessa proposta, porque eu tenho responsabilidade perante o professor e o estudante, tenho coerência. Meu mandato parlamentar não apoia isso. É muito esquisito, é muito estranho o que está acontecendo. Faz-se uma discussão sobre o Novo Ensino Médio, ampla, com consulta às pessoas, e de uma hora para outra se vota uma proposta em que o Relator retoma a ideia original. Isso é um desrespeito ao professor, aos educadores, que não podemos aceitar.

Daqui a pouco, este Parlamento vai dizer se respeita ou se não respeita o professor e o estudante, vai dizer se aceita um relatório que é rejeitado pela sociedade.

Faço aqui um apelo. Nós não podemos abrir mão de espanhol nas escolas, e sociologia e filosofia são áreas fundantes. Meu apelo aos Parlamentares é para não votarmos esse Novo Ensino Médio hoje, da forma como está o relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Idilvan Alencar.

Quero conceder 1 minuto, no microfone de aparte, à Deputada Mariana Carvalho, enquanto o Deputado Chico Alencar, também nosso decano da Casa, vai à tribuna.

A SRA. MARIANA CARVALHO (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Quero registrar a alegria de estar recebendo aqui minhas conterrâneas maranhenses que vieram participar do 1º Congresso Nacional do Mulheres Republicanas. Elas vêm de diferentes cidades do nosso Maranhão.

A Nirvana é ex-Secretária de Segurança Alimentar de nossa Capital, São Luís. A Tânia é Vereadora de Itinga. A Marilândia é nossa Diretora-Executiva do Movimento Mulheres Republicanas de São Luís. A Maria Rita é nossa representante das mulheres em Imperatriz. A Sônia Maria é Secretária de Agricultura do Município de São Pedro da Água Branca. A Renata é do Município de Maranhãozinho. A Ziviane é Vereadora do Município de Governador Edison Lobão. A Laís é nossa representante das mulheres no Município de Barra do Corda. E a Thaynara é nossa representante das mulheres em Porto Franco.

Elas são mulheres conservadoras, são de direita, e estão levando a nossa mensagem por um Estado tão sofrido como é o Maranhão. Quero honrá-las nesta fala porque elas têm enfrentado muitas dificuldades. Nosso Estado, que infelizmente tem dos piores indicadores, hoje está passando por um momento difícil. Essa indicação ao STF do ex-Governador que acabou com o Estado do Maranhão nos deixa muito entristecidas.

Aqui está o reflexo de mulheres que escolheram levantar a cabeça e lutar pelo nosso Estado e pelo Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Mariana Carvalho.

Já está na tribuna o eminente Líder do Rio de Janeiro Deputado Chico Alencar, do PSOL.

Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo, colegas de representação, servidores da Casa, todos que acompanham esta sessão, quero me somar às homenagens ao querido Deputado Luiz Alberto, do PT da Bahia, que nos deixou de súbito, hoje. Essa é uma perda enorme, porque ele simbolizava a garra, a luta, a fidelidade à sua raiz afro-brasileira e a alegria de viver. Luiz Alberto estava sempre bem-humorado, sempre disposto. Era um lutador. O Brasil fica mais pobre com essa perda.

E justo hoje é 13 de dezembro. Há 55 anos, era editado o Ato Institucional nº 5, que reforçou o caráter autoritário da censura, da tortura, da ditadura, do regime implantado em 1964. Não contente com toda a reversão da ordem constitucional, o regime criou uma coisa esdrúxula, os atos institucionais, que se sobrepunham à Constituição. Cassaram Parlamentares, direitos políticos, fizeram prisão ilegal, tortura... Os quartéis do Brasil viraram centros de tortura oficial. Havia um terrorismo oficial. O AI-5 foi a senha para esse aprofundamento terrível.

O Brasil não pode reviver esse período, a não ser para lembrá-lo como memória. Quem não se lembra do passado está condenado a revivê-lo.

A história é um instrumento para não repetirmos erros. A história nos ajuda a compreender pelo que foi, contra o que foi e, com isso, anuncia o que será. A construção democrática no Brasil é muito difícil, muito precária. A cultura democrática é raquítica em nosso País. Nós temos que trabalhar, inclusive pela educação, para horizontalizar a cidadania, para democratizar a informação, para fazer afirmar os valores da solidariedade, do respeito, da disputa democrática de ideias e de um projeto de Nação, um projeto civilizatório. Este ainda é um desafio que se coloca às gerações atuais.

Nós, sobreviventes do AI-5 e da ditadura, temos que ter o compromisso de legar às gerações vindouras a perspectiva de um Brasil rico na sua diversidade, um Brasil que tenha poderes porosos às demandas populares e instituições democráticas de fato.

AI-5, nunca mais!

Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Chico Alencar. Aliás, permita-me chamá-lo Prof. Chico Alencar, que vai à tribuna silenciosamente, com uma palavra macia, e dá uma aula para todos nós.

Muito obrigado, Prof. Chico Alencar.

O próximo inscrito é o Deputado Mauricio Marcon. *(Pausa.)*

O próximo inscrito é o Deputado Dr. Francisco. *(Pausa.)*

O próximo inscrito é o Deputado Gilson Daniel. *(Pausa.)*

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, permita-me conceder 1 minuto ao nosso Deputado José Medeiros, que falará ao microfone de apartes.

Tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero fazer minhas as palavras do Prof. Chico Alencar em relação ao inquérito aberto — o eterno inquérito! — que está no STF neste momento, já que, dentro do AI-5, não cabia tudo, mas, dentro desse inquérito, cabe tudo. Nós estamos com presos políticos, pessoas mortas e pessoas exiladas.

Eu não consigo ver muita diferença entre o que ocorreu naquele momento e o que está acontecendo agora. Pessoas de outro espectro político eram perseguidas naquele momento e agora o são também. As pessoas são criminalizadas por pensarem de forma diferente. Infelizmente, a história está se repetindo: uma vez com os militares e agora com os civis. Isso é uma pena!

Eu espero que esse inquérito termine algum dia. Ele parece um buraco negro: até a luz ele atrai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Medeiros.

Permita-me, Deputado Gilson Daniel, conceder a palavra ao Deputado Dr. Francisco, que eu havia chamado e já está presente na tribuna, muito ativo nesta Casa.

Tem a palavra o Deputado Dr. Francisco. Em seguida, vamos ouvir o Deputado Gilson Daniel.

O SR. DR. FRANCISCO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas. Hoje é um dia muito especial para o Estado do Piauí. Em 13 de dezembro de 2023, neste exato momento, está sendo inaugurada a primeira etapa do Porto Piauí, em Luís Correia, na região norte do Estado. Este porto é muito mais que uma estrutura física: é uma verdadeira virada de chave para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

O Porto Piauí vai, acima de tudo, tornar nossos empreendimentos mais atrativos tanto para as exportações, como para as importações. Vai impulsionar nosso terminal pesqueiro, o turismo. Vai baratear os custos, haja vista que nossas exportações aconteciam via Porto do Itaqui, no Maranhão, e Porto do Pecém, no Ceará. Agora teremos nosso próprio porto para fazermos nossas exportações e importações, o que vai, sem sombra de dúvida, acelerar muito a economia do nosso Estado.

Agora à tarde, portanto, acontece a inauguração do canal de acesso do porto, a retroárea, a urbanização da via, do portal, o pátio de contêiner e de mercadorias em geral.

Em breve, serão abertas as concessões para o terminal pesqueiro, o terminal de grãos e fertilizantes, o terminal de cargas e descargas em geral. Será aberta também a concessão para um terminal importantíssimo, área em que nosso Governo está na vanguarda, que é o hidrogênio verde, além da amônia.

Este é um sonho antigo. Desde a década de 60, trabalhava-se para que o Estado do Piauí tivesse seu porto. Já no Governo do ex-Governador Wellington Dias, o trabalho foi acelerado. Nosso atual Governador, Rafael Fonteles, compreendeu a importância de acelerar este processo, e hoje está sendo entregue este porto.

Eu queria muito estar presente, mas nossa agenda parlamentar, com muitas pautas importantes, que estão sendo discutidas aqui, não permitiu que eu estivesse fisicamente presente, mas estamos trabalhando aqui pelo Piauí, agora e no futuro.

Eu queria fazer este registro, por saber da importância de todo este empreendimento. O Piauí, o único Estado da Federação banhado pelo Atlântico que não tinha um porto, passa agora a ter o seu.

Eu queria, portanto, parabenizar o povo do Piauí e, de modo muito especial, nosso Governador Rafael Fonteles pela ousadia, vontade e demonstração de grande empreendedor.

Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Dr. Francisco.

Já está na tribuna nosso eminente colega Deputado Gilson Daniel, do Podemos do Espírito Santo, que dispõe da palavra neste momento.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, venho, mais uma vez, à tribuna desta Casa para tratar de uma pauta que nós trabalhamos durante esse último mês como pauta prioritária: a liberação dos torneios e das exposições de criadores de pássaros e passeriformes do nosso País.

Na semana passada, nós já havíamos dado esta notícia, porque estivemos no Ministério da Agricultura com a equipe técnica, que nos garantiu que seu relatório era favorável ao retorno das exposições e dos torneios. Portanto, avançamos nesta pauta.

O Ministro Fávaro anunciou que nesta semana, no mais tardar na próxima, será publicada a portaria que autoriza o retorno desta atividade, uma atividade econômica importante para muitas famílias do nosso Brasil. Agora nós estamos na segunda fase, estamos trabalhando aqui.

Muitos Parlamentares passaram também a defender essa causa, porque sabem que a criação de pássaros no País preserva a espécie, faz com que parte das espécies dos pássaros sejam preservadas. Existem as dificuldades, hoje, decorrentes de incêndios, existem as dificuldades decorrentes da pulverização por *drone* que levam à morte de muitos pássaros. Esses criadores fazem a manutenção da espécie ou da genética desses pássaros.

A próxima fase é que o IBAMA cumpra aquilo com que se comprometeu conosco: liberar as transferências de pássaros. Muitos criadores de pássaros no Brasil têm hoje a sua criação, e não conseguem fazer suas transferências, porque existe o limite de 35 pássaros. E aí como o criador vai fazer com sua criação, que está acontecendo o tempo todo? Muitos estão se tornando ilegais, querendo estar legais, e são criminalizados. Existem muitos criadores corretos, que têm seu registro, e que estão sofrendo porque o IBAMA não libera o sistema de transferência.

Então, eu quero alertar ao Presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, que libere definitivamente o sistema de transferência de pássaros, para que elas possam ser feitas e que também, a partir daí, haja uma modernização desse sistema.

Nós não somos defensores de quem faz algo errado, mas quem está criando de forma correta e seguindo a legislação não pode ser penalizado, e muitos estão sendo penalizados.

Com isso, estou chamando a atenção do IBAMA. Vamos fazer essa cobrança toda a semana, até que isso se resolva.

Resolvemos a primeira parte, que era das exposições e dos torneios. Agora vamos à briga para quem que possamos fazer a transferência.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade. Eu quero dizer que essa pauta será cobrada toda semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Gilson Daniel.

A próxima inscrição é do Deputado Pedro Campos. *(Pausa.)*

Concedo a palavra o Deputado Otoni de Paula. *(Pausa.)*

Concedo a palavra o Deputado Delegado Marcelo Freitas. *(Pausa.)*

Concedo a palavra o Deputado Delegado Palumbo. *(Pausa.)*

Concedo a palavra o Deputado Paulo Foletto.

Em seguida, irão falar a Deputada Erika Kokay e o Deputado Merlong Solano. O Deputado Joseildo Ramos também já está a postos para falar. Também irá falar o Deputado Rodolfo Nogueira.

Deputado Paulo Foletto, tem a palavra V.Exa.

O SR. PAULO FOLETTO (Bloco/PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos. V.Exa. é sempre muito gentil.

A minha primeira fala é para registrar a perda de um colega médico que aconteceu nesta semana. O ex-Deputado Federal e Estadual Jório de Barros, aos 80 anos, nos deixou na segunda-feira.

Jório foi responsável por eu ter iniciado na política. Ele fez a minha filiação ao PMDB. O primeiro partido ao qual eu me filiei foi o PMDB, através da mão do Jório. Ele deixa a Dra. Mariluce, sua esposa, que também é médica, os três filhos médicos, o Jorinho, o Rafael e a Dani.

Ele vai fazer falta, porque era de uma serenidade impressionante, de uma leveza na conduta humana com seus pacientes, muito sério e muito dedicado.

Então, deixo aqui registrado o nosso sentimento a toda a família pela perda do Deputado Jório de Barros.

A minha segunda fala, Presidente, é uma fala mais de alegria. *Vale dá largada na produção de briquetes para cortar emissões da siderurgia.* Lá na ponta de Tubarão, a Vale está fazendo um investimento de 1 bilhão e 200 milhões de reais para a fabricação de briquete, que é um aço chamado de minério fino. Faz-se o briquete e, junto com a pelota, depois faz-se a pelletização. Assim, os briquetes vão ter a mesma proporção, 50% cada um, para a produção do aço. Qual é a grande vantagem disso? O briquete melhora a descarbonização da atmosfera, pois emite menos gases de efeito estufa.

Na frente, vai ser usado o gás natural para produzir o chamado HBI — Hot Briquetted Iron ou ferro esponja, que é intermediário entre o minério e o aço. Depois, esse ferro esponja pode ser usado através do forno elétrico e pode ser transformado em aço, diminuindo ainda mais a emissão de gases de efeito estufa.

Nós ficamos muito felizes com mais esse investimento que a Vale está fazendo no Estado do Espírito Santo. É claro que nós não podemos nos esquecer da culpa da Vale no crime ambiental ocorrido lá no Complexo de Tubarão. Falam crime, mas eu considero que foi um acidente. E foi o maior acidente que lesou o meio ambiente na história do Brasil. Nos nossos 523 anos de vida, esse foi o maior acidente já causado por uma empresa no Brasil, sendo a Vale e sua sócia australiana BHP as responsáveis. Porém, ainda não se chegou a um denominador comum para a indenização do Estado do Espírito Santo.

A Vale vai produzir briquetes no Estado do Espírito Santo, para a produção de aço. Isso diminui a emissão de gases efeito estufa. É preciso registrar esse alto investimento, mas também nós não podemos nos esquecer que a Vale nos deve. Ela deve uma indenização não só ao Estado do Espírito Santo, como também ao Estado de Minas Gerais. Indenização pelo acidente de Mariana, que causou um estrago no Rio Doce, um estrago na foz do Rio Doce, lá em Regência, e isso tem que ser corrigido, tem que ser indenizado. Ela tem que ser responsabilizada para evitar que outros acidentes aconteçam.

Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos, pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Paulo Foletto.

A próxima inscrição é a do Deputado Henderson Pinto. *(Pausa.)*

Não está presente.

Enquanto o Deputado Joseildo Ramos vai à tribuna, tem a palavra o Deputado Messias Donato.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos, que brilhantemente conduz a Presidência da sessão neste momento, não só hoje, mas também todos os dias, na ordem dos oradores. Não poderia deixar de fazer este registro.

Sr. Presidente, a luz deve ficar até 10,4% mais cara no ano que vem, apesar de os reservatórios das hidrelétricas estarem cheios. E mais, Sr. Presidente, o *diesel* e o gás de cozinha também terão alta de imposto já no início de 2024.

Tudo isso se dá no Brasil do amor que venceu o ódio, no Brasil que está dando certo. Então, o Brasil do amor venceu o ódio, mas está aí com impostos mais altos, com o gás de cozinha e o *diesel* mais caros. E assim se vai, do jeito que o desgoverno Lula gosta.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Messias Donato.

Registro que está entre nós aqui o Deputado Renato Molling. Hoje, ele não está no batente do dia a dia do Plenário, da Casa, mas foi Deputado aqui por três mandatos. Foi Prefeito da sua cidade, a nossa querida Cidade das Rosas, Sapiiranga, no Vale dos Sinos, próximo ao Vale do Paranhana. Sapiiranga faz um elo entre esses dois vales.

Seja sempre bem-vindo, Deputado Renato Molling, um amigo, um parceiro, um grande Parlamentar que foi nesta Casa. Muito obrigado. Seja bem-vindo.

Tem a palavra o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Antes mesmo da minha manifestação, eu expressei aqui o que estamos aqui comungando, o pesar pelo passamento do nosso colega Luiz Alberto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na segunda-feira, Lula regulamentou a Lei Padre Julio Lancellotti. Esse padre coordena uma pastoral que cuida do povo de rua na Capital do Estado de São Paulo. Faz um trabalho meritório. Há muita atenção e muito cabimento. Eu estive lá, fiz visitas.

Relatei na Comissão de Desenvolvimento Urbano — CDU a proposição que deu origem à Lei Padre Julio Lancellotti, uma lei que modifica o Estatuto da Cidade, que trata dos cuidados que esse povo precisa ter, um povo que não tem chão e não tem teto, não tem, portanto, dignidade no seu todo. Lula inicia um plano, neste momento, de mais ou menos 1 bilhão de reais para enfrentamento do efeito colateral que denuncia a profunda desigualdade social que infelizmente nos caracteriza. Essa política pública colocará em sinergia 11 Ministérios, trabalhando sete eixos setoriais: saúde; violência institucional; cidadania; educação e cultura; habitação; trabalho e renda; produção e gestão de dados.

Presidente Lula, receba os nossos parabéns.

Quanto a essa tragédia humana, principalmente nas grandes cidades, em cidades turísticas, o poder público, por incrível que pareça, trabalha para invisibilizar essa população, que vive além das franjas da sociedade. É um absurdo que convivamos com essa tragédia humana. O País é desigual, mas poderia tratar disso. Essa população é de 220 mil a 240 mil pessoas. Inclusive, famílias inteiras vivem na rua, experimentando tudo o que é ruim do ponto de vista da violência institucional.

Parabéns, Padre Julio Lancellotti, pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Joseildo Ramos.

Tem a palavra a Deputada Ana Paula Lima, de Santa Catarina, com muita honra.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente. quero saudar aqueles que defendem as nossas águas com coragem e dedicação. Hoje é comemorado o Dia do Marinheiro.

Não posso deixar de falar sobre uma visita técnica que fizemos aos estaleiros em Santa Catarina. Um dos estaleiros está construindo fragatas para a Marinha brasileira. São quatro fragatas. A construção está a todo vapor, para que possam defender as nossas águas.

Destaco a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, que, neste ano, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, passou a permitir o ingresso de mulheres para se tornarem marinheiras. Pela primeira vez na história, mulheres ingressam em uma escola de aprendizes para se tornarem marinheiras de carreira.

Saúdo os marinheiros e os aprendizes e as aprendizes da Marinha do Brasil pela passagem do seu dia, que é comemorado hoje, um belo dia, dia 13, 13 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Ana Paula Lima.

Tem a palavra o eminente Deputado Paulo Guedes, que já está na tribuna.

O SR. PAULO GUEDES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para dar um informe importante ao povo da minha região, o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e o Noroeste de Minas Gerais. Essas regiões estão sendo castigadas pela maior seca da história. Já são quase 11 meses sem chuva nessa região. Ontem, tomei todas as providências possíveis, visitei Ministérios, órgãos do Governo para que possamos anunciar, o mais rápido possível, medidas para socorrer os nossos produtores, os nossos agricultores familiares dessa região, que vêm sofrendo com a perda total de suas lavouras, com a perda de seus rebanhos. Estive ontem com o Ministro Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e as primeiras medidas já foram tomadas. O Ministro vai criar um grupo de trabalho em que vai estar o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a CODEVASF, vários órgãos, como a CONAB, para que, juntos, possamos tomar as medidas necessárias para socorrer aquela região, considerando a questão de ração animal, também a questão de alimentos, de cestas básicas para atender às famílias que estão passando por necessidades. Também tomaremos outras medidas. Vamos discutir amanhã com o Ministro Paulo Teixeira a respeito de um apoio, de um recurso emergencial voltado à aquisição de sementes para, assim que a chuva voltar à região, os produtores que já perderam suas sementes, suas lavouras possam plantar novamente. Nós estamos aqui atentos a tudo isso.

Quero agradecer a todos os representantes do Governo do Presidente Lula que nos receberam esta semana, com muita boa vontade, no sentido de oferecer ajuda e anunciar importantes medidas para que possamos socorrer os agricultores da nossa região, o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e o Noroeste de Minas Gerais. Essas regiões vêm sendo castigadas severamente por uma seca jamais esperada. Todo ano, a partir de outubro já começa a chover na região. Já estamos no meio do mês de dezembro, e ainda não caiu nenhuma chuva no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha.

Sr. Presidente, gostaria que esta fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. A solicitação de V.Exa. a Mesa acata. Seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação social da Casa.

Tem a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós recebemos aqui na Câmara dos Deputados o grande companheiro e amigo Cláudio Garraão, que é Secretário de Desenvolvimento Sustentável em um belo Município, Sete Barras, no nosso amado Vale do Ribeira.

Aliás, Sr. Presidente, Sete Barras vai realizar neste final de semana a 20ª Expobanana, um grande momento para as pessoas irem até aquela cidade. Sugiro, querido Cláudio, que aqueles que estiverem nos vendo e os vários Deputados façam uma visita a essa cidade tão agradável, de gente boa, de gente acolhedora.

Cláudio é conselheiro do meu mandato. Ele já conseguiu para a cidade, durante o meu mandato, mais de 2 milhões de reais por meio de emendas parlamentares. Hoje ele está aqui para participar, já participou, de encontro nacional sobre segurança alimentar, e veio cumprir a missão de buscar mais apoio para a cidade. É por isso que eu digo, brincando, que ele é o embaixador de Sete Barras.

Seja bem-vindo, estimado Cláudio Garraão.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Vicentinho.

Seja bem-vindo, Secretário. Está muito bem representado. O Deputado Vicentinho é um grande Parlamentar nesta Casa.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil sempre se destacou na área científica, embora não tenha nenhum Nobel. Tivemos Oswaldo Cruz, tivemos vários cientistas. Na área da medicina, temos vários deles. Por isso, achei isto interessante: a revista *Nature* afirmou que, entre as dez melhores cientistas do mundo, está Marina Silva, a Ministra do Meio Ambiente.

Conselhos de economia, diante de tantos economistas que existem no Brasil, escolheu como a melhor economista a ex-Presidente Dilma, que foi cassada por causa daquele desastre econômico.

Eu acho que o mundo está de cabeça para baixo. Temos um Paulo Guedes, um Roberto Campos Neto, tantos outros, e Dilma é escolhida...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, registro o falecimento do ex-Deputado Federal Luiz Alberto, da Bahia. Ele faleceu hoje, dia 13 de dezembro.

Luiz Alberto, além de ter integrado o PT, foi sindicalista, uma pessoa que, ao longo da sua história, de sua trajetória de vida, participou do movimento negro, foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado, dedicou à causa racial a sua vida, tornou-se grande referência, uma das maiores lideranças do Brasil na questão racial.

Perde o Brasil. Perde a Bahia. Tenho certeza de que fica a saudade, o respeito, o legado.

Sr. Presidente, ele estava se preparando para ser candidato a Prefeito de sua terra natal, que é Maragogipe, e um infarto fulminante tirou sua vida. Tenho certeza de que os amigos, as amigas, todos e todas que conheceram Luiz Alberto vão sempre carregar o nome dele, o legado dele em todos os lugares.

O Governador da Bahia decretou luto de 3 dias, em homenagem à memória de Luiz Alberto, um patrimônio do povo negro, um patrimônio da nossa luta.

Luiz Alberto, presente sempre!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Valmir Assunção.

Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, venho a esta tribuna para saudar os delegados participantes da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, uma conferência muito importante.

Há um valor simbólico em realizar essa conferência ainda neste ano, mesmo com todas as dificuldades, porque se sabe que o Governo brasileiro trabalhou este ano com o Orçamento feito pelo Governo anterior, que acabou com o CONSEA. E esse conselho teve papel fundamental na saída do Brasil do Mapa da Fome, ainda no período do Governo da Presidenta Dilma.

O primeiro ato do Presidente da República foi trazer de volta o CONSEA e as conferências.

Nessa conferência, foi feita hoje a recomendação para que o Presidente Lula vete o projeto sobre agrotóxicos, o PL do Veneno, que aprovado no Senado e já tinha sido aprovado nesta Casa. Esse projeto vai na contramão dos desafios que nós temos para combater a fome, produzir alimentos saudáveis, sem química, e também para enfrentar a crise climática, uma vez que o modelo de agricultura que usa agrotóxicos e fertilizantes químicos contribuem, e muito, para as emissões de gases de efeito estufa.

É importante que se vete esse projeto e nesta Casa se discuta, sim, o projeto a respeito dos bioinsumos e se busquem alternativas de insumos para a agricultura.

Nós sabemos que, para combater a fome, é necessário produzir alimentos. Para produzir alimentos, é importante que se faça reforma agrária, que haja assistência técnica, que exista política de apoio à agricultura familiar, que é o setor que produz alimentos. A grande agricultura, que é importante para a balança comercial, não produz alimentos, ela produz *commodities*, mercadorias para engordar porco e boi na Europa e em outros cantos do mundo.

Nós precisamos produzir alimentos diversos, para que haja um prato bonito, um prato diverso, que é significado de saúde para as pessoas. Com isso, são diminuídas as despesas do sistema de saúde, que terá mais condições até de curar as doenças causadas pelos venenos presentes nos alimentos que chegam às casas das pessoas.

Presidente Lula, vete esse projeto, para podermos dialogar a respeito de tudo aquilo que o mundo espera e também para enfrentarmos a crise climática.

Solicito, Sr. Presidente, que autorize a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Nilto Tatto. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para que seu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Tem a palavra o Deputado Rodolfo Nogueira. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Julia Zanatta. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Denise Pessôa. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pedro Aihara, pelo tempo regimental.

O SR. PEDRO AIHARA (Bloco/PATRIOTA - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 25 de janeiro próximo, completará 5 anos o maior desastre socioambiental que o Brasil já vivenciou: o desastre-crime de Brumadinho. Como se não bastasse, quase 5 anos depois, o fato de não haver ninguém atrás das grades, de ninguém ter sido responsabilizado, neste exato momento acontece mais um absurdo nessa história de sofrimento e de angústia que parece não ter fim.

Neste momento, está sendo julgado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, o TRF6, sediado em Minas Gerais, um *habeas corpus* que foi impetrado pela defesa do então Presidente da Vale, Fabio Schvartsman, para que ele não figure como um dos réus nas ações que discutem as questões penais relacionadas ao caso. A defesa, com pachorra, com falta de respeito sobretudo com as vítimas e com a população de Brumadinho, alega que o Presidente não teve participação, não tinha ciência daquilo que levou ao grande desastre do dia 25 de janeiro.

Ora, se o presidente de uma empresa responde formalmente pelos atos praticados pela empresa, só por isso já haveria indícios suficientes para que ele pudesse ser responsabilizado. Além disso, na CPI que foi realizada por esta Casa, ficou comprovada a leniência, a omissão, a negligência criminosa não só do Presidente mas também de várias outras pessoas da cadeia de comando. É uma falta de respeito, um absurdo que isso aconteça a esta altura do campeonato! Não bastasse o fato de ninguém ter sido responsabilizado até o presente momento, o então Presidente comete essa falta de respeito, tenta realizar essa manobra jurídica, de que participam, mais uma vez, grandes escritórios, e interesses escusos estão sendo discutidos.

Mas eu confio muito na capacidade da Justiça, do nosso Poder Judiciário. Ele deve ter um compromisso com essas vítimas, para que essas 272 mortes não sejam esquecidas, não tenham sido em vão.

Nas últimas semanas, nos últimos dias, houve mais um acontecimento absurdo. A multa que tinha sido atribuída à TÜV SÜD, a empresa que fez a consultoria e foi responsável pela emissão do laudo de estabilidade de barragens, e ficou comprovado que era um laudo fraudulento, foi reduzida de 22 milhões de reais para 18 mil reais. Essa redução — pasmem, pessoas que nos acompanham — foi de mais de 99,9%. A multa passou a ser de 18 mil, um valor muito menor do que o que a Vale paga de publicidade, todas as horas, em campanhas divulgadas em intervalos do *Jornal Nacional*, do *Fantástico*, nos *sites*. É um valor muito menor do que o que qualquer advogado da TÜV SÜD recebe para fazer uma diligência aqui em Brasília.

É um verdadeiro absurdo o que está acontecendo. Não podemos chegar dessa maneira ao próximo dia 25 de janeiro, quando completará 5 anos esse desastre-crime. Muitas pessoas, muitos familiares dessas vítimas já se foram sem ver a justiça sendo feita, e tudo isso continua acontecendo. Esta Casa tem o compromisso de levantar essa bandeira. Esse foi o compromisso que assumi quando me dispus a representar essas pessoas, para que se faça justiça, para que Brumadinho não seja esquecido. Uma fase fundamental do não esquecimento é a responsabilização, é a penalização desses criminosos.

Fabio Schvartsman, eu espero sinceramente que o nosso Poder Judiciário decida pela improcedência desse pedido.

O nome desse indivíduo não deveria ser o de um ex-Presidente da Vale, deveria ser realmente o nome de um assassino, porque é desse tipo a responsabilidade que ele teve em relação àquelas 272 pessoas que perderam a vida no dia 25 de janeiro de 2019.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Pedro Aihara.

Tem a palavra o Deputado Emidinho Madeira.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um convite a todo o pessoal da nossa região, o Sul e o Sudoeste de Minas, as 51 cidades que vão ser contempladas nesta sexta-feira, dia 15, com o Programa Nosso Mel, que nós criamos no Estado de Minas. Vamos entregar a segunda leva de equipamentos, dos *kits*. Vamos entregar 900 colmeias, vamos entregar cera, formão, fumigador. Vamos entregar o *kit* completo aos apicultores.

Vão acontecer, no Campus Muzambinho, três palestras sobre mortalidade de abelhas e também sobre o cadastro que os apicultores devem fazer no IMA, o Instituto Mineiro de Agropecuária. Muitos produtores ainda não estão cadastrados. Haverá também palestras sobre o desenvolvimento da genética, a genética avançada das abelhas, a respeito daquilo que deu certo em outros países e que estamos levando para Minas Gerais. Nós vamos fazer essas entregas e estamos montando também o laboratório para fazer a doação das abelhas com genética avançada.

Quero convidar todos os apicultores para participarem das palestras e do nosso encontro.

No mesmo dia, vamos tratar também de vacina contra a brucelose. Com recursos de emenda parlamentar, será doada vacina contra brucelose para toda a região do sul e do sudoeste de Minas. Haverá vacina para mais de 90 Municípios.

Sr. Presidente, agora convido o pessoal da região de Alfenas para, no dia 18, às 9 horas, participar do lançamento da delegacia rural que estamos implantando em Alfenas. Vai estar presente a delegada responsável pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, a Dra. Letícia. Quero convidar o sindicato rural da região de Alfenas, os produtores. Vamos implantar lá a delegacia rural. Já houve a publicação. Vamos apresentar o delegado que vai cuidar dessa delegacia, os investigadores. É para toda a região de Alfenas.

Eu queria agora, desta tribuna, pedir o apoio de todos os nossos colegas da Câmara dos Deputados, do Congresso, em relação ao tema da caçada do javali. Um decreto proibiu a renovação das licenças. Nós vamos perder o controle sobre isso.

Quero dizer, com todo o respeito, ao Presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, que nós precisamos ainda neste ano rever essa questão, juntar o IBAMA com o Exército para trocar ideias, sem ninguém fugir da responsabilidade. Nesse período de mais de 115 dias há que não se renova a licença, esse javali já triplicaram mais de quatro vezes. O pequeno, o médio e o grande produtor estão sendo prejudicados.

Hoje, para fazer uma plantação de soja ou milho — o milho é muito atacado pelo javali —, fica muito caro preparar a terra. O adubo fertilizante é caro. O nitrogênio é caro. O glifosato é caro. Tudo é caro. Muita gente planta com parcerias e arrendamentos. Mas quando vem um bando de javalis, tudo é destruído. O prejuízo é de todo mundo.

Esses caçadores de javalis que estão legalizados mereciam até ser remunerados diante do serviço que prestam para as nossas comunidades. Nós temos que respeitar os caçadores de javalis e valorizá-los, porque quando se perde o controle, como eu já vi na nossa região, há inúmeros prejuízos, desde a plantação até um silo pronto. Então, nós precisamos muito desse olhar do IBAMA e do Exército.

Quero pedir a V.Exa. para colocar a nossa fala nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Emidinho Madeira. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa.

Eu quero aqui saudar a presença, nas galerias do Plenário da Câmara dos Deputados, de mulheres republicanas de vários Municípios da Bahia. (*Palmas.*)

Sejam muito bem-vindas ao Parlamento Nacional, que as acolhe com carinho e respeito!

Muito obrigado.

A SRA. FRANCIANE BAYER (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Presidente, poderia me conceder 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Tem a palavra V.Exa.

A SRA. FRANCIANE BAYER (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Eu havia me inscrito para fazer uma fala na tribuna. Mas, devido ao tempo e aproveitando que as minhas amigas mulheres republicanas da Bahia também já estão aqui, eu gostaria de registrar a presença da comitiva das mulheres republicanas do Rio Grande do Sul, aqui comigo no plenário.

Nós participamos de 3 dias de imersão em capacitação. E nós queremos cada vez mais inserir as mulheres na política.

Hoje, para mim, é uma alegria poder receber essa comitiva de mais de 30 mulheres do Rio Grande do Sul, que são pré-candidatas a Vereadoras nos seus Municípios. Eu tenho certeza de que elas vão honrar a nossa luta pela vida, pela família, pela nossa liberdade e por um País que luta pelas mulheres.

Agradeço e registro essa presença mais do que especial aqui no plenário e peço aos meus colegas homens que estão aqui que, assim como eu, defendem a vida, a família e a liberdade, que saúdem essas mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Franciane Bayer.

Sejam bem-vindas todas as nossas conterrâneas gaúchas aqui ao Parlamento, à Câmara dos Deputados.

E eu enxergo aí a Beth Colombo, de Canoas, minha amiga, amiga também do Deputado Busato, que está ao meu lado na Mesa.

Recebam o carinho do Parlamento Nacional. Sejam todos muito bem-vindos!

A próxima inscrição é do Deputado Tarcísio Motta. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado General Girão. *(Pausa.)*

Deputado Coronel Chrisóstomo, tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental, representando a nossa lendária Rondônia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil! Parabéns às mulheres republicanas, sejam gaúchas, sejam baianas, sejam do Brasil todo!

Brasil, estamos vendo as notícias lá do Senado: uma sabatina para o Sr. Dino se tornar Ministro do STF e para o Sr. Paulo Gonet se tornar Procurador-Geral da República. Senhores, fico vendo o que está sendo publicado Brasil afora e vejo esta publicação: *"Dino fala, com orgulho, em penalizar um policial por semana"*.

Gente do céu, é esse que vai ser o nosso futuro Ministro do STF, pelo que ouço nos corredores? É este senhor, que se declara totalmente comunista, trotskista, e que diz que a liberdade não é plena? O Sr. Procurador — segundo dizem, o futuro Procurador da República — diz que a liberdade de expressão não é plena. Há necessidade de o público apresentar as orientações do que vale e do que não vale?

Brasil, vocês estão fazendo de conta que nada está acontecendo?

Quando a Justiça bater à tua porta com pessoas dessa natureza, o que vai acontecer? Não sou eu que estou dizendo, e isso não é pessoal, isso é institucional! Quando nós tratamos de alguém aqui, no meu caso, eu trato do indivíduo político, não do pai de família, não do dono de casa. Pessoas que declaram que a liberdade de expressão não é plena... Gente do céu, coitada da imprensa, coitados dos brasileiros!

Que triste, Brasil, ouvimos isso! E, no Senado, parece-me que já está tudo combinado. E o que vejo lá na sabatina é uma conversa. Ali vi Senadores do PL batendo forte, mas, no geral, não está sendo assim. Brasil, eu digo, com tristeza, que possivelmente teremos um comunista no STF. Eu não gostaria de ouvir isso. Eu não gostaria disso. Que pena, Brasil!

Excelência, que minha voz vá ao programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Coronel Chrisóstomo.

A próxima inscrição é do Deputado Daniel Freitas. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Ricardo Maia. *(Pausa.)*

A Deputada Daiana Santos tem 1 minuto no microfone de aparte.

Com muita honra concedo a palavra a V.Exa., que representa essa negritude linda do povo gaúcho e brasileiro.

A SRA. DAIANA SANTOS (Bloco/PCdoB - RS. Sem revisão da oradora.) - Grata por essa linda apresentação, Presidente.

Eu quero utilizar este espaço para falar desta semana feliz aqui em Brasília, onde estão acontecendo duas importantes conferências. Uma delas é a Conferência Nacional de Saúde Mental. É essa luta por dignidade e principalmente por saúde mental que nos une. E aqui já deixo registrada a importância da luta antimanicomial para o nosso povo.

Também está acontecendo a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e o CONSEA, depois dessa retomada tão importante, faz um excelente trabalho e lota o Centro de Convenções Ulysses Guimarães com o povo de todo o Brasil. E aqui eu estou com uma representante, uma grande parceira e colega, a Stella, que vem do Rio Grande do Sul para essa conferência. Ela é uma grande lutadora e está há muitos anos nessa trincheira.

Iniciamos a segunda-feira com o Presidente Lula assinando um importante pacote, que fala justamente do Plano Ruas Visíveis. Este é um dos movimentos mais importantes, em que 12 Ministérios se somam para fazer um trabalho, numa perspectiva de garantia de direito, de amplitude para uma população que até então não era visibilizada.

Falo isso agora como Deputada, mas, anteriormente, Stella, como uma mulher que por muito tempo atuou na rua, uma educadora social de rua, que olha para essa população, para essa comunidade, que, sim, tem cor. E nós precisamos falar que em sua grande maioria são pessoas negras invisibilizadas. Isso nos coloca agora um horizonte, uma possibilidade real de fazer um trabalho dignificando, falando de educação, saúde, geração de emprego e renda, mas principalmente de moradia e segurança alimentar. Esse é o movimento de um Brasil que retorna lúcido, consciente e priorizando a sua população com políticas públicas concretas.

Eu quero exaltar esses movimentos que nesta semana fazem com que Brasília ganhe e avance rumo a 2024 ainda mais potente, ainda mais forte, ainda mais consciente e com a nossa luta sendo exaltada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Daiana Santos.

Já está na tribuna o Deputado Ricardo Maia. Em seguida, eu vou conceder 1 minuto ao Deputado que está no microfone de aparte.

Deputado Ricardo Maia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, sou um Parlamentar do Estado da Bahia e acompanho o sofrimento do norte, do sudoeste e do oeste baiano com a falta de chuva no nosso Estado. Havia uma previsão de que o El Niño chegaria ao nosso País, ao nosso Nordeste, mas é gritante o sofrimento dos agricultores, o sofrimento da população, o sofrimento daquelas pessoas de baixa renda que têm que utilizar os seus recursos de aposentadoria para dar alimentação aos animais.

A Região Nordeste, com o Semiárido, tem o maior sofrimento com a questão de estrutura hídrica e também alimentar. E, quando vamos para o oeste e para o sudoeste da Bahia, falta chuva, sem previsão de chegada, apesar de estarmos no tempo das chuvas.

Então, isso nos preocupa muito. Isso vai trazer danos à economia, danos à vida das pessoas. Mas precisamos que o Governo Federal, o Governo Estadual, esta Casa de Leis, esta Casa deliberativa tenham pautas propositivas, como a da CONAB. Irei oficializar no Ministério da Agricultura para que sejam concedidos subsídios para que as unidades da CONAB sejam abastecidas e que o milho seja doado ao pequeno agricultor, para que seja realizada a perfuração de poços artesianos e sejam distribuídos *kits* de irrigação. Nós precisamos saber que convivemos com a seca, principalmente no Nordeste da Bahia. Nada vai fazer essa seca passar, mas nós temos que saber conviver com ela.

Então, Presidente, como agricultor do Semiárido Nordeste II, é com muita preocupação que vejo a Operação Carro-Pipa ser apenas pontuada pelo Exército em algumas cidades. Nós temos que ter recursos para levar aos Municípios. Há 131 Municípios do Estado da Bahia em estado de emergência. Como se decreta o estado de emergência municipal, decreta-se o estadual e se homologa o federal? Eu acho que é preciso destinar recursos. A partir do momento em que se reconhece que aquele Município está em estado de emergência, seja por chuva, seja por falta de chuva, o Governo Federal ou o Governo Estadual tem que alocar recursos. Eu acho que esses debates precisam ser feitos nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Ricardo Maia.

Nós recebemos uma solicitação de tempo de Liderança urgente.

Deputado Célio Silveira, eu vou conceder 1 minuto ao Deputado Otoni de Paula e 1 minuto ao Deputado Delegado Palumbo. Em seguida, V.Exa. terá 9 minutos para discorrer pela Liderança do MDB.

Tem a palavra o Deputado Otoni de Paula.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, é com muita alegria que, aqui na Casa do Povo, a Câmara Federal, nós recebemos o nobre amigo, companheiro de guerra e de batalha, Victor Martins, da nossa belíssima Cabo Frio, a princesa da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Receber o Victor aqui é uma alegria muito grande, primeiro, pelo seu caráter, pela sua seriedade; segundo, pela liderança política que ele representa em Cabo Frio.

Aliás, quero parabenizá-lo, bem como todos os que se envolveram na grande luta pela liberação do acesso à lagoa, em Cabo Frio, que foi interditada indevidamente, ilegalmente, pela concessionária que cuida do aeroporto de Cabo Frio. Era uma luta muito antiga daqueles moradores, e o Victor, juntamente com a sua equipe, conseguiu essa liberação.

Parabéns, Victor! Parabéns, Cabo Frio!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Deputado Delegado Palumbo, tem a palavra V.Exa.

O SR. DELEGADO PALUMBO (Bloco/MDB - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer e anunciar a presença do meu amigo Vereador Bruno Leite, da cidade de Monte Mor. É o nosso futuro Prefeito da cidade de Monte Mor, na Região de Campinas.

Obrigado, Bruno, pela ilustre visita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Já está na tribuna o Deputado Célio Silveira, que falará pelo tempo de Liderança do MDB.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (Bloco/MDB - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos. Parabéns pela sempre boa condução dos trabalhos nesta Casa!

Sr. Presidente, hoje é aniversário de 277 anos de Luziânia, uma das cidades mais importantes do meu Estado, Goiás. Luziânia fica localizada no Entorno do Distrito Federal, a 50 quilômetros de Brasília, e é mãe da próspera Cidade Ocidental, de Valparaíso de Goiás, de Santo Antônio do Descoberto, de Águas Lindas e tantas outras.

Então, agradeço muito ao Líder do meu Bloco, o Deputado Hugo Motta, por me ceder este espaço para falar um pouco da quinta maior cidade do Estado de Goiás, hoje tão bem administrada por um Prefeito de apenas 31 anos. Luziânia é de progresso, é de desenvolvimento, é de cultura, é de turismo e é de uma gente maravilhosa. Por isso, Luziânia hoje deve ser aclamada por todos os goianos, pelo seu papel importante na constituição desse Estado que hoje é tão forte no nosso País, que é o Estado de Goiás.

Hoje o Estado tem uma segurança muito boa, é líder em educação e é muito bem administrado e gerido pelo Governador Ronaldo Caiado e pelo atuante Vice-Governador, que já foi Presidente da CCJ aqui nesta Casa, nosso querido Daniel Vilela, filho do nosso saudoso Maguito Vilela. Por isso, é muito importante para mim, Sr. Presidente, este momento para falar de Luziânia, uma cidade de 210 mil habitantes, que brilha em Goiás, que brilha no Brasil e que tem uma gente maravilhosa.

Agradeço sempre ao povo de Luziânia pelos oito mandatos que já me concedeu. Fui Vice-Prefeito de Luziânia em 1996; fui Deputado Estadual por duas vezes, em 1998 e 2002; fui Prefeito reeleito da cidade de Luziânia; e agora, pela terceira vez, fui conduzido por boa parte dos luzianenses, por boa parte dos moradores do Entorno de Brasília e de uma grande parte de todos os Municípios do Estado de Goiás, que aqui represento com muito orgulho.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje, com muita alegria, venho a esta tribuna homenagear minha cidade natal, a querida Luziânia, que completa 277 anos de muita história e tradição. Fundada em 1746, recebeu inicialmente o nome de Santa Luzia, a santa protetora dos olhos, em homenagem a sua padroeira, que também celebramos hoje.

Luziânia é uma das cidades mais antigas de Goiás, e o Município com mais idade na região do Entorno do Distrito Federal. Considerada cidade mãe, por dar origem a Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, a sexta maior cidade do Estado conta, hoje, com aproximadamente 210 mil habitantes.

Está localizada a 60 quilômetros de Brasília e a quase 200 quilômetros da nossa linda capital, Goiânia. Com uma economia pujante, Luziânia registrou, neste ano, saldo positivo na geração de empregos e está no *ranking* das cinco cidades goianas que mais preencheram postos de trabalho com carteira assinada. Segundo dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, além de fazer parte da região geoeconômica de Brasília, destaca-se no setor agropecuário.

A minha cidade natal também conta com um importante patrimônio histórico e atrações turísticas, como o Lago Corumbá IV; o Lago Corumbá III, que permite a prática de diversas atividades de lazer e onde está situado o Bali Park, um parque aquático com a maior praia artificial do Brasil, integrado à natureza e com excelente infraestrutura; além da Academia de Letras e Artes do Planalto, de hotéis fazenda e do Centro de Convenções, projetado pelo ilustre e saudoso arquiteto Oscar Niemeyer e construído na minha gestão como Prefeito.

Eu atuei em Luziânia como médico. Fui Vice-Prefeito, Prefeito, Deputado Estadual e, hoje, estou no terceiro mandato de Deputado Federal. Assim, tenho contribuído com o desenvolvimento do Município, especialmente destinando recursos que têm sido revertidos em benefícios para a população. Em 9 anos de mandato, destinei mais de 70 milhões de reais em emendas parlamentares, que foram investidos em educação, segurança, saúde, infraestrutura e desenvolvimento rural.

Como Deputado Federal, eu continuarei a lutar pelo progresso da cidade, em parceria com o hoje arrojado Prefeito Diego Sorgatto, que tem atuado com maestria na administração do Município. Juntos faremos muito por esta próspera cidade que tanto amo: Luziânia, Goiás.

Senhoras e senhores, deixo aqui o meu abraço afetuoso ao povo de Luziânia, terra de Santa Luzia, terra de gente acolhedora, solidária e de muita fé.

Parabéns, minha amada Luziânia, por seus 277 anos!

Quero aqui aproveitar para convidar todos os colegas Deputados e Deputadas para, a 60 quilômetros de Brasília, quando estiverem aqui nos finais de semana, visitar Luziânia, visitar suas potencialidades, como o Lago Corumbá IV, como o Lago Corumbá III e seus clubes maravilhosos. Nós estaremos sempre abertos a receber os colegas com muito carinho e com muita atenção.

Quero aqui registrar, Sr. Presidente, a minha volta a esta Casa, depois de mais de 100 dias afastado. Eu fico feliz ao rever aqui tantos amigos, amigos do Brasil todo, amigos do meu Estado de Goiás, como o Professor Alcides, futuro Prefeito de

Aparecida de Goiânia, a segunda mais importante cidade do Estado; amigos como o Lázaro Botelho, do Tocantins, e como o Coronel Fraga, aqui do Distrito Federal. Todos têm Luziânia também como uma grande cidade de Goiás e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente Pompeo de Mattos.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, peço só um minutinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Célio Silveira.

Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento!

Eu tenho duas inscrições aqui para o microfone de apartes. Eu quero conceder a palavra, por preferência de solicitação, e não por importância, ao Deputado Duarte Jr., que é um grande e jovem Deputado desta Casa, e, depois, 1 minuto à Deputada Professora Luciene Cavalcante.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu venho a este microfone neste plenário para trazer o nosso sentimento em prol da inclusão.

Nas últimas semanas, eu recebi centenas de *e-mails* e recebi, em meu gabinete, dezenas de pessoas que expressavam receio de não derrubada do Veto nº 58.

Amanhã, nós vamos nos reunir neste plenário, e é muito importante a orientação do nosso partido, para que nós possamos derrubar o Veto nº 58.

O que isso significa, Sr. Presidente? Os surdos unilaterais tiveram um sopro de esperança no dia 1º de dezembro de 2022, com a aprovação nesta Casa do Projeto de Lei nº 1.361, de 2015. Ocorre que houve um veto presidencial. E, amanhã, nós teremos a oportunidade de derrubar esse veto.

É muito importante a derrubada desse veto, para que nós possamos ter, na lei, aquilo que já está reconhecido pela Convenção de Nova York e ratificado pelo Decreto nº 6.949, de 2009: a consideração da deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial.

Isso é muito importante para a real inclusão dessas pessoas no acesso à educação, no mercado de trabalho e na garantia de direitos.

O nosso compromisso é pela derrubada do Veto nº 58.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Duarte Jr.

A próxima inscrição é do Deputado Merlong Solano. S.Exa. já pode se dirigir à tribuna, enquanto concedo a palavra à Deputada Professora Luciene Cavalcante, com a sua eficiência e excelência.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Todo mundo que nos acompanha, queridos Deputados e Deputadas, hoje é um dia muito importante em defesa dos servidores públicos. Está acontecendo o julgamento das ADIs que tratam da inconstitucionalidade do confisco aplicado sobre aposentados e pensionistas. Por conta disso, nós estamos recebendo uma delegação de professoras que são contra o confisco praticado contra os aposentados. Estou aqui com a Profa. Rosana, com a Profa. Marta, com a Profa. Andréa, com a Profa. Jurema, com a Profa. Valéria e também com Vereador Celso Giannazi.

Nós também estamos em luta contra a farsa do relatório sobre o Novo Ensino Médio.

E, hoje, nós conseguimos uma importante vitória na CCJ: a aprovação do nosso relatório que põe fim ao congelamento dos nossos quinquênios e sextas-partes.

Eu queria registrar a presença dessas queridas professoras, muito lutadoras em defesa da educação e da escola pública. São professoras da EMEF Bernardo O'Higgins.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Professora Luciene. Parabéns a V.Exa.!

Professoras e Vereador, sejam bem-vindos! Estão bem acompanhados por uma professora, uma servidora pública que faz um grande trabalho no Parlamento nacional, com muito orgulho. Muito obrigado.

Já está na tribuna o Deputado Merlong Solano.

Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, colegas Deputadas e Deputados, senhores telespectadores da *TV Câmara*, o Piauí está em festa hoje, muito alegre, especialmente no litoral.

O Governador Rafael Fonteles inaugurou nesta manhã o Porto Piauí, um sonho de cerca de 100 anos que agora se concretiza, vira realidade; um sonho perseguido por várias gerações de piauienses, com o fim de fazer com que o Piauí deixasse de ser o único Estado litorâneo do Brasil que não contava com um porto.

Mais recentemente esse sonho contou com o afinco do então Governador Wellington Dias; agora contou com a determinação do jovem Governador Rafael Fonteles, que hoje entregou o primeiro terminal, o terminal pesqueiro. E já há outras ações em andamento para a entrega dos demais terminais: o terminal de grãos e fertilizantes; o terminal de cargas em geral; e principalmente o terminal do futuro, o terminal do hidrogênio verde e da amônia. O Piauí está partindo na frente para ser um *player* pioneiro na produção do hidrogênio verde.

Com essa realização, o Piauí, que já tem uma Zona de Processamento de Exportação — ZPE instalada e funcionando em Parnaíba, com diversas empresas já realizando todo o desembarço das suas exportações através da ZPE, junta agora à ZPE o Porto Piauí, o que dá condições ao Estado de dar um salto muito importante no seu crescimento econômico e no seu desenvolvimento. Nós precisamos disso para acelerar o crescimento.

Crescemos mais rápido do que o Brasil nos últimos 20 anos, mas esse crescimento tem que continuar por muitos e muitos anos num ritmo mais acelerado, para que o Piauí, que lá atrás ficou atrasado em relação aos indicadores econômicos do conjunto do Brasil, acompanhe o ritmo do nosso País e possa gerar renda, riqueza e emprego para melhorar as condições de vida de todos os homens e mulheres do Estado do Piauí.

Esse é o caminho para o Piauí, Sr. Presidente.

Parabéns ao Governador Rafael Fonteles! Parabéns ao Ministro Wellington Dias! Parabéns ao Piauí! Viva o Porto Piauí! Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelas redes de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Merlong Solano. A solicitação de V.Exa. será acatada pela Mesa, para divulgação do seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social do Parlamento Federal.

A próximo inscrição é do Deputado Padre João. (*Pausa.*)

A próxima inscrição é do Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

Tem a palavra V.Exa., Deputado, pelo tempo regimental.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, do dia 4 ao dia 8 de dezembro, foi realizada a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, aqui em Brasília. Essa conferência contou com 2.500 delegados, vindo dos 27 Estados e do Distrito Federal e também das conferências municipais de 537 Municípios.

Essa conferência nacional foi acompanhada também pela Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social da Bahia, a Dra. Fabya Reis, e também pela Superintendente de Assistência Social do Governo da Bahia, a Sra. Leisa Sousa.

Essa conferência acontece nos 30 anos da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, a lei fundamental da assistência social.

Parabenizo todas e todos os que participaram dessa conferência, um instrumento fundamental de fortalecimento das políticas de assistência social no Brasil.

Também nesta semana, do dia 11 ao dia 14 de dezembro, foi realizada a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Essa conferência contou com mais de 2 mil delegados. Da Bahia vieram 92 delegados. A Secretária Fabya Reis também acompanhou essa conferência, juntamente com a Superintendente de Inclusão e Segurança Alimentar Fernanda Silva. Essa conferência veio justamente para aprofundar as políticas públicas de segurança alimentar do nosso País.

É fundamental registrarmos isso porque a segurança alimentar, no Governo passado, sofreu muito. Bolsonaro, em uma de suas primeiras medidas, acabou com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. O Governo Lula resgatou esse conselho, e esse conselho organizou essa grande conferência.

Eu quero parabenizar os conselheiros, os delegados, todas e todos os que participaram da conferência, inclusive o Ministro do MDS, que é o responsável pelas duas conferências.

Este é o momento de discutirmos as políticas públicas com a sociedade brasileira. Isso é fundamental porque faz com que a sociedade brasileira seja protagonista na construção dessas políticas.

Eu parabeno o Estado da Bahia por participar também dessa conferência. Parabeno a Secretária Fabya Reis, a Superintendente Fernanda e todos os delegados que organizaram e participaram da conferência.

Sr. Presidente, para concluir, quero saudar e parabenizar os encontros regionais do Movimento Sem Terra que estão acontecendo em todo o Estado da Bahia. Esses encontros servem para debater a reforma agrária, avaliar os avanços da reforma agrária nesse período e, ao mesmo tempo, escolher delegados para participarem do encontro estadual que acontecerá de 19 a 22, em Salvador. A Direção do MST está de parabéns por debater isso.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Valmir Assunção.

A próxima inscrição é do Deputado Ricardo Silva. *(Pausa.)*

Deputado Alfredo Gaspar, do UNIÃO de Alagoas, tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. Na pessoa de V.Exa., quero saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna fazer um anúncio de importância vital para o Brasil e agradecer aos 177 Deputados e Deputadas que tiveram a altivez e a coragem de enfrentar o crime organizado, assinando o requerimento de CPI para combate ao crime organizado.

Está na hora de esta Câmara dar uma contribuição maior para a tranquilidade do povo brasileiro. Nós estamos em um estágio da Nação em que essa famigerada e conhecida facção criminosa, dividida em várias vertentes, tem tomado conta do País, trazido mortes, intranquilidade, aumentando consideravelmente o tráfico, dominando territórios e intranquilizando o Brasil por inteiro.

Por isso, eu vi muitos Deputados se negando a assinar o requerimento da CPI do crime organizado, temendo as consequências. No entanto, homens e mulheres comprometidos com o futuro da Nação, cujos nomes hoje irei publicar nas redes sociais, tiveram a coragem de enfrentar esse câncer que tomou conta do Brasil.

O Legislativo não pode fugir à sua obrigação de melhorar as leis, de expor as ligações do crime organizado com os Poderes constituídos, de debelar essas facções que têm dominado o País com medo e terror, de debelar as entranhas das facções dentro dos próprios Poderes constituídos.

Chega! Está na hora de o Brasil dar a volta por cima. O que acontece no Rio de Janeiro, o que acontece na Bahia, o que acontece nas Regiões Norte, Nordeste e Sul, é que as facções criminosas estão se sentindo à vontade para dominar a temática da segurança pública no País.

Com a instalação desta CPI, com o pulso forte de 177 Deputados e Deputadas que tiveram a coragem de arriscar a própria vida, nós iremos destinar para a história desta Nação o represamento definitivo dessa vagabundagem organizada que pensa que manda no País.

Ainda temos homens e mulheres com a coragem de ser brasileiros, de estar à altura no momento certo, para esta Nação não se transformar em uma narconação. Chega! O Brasil vai viver um novo tempo!

Parabéns, Sras. Deputadas e Srs. Deputados!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, eminente Deputado Alfredo Gaspar.

A próxima inscrição é do Deputado Otoni de Paula.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Messias Donato, que falará ao microfone de apartes.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero agradecer a V.Exa., que preside brilhantemente este Parlamento neste momento, e também parabenizar o brilhante Deputado que Alagoas enviou para este Congresso Nacional, o Deputado Alfredo Gaspar. S.Exa. é um homem corajoso e tem peito para enfrentar o crime organizado.

Deputado Alfredo Gaspar, eu quero saber o nome dos Deputados que assinaram o requerimento dessa CPI do crime organizado, porque o crime organizado tenta colocar os seus tentáculos em todas as repartições, em todas as camadas da sociedade, inclusive do Governo Federal, em algumas repartições públicas.

E eu quero saber se os Deputados do PT, se os Deputados do PSOL, se os Deputados do PCdoB e dos demais puxadinhos da Esquerda assinaram o requerimento dessa CPI, na qual nós iremos colocar o dedo na ferida, Deputado Alfredo Gaspar. E não adianta vir com conversinha fiada, com conversa mansa, porque eu conheço o Deputado Alfredo Gaspar e eu sei que ele tem coragem, assim como todos...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Já está na tribuna o Deputado Otoni de Paula. Em seguida, eu vou conceder 1 minuto ao Deputado Alberto Fraga e, na sequência, ao Deputado Helder Salomão.

Deputado Otoni de Paula, tem a palavra V.Exa.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Eu tive a alegria de assinar o requerimento da CPI do crime organizado de autoria do Deputado Alfredo Gaspar, a quem eu quero parabenizar — S.Exa. está aqui na minha frente. Eu parabenizo V.Exa., Deputado Alfredo Gaspar, pela coragem de trazer para esta Casa essa discussão. Nós não podemos mais permitir que a sociedade brasileira seja refém do crime organizado.

E por que ele é organizado? Quando nós perguntamos por que ele é chamado de organizado e obtemos a resposta, nós chegamos à conclusão do motivo por que V.Exa., no meio de 513 colegas, teve tanta dificuldade para conseguir as assinaturas que pudessem formatar, ou dar valor, ou dar condições ao seu requerimento, para que agora o Presidente da Casa, e só ele, libere a instalação da CPI.

O crime é organizado porque o tentáculos dele chegam ao poder. Os tentáculos dele vão do Planalto ao Congresso Nacional e, não se enganem, passa pelo Poder Judiciário desta Nação, um Poder que, se não se corrompesse, se não se curvasse ante o crime organizado e suas maletas e bolsas que percolam pelas madrugadas, através dos grandes escritórios de advocacia, com certeza esse crime não seria tão organizado assim.

Para que o crime seja organizado, não basta o fuzil. Para que o crime seja organizado, não basta apenas a venda de drogas em grande quantidade, nem o comércio de drogas. Para que o crime seja organizado, seja no seu Estado, Deputado Alfredo, seja no meu Estado, o Rio de Janeiro, é necessário que os tentáculos do crime organizado perpassem os Poderes desta Nação. É por isso, e só por conta disso, que V.Exa. viu Deputados se acovardarem diante da assinatura de algo tão importante para a Nação brasileira. Investigar o crime organizado é investigar ninho de marimbondo; é investigar gente hoje investigável; é chegar a lugares aos quais ninguém quer chegar.

Parabéns, Deputado Alfredo Gaspar, pela sua coragem! Vamos enfrentar essa chaga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Otoni de Paula.

Concedo 1 minuto ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também quero parabenizar esse Deputado novato na Casa, mas com uma vida pregressa de grande experiência na área da segurança pública, o Deputado Alfredo Gaspar, que teve essa iniciativa muito boa de requerer essa CPI e em tempo recorde conseguiu as assinaturas.

Segurança pública é um assunto recorrente. Todos nós falamos dela, mas nada de concreto acontece. Não mais este ano, Deputado Alfredo Gaspar, mas no ano que vem, como Presidente da Frente da Segurança Pública, nós vamos pedir, de uma forma bem cortês, ao Presidente Arthur Lira a instalação dessa CPI. E eu espero que ela seja instalada, porque eu participei da CPI anterior, e ela foi frutífera.

Com essa leva de Deputados novos que têm vontade de realmente fazer alguma coisa pelo Brasil, nós temos certeza de que, sob a batuta do Deputado Alfredo Gaspar, vamos obter um resultado positivo para o Brasil.

Parabéns, Deputado Alfredo Gaspar, por essa iniciativa!

E os 177 Deputados que assinaram o requerimento não podem ter medo da morte, não podem. Nós vamos fazer essa CPI e vamos falar sobre o problema do crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Deputado Alfredo Gaspar, esta Casa fez aqui a CPI do Narcotráfico contra a bandidagem. O Deputado Fraga é testemunha. Eu participei da CPI do Narcotráfico com vários Parlamentares estiveram na linha de frente. Eu subscrevo toda a luta contra bandido, contra a bandidagem. Da CPI do Narcotráfico participou um então Deputado do Ceará, o ex-Deputado Moroni Torgan, que, aliás, é gaúcho, da Polícia Federal, mórmon, assim como participaram o então Deputado e hoje Senador Magno Malta, a Deputada Laura Carneiro... Eu posso nominar aqui cada um dos Parlamentares que estiveram na linha de frente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - O saudoso Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Arnaldo Faria de Sá também participou dela, um guerreiro. Fizemos ali um enfrentamento muito grande.

Então, parabéns! Nós estamos juntos nessa luta, pode ter certeza.

Deputado Helder Salomão, concedo 1 minuto a V.Exa. Em seguida, terá a palavra a Deputada Simone Marquette, do MDB de São Paulo.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu quero parabenizar o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, por ter tomado uma medida muito importante, o fim do pedágio na Rodovia do Sol e na Terceira Ponte. Há 25 anos, o povo capixaba paga pedágio tanto na Terceira Ponte quanto na Rodovia do Sol, que liga Vitória e Vila Velha ao Município de Guarapari. Essa é uma medida importante, porque é uma via com tráfego de alto número de veículos, e o povo capixaba já pagou muito pedágio na Terceira Ponte e na Rodovia do Sol. Então, essa é uma medida importante.

Parabéns ao Governo do Estado! Isso é justiça com o povo capixaba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Helder Salomão.

Já está na tribuna a Deputada Simone Marquette, do MDB de São Paulo.

Tem a palavra V.Exa., Deputada Simone.

A SRA. SIMONE MARQUETTO (Bloco/MDB - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente, por essa oportunidade.

Quero falar aqui da minha alegria, quando eu recebi a notícia de que o Governo do Estado de São Paulo vai adotar como política pública do Estado um programa de governo que eu, enquanto estive Prefeita de Itapetininga, levei para a equipe de transição do Governador Tarcísio.

É importantíssimo esse projeto, por isso eu o trago para a Câmara dos Deputados.

Reforço para os nossos nobres colegas Deputados o quanto é importante a implementação das repúblicas em todo o Brasil. O Estado de São Paulo sai à frente, já acatando também essa nossa sugestão como projeto de lei.

O que são as repúblicas? Hoje, em nosso País, os jovens que são retirados das suas famílias pela Justiça e são levados aos abrigos ficam lá até os 18 anos. Os Municípios custeiam esses jovens com escola, alimentação, abrigos, mas, quando completam 18 anos, essas portas são abertas, e eles saem dos abrigos e vão para as ruas. Eles não estiveram com os seus familiares, eles não foram adotados e vão para as ruas.

Eu, enquanto Prefeita, fiz uma pesquisa importante em nossa Região Metropolitana de Sorocaba, com mais de 2 milhões de habitantes, e nela pudemos identificar, Presidente, que muitos jovens que saem dos abrigos vão para as ruas e se tornam moradores em situação de rua. Portanto, nós estamos falando de uma pauta que envolve segurança pública, cidadania, trabalho, estudo, educação. São diversas as pautas que se desenvolvem em virtude desse programa.

Então, os nossos jovens vão para as repúblicas para poderem estudar, trabalhar, utilizando como forma de trabalho um programa que já existe em nosso País, que é o Jovem Aprendiz. A somatória de programas já existentes nós levamos a esses jovens até os seus 21 anos.

Na cidade de Itapetininga, quando implementamos esse programa de governo, nós tivemos jovens formados atuando como enfermeiros, professores de educação física e diversos outros profissionais.

Essa oportunidade que nós damos aos jovens agora o Governo do Estado de São Paulo implementou. Então, estou muito feliz. Agradeço ao Governador.

Quero dizer aqui na Câmara dos Deputados o quanto é importante levarmos a todo o Brasil esse programa, que, de fato, eu coloquei em prática enquanto Prefeita. Ele trouxe resultados, e nós queremos levá-lo aos jovens de todo o nosso Brasil.

Muito obrigada, Presidente, por esta oportunidade. Nossos jovens merecem.

Salve Maria!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Salve Maria, Deputada Simone Marquette! Parabenizo V.Exa. pelo projeto de lei aprovado. A lei já foi sancionada. Reconhece-se aí essa questão da religiosidade. É muito importante para nós Nossa Senhora. Salve Maria! Parabéns a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Delegado Marcelo Freitas. *(Pausa.)* Não está presente.

Tem a palavra o Deputado Delegado Palumbo, pelo tempo regimental.

O SR. DELEGADO PALUMBO (Bloco/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho da sabatina do Dino no Senado, e ele falou que o STF não pode legislar. Infelizmente, legisla. Por que o Supremo Tribunal Federal quer legislar sobre drogas e aborto? Então, isso é conversa para boi dormir. Chegando lá, Dino também vai legislar, eu não tenho dúvida disso.

Mas a minha presença nesta tribuna é para falar do art. 208 do Código Penal, que se refere a escarnecer a fé alheia, brincar, caçoar de símbolos, não importando a religião. A pena é muito pequena, e nós estamos apresentando um projeto de lei para aumentá-la. Temos visto diversas afrontas: rasgam a Bíblia, quebram crucifixos, terços e imagens de Nossa Senhora. Eu sou católico apostólico romano, devoto de Nossa Senhora Aparecida. Falo para quem quiser ouvir que a minha maior arma não é a arma de fogo, que eu carrego na cintura, mas o terço, que eu rezo todos os dias. Aliás, rezo três terços: o mariano, o da misericórdia e o da providência divina.

Nenhuma religião deve ser escarniada, seja ela qual for — evangélica, espírita, católica, umbandista, africana —, mas é o que temos visto acontecer. É o caso de um episódio recente no Nordeste, onde uma mulher que fala que é atriz, mas não é, rasgou uma Bíblia. Isso é uma afronta. Demos entrada a uma representação no Ministério Público e na polícia em João Pessoa, na Paraíba. Isso é crime. A pena é ridícula, mas é crime.

Eu peço apoio aos colegas desta Casa, como o Deputado Icaro de Valmir, que é devoto de Nossa Senhora — o mais jovem Deputado do Brasil, com 22 anos, é devoto de Nossa Senhora, assim como eu —, para que possamos aumentar a pena. Ninguém tem o direito de cometer escárnio contra qualquer pessoa, devota de qualquer religião. Assim, eu peço o apoio dos meus nobres pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Delegado Palumbo.

A próxima inscrição é a da Deputada Geovania de Sá, de Santa Catarina, uma mulher catarinense e guerreira.

V.Exa. tem a palavra, pelo tempo regimental.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (Bloco/PSDB - SC. Sem revisão da oradora.) - Presidente Pompeo de Mattos, eu gostaria de cumprimentar V.Exa., bem como as Deputadas e os Deputados desta Casa.

Nesta manhã, na Comissão de Trabalho, conseguimos fazer um relatório complexo sobre o Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2023, do Deputado Alberto Fraga, que tem como objetivo corrigir uma injustiça cometida na reforma da Previdência. Trabalhadores, principalmente aqueles expostos a agentes nocivos, como mineiros, ceramistas, metalúrgicos e vigilantes deste Brasil, acabaram perdendo suas aposentadorias por tempo de contribuição. Esse relatório foi muito bem elaborado pela equipe técnica da Casa, pelo meu partido, o PSDB, e contou com o apoio de advogados especialistas na área da Previdência, como do Dr. Fernando. Nós conseguimos redigir um relatório que realmente atendesse às categorias e que os Deputados pudessem ter tranquilidade para votar. O debate levou algumas horas. Eu agradeço ao Presidente da Comissão de Trabalho, o Deputado Airtton Faleiro, por ter nos designado para Relatora.

Eu tenho a missão, aqui nesta Casa, Deputado Pompeo, de aprovar esse projeto de lei. É claro que ele passará por muitas Comissões e deverá vir a plenário, mas eu gostaria de pedir aos Deputados e Deputadas sensibilidade e atenção. Talvez possamos votar um requerimento de urgência neste plenário para fazermos, nesta Casa, um amplo debate para corrigir essas injustiças cometidas contra esses trabalhadores deste imenso Brasil. O Deputado Alberto Fraga, que está aqui no plenário, conseguiu este ano protocolar esse projeto de lei.

Eu estou totalmente dedicada a revisar essa injustiça contra os trabalhadores deste imenso Brasil. Sempre digo: não se pode comparar um trabalhador que trabalha num escritório com ar-condicionado a um trabalhador que vai a subsolo de mina, a um trabalhador que entra na cerâmica, a um vigilante, a todos os trabalhadores que têm contato com agentes nocivos à sua saúde.

Por isso, venho pedir a esta Casa sensibilidade. Sei que esta é a penúltima sessão da Câmara este ano, mas quero pedir que, neste fim de ano e no ano que vem, possamos estar dedicados.

Presidente, peço que meu pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Feliz Natal a todos!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

A próxima inscrição é do Deputado Bebeto. (*Pausa.*)

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Peço a palavra por 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Tem a palavra o Deputado Tadeu Veneri. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Flávio Nogueira. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves. *(Pausa.)*

Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Jack Rocha, no microfone de apartes, enquanto o Deputado Pastor Henrique Vieira se dirige à tribuna.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na sexta-feira, o Espírito Santo vai receber o Presidente Lula e toda a sua comitiva para a inauguração de uma das maiores obras em execução da Região Sudeste, uma marca da bancada federal. Foram investidos mais de 600 milhões de reais na ampliação e construção do Contorno do Mestre Álvaro, o que vai dar mais segurança para mais de 2 milhões de capixabas. É uma marca importante. Com a aprovação da PEC da Transição, garantimos os recursos, os investimentos para a continuidade dessa obra, que foi iniciada lá no Governo da Presidenta Dilma, a qual inclusive foi eleita, ontem, uma das melhores economistas do nosso País.

Então, sem dúvida alguma, a bancada federal está em festa, o Estado do Espírito Santo está em festa, pela entrega de uma obra tão importante, que mostra o compromisso de união e reconstrução do nosso Governo.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Jack. Parabéns a V.Exa.

Já está na tribuna o Deputado Pastor Henrique Vieira, do PSOL.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas.

Nesta semana, na segunda-feira, na Conferência Nacional de Saúde Mental, eu assumi a coordenação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Nós fizemos um ato antes da abertura da conferência.

Essa é uma frente histórica, que faz um trabalho muito importante e que foi presidida e coordenada brilhantemente pela Deputada Erika Kokay, a qual, muito generosamente, reconheceu o compromisso da minha vida, da minha militância e do nosso mandato com a luta antimanicomial e nos entregou esta tarefa tão importante de coordenar esta frente, sempre em parceria com o movimento da luta antimanicomial e com a rede de profissionais, usuários e usuárias.

Infelizmente, ainda existe no Brasil uma lógica manicomial que é violenta e violadora de direitos fundamentais. E um problema grave que nós estamos enfrentando — e este é um debate que eu tenho abertamente com o nosso Governo, do qual eu sou base — é com o financiamento público para as comunidades terapêuticas. Eu realmente sou crítico a essa lógica, porque as comunidades terapêuticas, via de regra, pela sua lógica, escapam àquilo que é uma definição clínica, horizontal, multidisciplinar, cuidadosa, que respeita a autonomia dos usuários e usuárias da Rede de Atenção Psicossocial. São muitas as denúncias de tortura, internação compulsória, proselitismo religioso, violência psicológica e até mesmo, recentemente, assassinato. Uma reportagem de 16 minutos do *Fantástico* sobre comunidades terapêuticas na Região Metropolitana de São Paulo fala de um caso de assassinato.

Nós aprovamos uma diligência relacionada a isso na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Qual é a lógica? Cada real investido nas comunidades terapêuticas é menos 1 real investido na Rede de Atenção Psicossocial, que segue os parâmetros do SUS para cuidar das pessoas de forma correta, baseada em evidências, na dinâmica da redução de danos. Vamos fazer um trabalho muito sério nessa frente, com consequência e consistência, com o apoio dos movimentos, dos familiares, dos usuários e usuárias, porque saúde mental é um direito e precisa ser oferecida de forma cuidadosa, competente, amorosa, lúdica, brincante e científica.

Era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Pastor Henrique Vieira.

Há uma série de inscritos aqui. Vou mencioná-los, mas não conforme a ordem: Deputado Heitor Schuch, Deputado Roberto Monteiro Pai, Deputado Felipe Saliba, Deputado Messias Donato, a professora Deputada Lídice da Mata e a professora, mestre e guia Deputada Alice Portugal, que já se inscreve.

Mas eu quero pedir vênias para chamarmos a Deputada Benedita da Silva, a nossa decana, Senadora, Governadora, honrada Deputada, que tem um grande trabalho nesta Casa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para fazer o registro do falecimento do nosso ex-Deputado Luiz Alberto, da Bahia.

Tive a oportunidade de conviver com ele nesta Casa. Grande foi este homem, fundador do MNU — Movimento Negro Unificado. Ele pôde, nesta Casa, ser exemplar na luta, no combate ao racismo, falando da desigualdade social, da relação de trabalho, do trabalho escravo. Ele deu uma grande contribuição, ainda dentro do MNU, para o processo da Constituinte. Depois, esteve nesta Casa durante três mandatos. Num desses mandatos, ele foi um dos responsáveis pelo Estatuto da Igualdade Racial.

Ele deixa amigos, deixa família e deixa um legado para todos os militantes do movimento negro brasileiro. Ele foi, sem dúvida, um professor, um mestre e um estudioso da causa. Nós lamentamos profundamente que ontem, após receber homenagem na cidade de Lauro de Freitas e comemorar com seus amigos, ele tenha passado mal pela manhã e, embora tenha sido levado para o hospital, não tenha resistido.

Por isso, eu deixo aqui este único registro, nesta tribuna, no dia de hoje, desejando que ele possa descansar em paz. Ele combateu o bom combate. Foi um grande Deputado Federal e também Secretário no Estado da Bahia. Eu espero que cada um dos militantes deste País possa, no dia de hoje, mandar sua saudação ao Estado, porque sei que a Bahia está de luto pela passagem para a ponte da eternidade que Luiz Alberto Santos fez nesta manhã.

Vá com Deus, fique com Deus e tenha paz!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Deputado Heitor Schuch, quando eu chamei o Deputado Márcio Jerry, ele não estava, mas voltou. Então, peço-lhe vênha para passar a palavra a ele.

Tem a palavra o Deputado Márcio Jerry.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer referência nesta minha fala a um tema muito importante com o qual fortemente convivi ao longo deste ano, tendo a imensa honra de presidir uma Comissão Permanente desta Casa: a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Quero destacar a produtividade da Comissão e dividir os excelentes resultados alcançados com todos os seus membros, com o Deputado Zé Haroldo Cathedral, 1º Vice-Presidente da Comissão. Foram 163 as proposições avaliadas e aprovadas, aperfeiçoando a legislação do nosso País, incidindo em muitos pontos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e alcançando contingentes importantes, que requerem, que precisam e que esperam a garantia dos seus direitos efetivos e plenos. Fizemos recentemente aqui na Casa um evento nacional, um seminário, intitulado *Federalismo das políticas públicas para as pessoas com deficiência*. Tivemos ainda uma participação muito ativa junto ao Governo Federal no lançamento do novo Viver Sem Limite, evento feito pelo Presidente Lula e pelo Ministro Silvano Almeida para apresentar ao País um conjunto muito forte e arrojado de ações, na União, nos Estados e nos Municípios, voltadas às pessoas com deficiência.

Esse é um tema a que esta Casa precisa dar uma atenção maior. Nós vamos dar uma ênfase muito forte para o tema do federalismo nas políticas públicas para as pessoas com deficiência para que nós possamos ter crescentemente ações complementares e convergentes dos entes federados, a União, os Estados e os Municípios. As pessoas com deficiência precisam de um lugar em cada Município do Brasil, em cada Estado da Federação, e da elaboração e implementação de políticas públicas que assegurem seus direitos. Nós precisamos assegurar os orçamentos dos Municípios, dos Estados e, cada vez mais, da União, para as ações direcionadas às pessoas com deficiência.

Portanto, na próxima semana, nós fecharemos na Comissão um ano de trabalho muito exitoso, com muitas conquistas, com muitos avanços e com um legado importante para o movimento da sociedade civil, que se realiza em todo o Brasil, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e um legado também para esta Casa, para o Parlamento brasileiro, permitindo-nos seguir fiscalizando e aperfeiçoando todo o marco legal, todo o arcabouço que garante esses direitos às pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Márcio Jerry.

A próxima inscrição é do Deputado Heitor Schuch. Em seguida, ouviremos o Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)*

Antes, concedo 1 minuto ao Deputado Henrique Júnior.

O SR. HENRIQUE JÚNIOR (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro muito importante: no dia de hoje, 13 de dezembro, ocorre o Festejo de Santa Luzia, na cidade de Matões, no Estado do Maranhão.

Esse festejo tradicional do leste maranhense carrega muita fé, carrega a energia do povo daquela região e, há muito tempo, convoca todos daquela região para pagarem suas promessas.

Aqui eu queria deixar registrado o nosso respeito à Santa Luzia, ao povo de Matões, ao povo da nossa terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Já está na tribuna o Deputado Heitor Schuch, que tem a palavra. Em seguida, eu vou conceder a palavra ao Deputado Marx Beltrão e aos demais Parlamentares que solicitaram, especialmente à Deputada Alice Portugal.

O SR. HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, 2023 foi o ano em que a natureza colocou o Estado Rio Grande do Sul de joelhos. Começamos com secas sucessivas, e, quando começou a chover, não parou mais, transformando-se a enchente inclusive numa catástrofe que acabou ceifando muitas vidas. Diante disso, eu quero registrar aqui que é urgente os Governos Municipais, Estadual e Federal colocarem em prática as políticas públicas para a sustentabilidade, a fim de retomarmos o equilíbrio.

Faço um registro todo especial acerca da população gaúcha, do Sul do Brasil: o maior destaque nessa tragédia foi a solidariedade dos irmãos e das irmãs gaúchas no que diz respeito à reconstrução da região e, num primeiro momento, ao socorro às famílias que perderam tudo.

Se olharmos para o setor primário, Presidente, vamos ver as consequências das questões climáticas: um reflexo direto negativo no PIB e, conseqüentemente, um aumento no preço dos alimentos e uma qualidade menor.

Vamos olhar para esta Casa. Eu quero registrar que a nossa Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, criada justamente com o propósito de avançar no debate da neindustrialização, da descarbonização, conseguiu votar e aprovar — parabênizo as Deputadas e os Deputados da Comissão, as assessorias dos gabinetes e das bancadas dos mais diversos partidos — mais de 30 projetos de lei, aplainando o caminho para a retomada do crescimento da indústria nacional. Fizemos mais de 20 audiências públicas, que consolidaram esse processo. Quero, portanto, de público, agradecer a todos o trabalho.

Registro também a alegria que tivemos nós gaúchos pelo ressurgimento, este ano, em Porto Alegre, da CEITEC, a única fabricante de *chips* e semicondutores da América Latina.

Louvo a iniciativa do Governo Lula e Alckmin de retomada do incentivo especial e de criação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Essas empresas são fundamentais e estão esparramadas pelo País inteiro. Também louvo a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por último, Presidente, eu queria agradecer em nome da nossa Comissão e dizer que espero que 2024 seja um ano mais tranquilo em termos de clima, que a eleição transcorra num ambiente...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Deputado Marx Beltrão, enquanto o Deputado Alberto Fraga vai à tribuna, concedo 1 minuto a V.Exa.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PP - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muito trabalho e articulação política, nós conseguimos votar aqui na Câmara o projeto de lei que garantiu a desoneração da folha de pagamento em 17 setores da economia. Infelizmente, o Governo o vetou.

Esta Casa tem agora o compromisso — chamo a atenção dos colegas — de derrubar o veto do Presidente da República relativo à folha de pagamento. Os setores da economia, como o setor industrial, precisam desse incentivo do Governo para que continuem gerando empregos e fomentando a economia do nosso País.

O nosso compromisso deve ser sempre com a manutenção e a criação de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Marx Beltrão. Parabéns a V.Exa.

Já está na tribuna o eminente Deputado Alberto Fraga. Em seguida, falará a Deputada Alice Portugal.

Deputado Alberto Fraga, tem a palavra V.Exa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Pompeo de Mattos.

Presidente, eu vou continuar com o meu discurso: segurança pública.

O Governo Lula fez durante a campanha a promessa de que criaria o Ministério da Segurança Pública. Mentiu para a população brasileira. Não fez absolutamente nada. Já são 11 meses de Governo Lula, e não há uma medida sequer para dar segurança ao povo brasileiro. Nada, absolutamente nada.

A política que o Ministério da Justiça fez foi um engodo. Lançou uma GLO *fake*, que já era atribuição do Exército, da Marinha... Ele criou essa GLO como se fosse algo novo, mas aquelas atribuições já estão previstas em lei. Portanto, mais uma mentira. Lançou um programa de combate ao crime organizado que é uma piada. Na verdade, copiou o que a lei do SUSP já previa, dizendo que era novidade.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, quem tem que combater a violência, com propostas duras — temos que enfrentar este debate aqui, com a Esquerda —, é esta Casa. É inadmissível uma pesquisa dizer que 94% da população — 94% da população! — são a favor da redução da idade penal, e não avançarmos com esse debate aqui. Aliás, durante 20 anos isso foi negociado, e nós conseguimos botar a proposta de emenda à Constituição em votação. Ela chegou ao Senado, mas foi engavetada e prescreveu.

Hoje, pesquisa da Quaest diz que 37% da população brasileira querem segurança pública de qualidade; que 16% estão preocupados com a economia; e que 11% estão preocupados com a corrupção. Então, o Governo Lula, se fosse um pouquinho inteligente, deveria adotar medidas nessa linha.

A reincidência no crime é uma coisa absurda no Brasil: 75% dos criminosos que saem dos presídios voltam para os presídios. A polícia está enxugando gelo. Não faz sentido continuarmos colocando na cadeia quem roubou 1 quilo de salame e deixando solto o traficante.

Eu gostaria que os senhores fizessem uma reflexão. Ao assistirem no noticiário que foi preso o estuproador tal, que foi preso o assaltante tal, aguardem que a notícia vai dizer que o sujeito deveria estar cumprindo pena, mas está solto, ou que está no regime semiaberto, ou que está no "saidão". De quem é essa culpa? É do Estado, que libera o cara que está preso, deixa-o sair para as ruas para cometer crimes. Enquanto isso, os nossos filhos estão sendo assassinados por causa de um celular.

Esta Casa se acovarda! O Governo Lula se acovarda! Tem medo de votar proposta de segurança pública. Eu só posso chegar a uma conclusão: se o Governo do PT não faz isso, é porque está mancomunado com o crime organizado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Deputado Alberto Fraga, obrigado.

Deputada Alice Portugal, tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental. Em seguida falará o Deputado Felipe Saliba.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dirijo-me em primeiro lugar à Bahia, que perdeu hoje um grande homem.

Deputado Federal por três vezes, Luiz Alberto foi pioneiro na luta antirracista aqui no Plenário desta Casa e nas ruas de Salvador. Estudioso, fez o caminho de volta à África, para todo um esclarecimento sobre o comércio de pessoas que levou à escravidão no Brasil, a última a ser abolida no mundo.

Luiz Alberto deixa uma lacuna neste momento de reconstrução do Brasil e uma saudade profunda em todos aqueles e aquelas que o respeitam e o guardarão para sempre na memória.

Mas, Sr. Presidente, também quero falar neste momento sobre a enfermagem brasileira. A enfermagem brasileira tem uma saga verdadeira após a aprovação do seu projeto de piso salarial quase à unanimidade do Plenário desta Casa, um piso garantido pelo suporte de duas emendas constitucionais, que lhe deram fluidez para que qualquer tribunal verificasse a sua constitucionalidade. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, com uma dedução absolutamente imprevisível, usou a carga horária de 44 horas, inexistente, e reduziu, de maneira sistemática e contundente, o valor do piso salarial desta numerosa categoria.

Agora, os embargos de declaração estão em votação. Já temos votos favoráveis à lei do piso com poucas modificações. O Ministro Barroso foi um dos que deu voto favorável. Mas temos alguns votos completamente discrepantes, que regionalizam o piso salarial da categoria, algo que já está superado há décadas em nosso País.

O nosso pedido ao Supremo Tribunal Federal é que respeite o que foi legislado por esta Casa. Já num último momento, no fim do ano do Judiciário e do Legislativo, algum dos Ministros, por favor, peça um destaque para a votação dos embargos, para que o Pleno possa ser acessado e a votação venha a ser presencial, para que o julgamento venha a ser presencial no início do ano que vem. Obtivemos essa informação em consulta a vários assessores jurídicos. Hoje está claro que, se um Ministro pedir o destaque, os embargos de declaração serão suspensos, para que seja o julgamento presencial, o que será favorável para a defesa da enfermagem, para que ela mostre o quanto foi subtraído com a instalação das 44 horas, que inexistem, assim como com a adesão de gratificações, que não são para ficar aderidas ao piso salarial.

Eu finalizo, Presidente, pedindo o apoio desta Casa, o apoio do Deputado Arthur Lira, o apoio de todos os Deputados e Deputadas. Conversem com os Ministros do Supremo, para que o destaque seja pedido, a votação seja presencial e o piso seja restaurado conforme os ditames da lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Alice Portugal.

Já está na tribuna o Deputado Felipe Saliba.

Se o Deputado Saliba me permite, vou conceder 1 minuto ao nosso honrado Deputado Silvio Antonio.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Silvio.

O SR. SILVIO ANTONIO (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados colegas Parlamentares, ontem eu subi à tribuna desta Casa para falar do prazo que findava para a sanção presidencial ao Projeto da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Ela foi sancionada pelo Presidente com 28 vetos, como eu previ ontem, o que deixou insatisfeita a categoria, que já aguardava 28 anos a sanção dessa lei.

Peço a esta Casa que, na sessão de apreciação de vetos, rejeitemos todos, para garantir esses direitos para as corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que têm dedicado a sua vida em prol da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Silvio Antonio.

Já está na tribuna o Deputado Felipe Saliba.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. FELIPE SALIBA (Bloco/PATRIOTA - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos os Parlamentares.

Venho a esta tribuna para tratar de uma situação infelizmente muito triste que aconteceu na semana que passou na minha cidade de Contagem, onde uma criança de apenas 8 anos de idade, com transtorno do espectro autista, foi encontrada pelos familiares abandonada num pátio de escola, sem nenhum cuidado, debaixo de uma temperatura muito elevada. E, infelizmente, esse não foi o único caso registrado em nosso Estado de Minas Gerais. Durante a mesma semana, foi noticiado nas principais mídias nacionais o caso de uma criança da cidade de Pains que foi encontrada no banheiro de uma creche também sem nenhum tipo de cuidado.

Nós sabemos que já evoluiu muito a legislação que protege as crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, que lhes garante tratamento especial e um mínimo de dignidade e respeito, mas a escola que deveria estar fazendo um trabalho de inclusão está infelizmente permitindo que aconteçam essas situações que aterrorizam famílias.

Eu estive pessoalmente na casa de uma criança cujo nome vou dizer porque fui autorizado pelos pais. Estive na casa do Miguel. Conversei com o pai e conversei com a mãe. Realmente, o abandono de uma criança que depende de tratamento muito intenso está causando um drama psicológico não só para criança, mas para toda a família.

Também foi noticiado, no mês de novembro, um caso aqui no Distrito Federal, onde uma criança com transtorno de espectro autista teve o braço fraturado em dois lugares, e dentro da escola, dentro de sala de aula.

Então, em razão de todos esses episódios de abandono, de maus-tratos dessas crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, estou propondo um projeto de lei, o meu primeiro projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados — tomei posse na data de ontem —, para que sejam tornados crimes hediondos os maus-tratos às crianças e aos adolescentes que têm transtorno do espectro autista.

Eu quero alarmar esta Casa e espero contar com a ajuda de todos os Parlamentares para que aprovemos com urgência esse projeto de lei. Precisamos dar um recado para a sociedade. Essas crianças merecem e precisam ser respeitadas. Essas situações que vemos acontecer são um drama que ataca e transtorna toda a família.

Desejo força para a família do Miguel. Meu abraço solidário à Michelle e ao Juninho e a todas as famílias que têm filhos com transtorno do espectro autista. Vamos lutar por essa causa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado.

Antes do próximo inscrito, tem a palavra por 1 minuto o Deputado Afonso Hamm. Em seguida, falará da tribuna o Deputado Eli Borges, do PL de Tocantins, nosso honrado pastor e grande liderança nesta Casa.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, subo a esta tribuna estarrecido: farra com o dinheiro público! Alguém pode acreditar que o Presidente Lula, em menos de 12 meses, fez 15 viagens internacionais e gastou próximo de 15 milhões de reais no cartão corporativo? Ele foi a uns 20 países, não lembro exatamente quantos. Passou 62 dias fora do nosso País. É um absurdo. É um escândalo. Além disso, indica amigos para o Supremo Tribunal Federal. O Ministro Zanin, já nomeado e empossado, foi seu advogado particular. Agora indica o atual Ministro Flávio Dino, que é ideológico, alguém que faz militância política. Como será a atuação de um Ministro com esse perfil na Suprema Corte do País? Isso nos preocupa.

O que vamos esperar para 2024, 2025 e 2026? Indignação dos brasileiros!

É essa a nossa posição.

Peço o registro, em todos os meios de comunicação, da indignação dos brasileiros, das famílias, inclusive daqueles que sofreram com as enchentes, com as tragédias que estão ocorrendo em todo o País, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Afonso Hamm.

A próxima inscrição é do Deputado Eli Borges, do PL do Tocantins, nosso honrado pastor. *(Pausa.)*

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Posso falar 1 minuto primeiro, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Depois de ouvirmos o Deputado Eli Borges, eu concedo 1 minuto a V.Exa.

O SR. ELI BORGES (PL - TO) - Se V.Exa. quiser, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Outro Deputado já falou 1 minuto. Depois que V.Exa. falar, Deputado Eli Borges, eu concedo a palavra ao Deputado, por 1 minuto.

O SR. ELI BORGES (PL - TO. Sem revisão do orador.) - Tudo bem.

Sr. Presidente, não quero tentar justificar o meu estilo, mas o meu Estado e alguns colegas andaram cobrando o porquê da minha abstenção na matéria sobre as armas. Deixei muito clara essa minha posição desde a época em que eu era Deputado Estadual. Sou conselheiro pastoral e já vi muitos incidentes em que a existência poderia trazer uma série de consequências. Eu sou assim, de luz própria, mas sempre defendi as armas na zona rural, porque entendo que se trata de uma necessidade de sobrevivência.

Em nenhum momento, Sr. Presidente, contrariei o meu grupo neste Parlamento. Está aqui o nosso querido Deputado Fraga, meu amigo. Em nenhum momento dei voto em favor de S.Exa. o Presidente ou da bancada dele. Essa é a posição do Deputado Eli Borges. Mas essa repercussão me preocupa. Espero estar mais maduro na próxima votação para defender essa temática e lutar por ela, mas confesso que carrego esse histórico do plebiscito, além da memória de vários acidentes que ocorreram, não comigo.

Eu tenho uma família, Sr. Presidente... Vou dizer de forma pública. Somos centenas no Brasil, e consta um assassinato por legítima defesa de um cidadão que estaria atacando a própria esposa e seus filhos dentro do carro. Não houve mais isso.

Feito esse registro, Presidente, eu quero pegar carona com o nosso querido Deputado Fraga para falar de um tema que o Brasil precisa levar em conta, diretamente ligado à segurança pública: a redução da maioria penal.

Não adianta querer passar a mão na cabeça de pessoas que têm menos de 18 anos e que matam. Elas sabem, muitas vezes, mais do que adultos. São convidadas pelos adultos, por não terem punições maiores, a liderar os procedimentos de assassinato e de roubo. Lidam com armas num estilo de profissional.

Sr. Presidente, nasce a criancinha. Quando ela trisca o dedo no fogo, o fogo pune o seu dedo e ela não faz aquilo outra vez. Não estou defendendo que criancinha seja punida, mas uma redução da maioria penal para 14 anos, com crescimento de pena e também crescimento de qualidade... Nós teríamos uma escala de níveis de prejuízo, uma escala de punição.

Sr. Presidente, nós precisamos discutir isso com urgência neste Parlamento. Não dá mais para ficar vendo feminicídio e assassinato de cidadão de bem por bandido. Não dá mais para ver os morros dominarem pedaços do Brasil. É preciso levar isso a sério.

Eu já expliquei o meu voto. Nenhuma vez este Deputado negou posicionamento favorável às demandas da segurança do País, porque elas são extremamente importantes.

Sr. Presidente, estamos entrando num nível em que o cidadão está preso fora da cadeia, porque a liberdade está acabando. Então, nós temos que discutir a redução da maioridade penal.

Peço registro da minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Eli Borges. A solicitação de V.Exa. a Mesa acata, para divulgação do seu pronunciamento nos meios de comunicação social, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

A próxima inscrição é da nossa honrada Deputada Lídice da Mata.

Enquanto a Deputada Lídice vai à tribuna, o Deputado Cabo Gilberto Silva tem a palavra por 1 minuto, no microfone de aparte.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Hoje o descondenado Lula vetou a Lei Orgânica das Polícias e dos Bombeiros Militares. Foram 28 vetos, Sr. Presidente, um retrocesso! O descondenado Lula odeia a polícia! Já deixou claro isso nas suas ações. O desgoverno não faz um gesto para a segurança pública. Os policiais do Brasil continuam sendo mal pagos, especialmente na Paraíba, onde se paga o pior salário do País. Os aposentados continuam pagando a Previdência, e sem paridade e integralidade, há acidentes de trabalho... Ou seja, o desgoverno Lula quer massacrar mais ainda os policiais e os bombeiros brasileiros

Eu, como policial militar do Estado da Paraíba, irei fazer o possível e o impossível para derrubar os vetos desse descondenado irresponsável que está acabando com a segurança pública do nosso Brasil ao defender apenas marginais e contrariar os policiais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado.

Já está na tribuna a nossa honrada Deputada Lídice da Mata.

Tem a palavra V.Exa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha pelos meios de comunicação da Casa, cabe a mim, como Deputada Federal da Bahia, registrar em meu nome e em nome da nossa bancada, como já fizeram alguns Deputados, a passagem, na data de hoje, do nosso Luiz Alberto Silva dos Santos, ex-Deputado Federal da Bahia. Infelizmente, ele faleceu hoje, vítima de um infarto fulminante, como as pessoas costumam dizer.

Natural do quilombo Baixa do Guai, em Maragogipe, no Recôncavo Baiano, Luiz Alberto foi Deputado por três vezes, quando atuou incansavelmente em defesa dos direitos da população negra nesta Casa. Era meu vizinho de nascimento, eu e ele, das nossas negras cidades de Cachoeira, de Maragogipe, de São Félix, de todo o nosso Recôncavo Baiano, com a influência da população negra, que registra mais de 80%.

Luiz Alberto foi também um grande sindicalista, "petroleiro", como se costumava dizer, e criador ou um dos fundadores da CUT, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado. Foi Secretário de Combate às Desigualdades Raciais, no Governo do Estado, no Governo do nosso Governador Jaques Wagner. Era um grande amigo. Nós costumávamos nos encontrar com outros Deputados baianos para discutir tanto políticas para a Bahia, como políticas relacionadas à luta antirracista no Brasil.

Ontem à noite, ele ainda participou da confraternização da Secretaria de Direitos Humanos, como assessor do Secretário Felipe. Logo depois, em casa, hoje de madrugada, passou mal, foi para o hospital, porém sem mais condições de socorro. O Secretário Felipe, pessoalmente, foi acompanhar o desenvolvimento da luta de Luiz Alberto pela sua vida no hospital, mas não conseguiu chegar a tempo.

A Bahia está de luto — o Governo do Estado decretou 3 dias de luto. Eu quero convidar nossos Deputados da Bahia, aqueles que puderem viajar amanhã antes do meio-dia, para participarem da nossa despedida de Luiz Alberto, às 15 horas, no Jardim da Saudade.

Finalizo, Sr. Presidente, registrando, por último, meus parabéns ao Ministro Flávio Dino, que hoje está fazendo uma exemplar sabatina e respondendo ao Senado Federal com civilidade, com serenidade, com tranquilidade, de maneira republicana.

Vejo aqui, sempre, questionamentos que não consigo entender: "*Um político no Supremo Tribunal Federal?!*" Diversos foram os políticos que, com conhecimento jurídico, chegaram ao Supremo Tribunal Federal. Já citei aqui nomes como Nelson Jobim, Paulo Brossard, tantos outros.

Alguém perguntou: "*Como julgará?*" Respondo: julgará como juiz justo e competente que é. Dino iniciou a carreira política como juiz, e foi competentemente juiz, deixando sua carreira para ser político. Como político, foi parcial, porque esta é a obrigação de qualquer político, em defesa das próprias convicções. Como juiz, será cumpridor da Constituição, que conhece profundamente, e, de maneira justa, será um julgador justo, competente e capaz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Lídice da Mata.

Depois de ouvirmos o Deputado Paulo Marinho Jr, terá a palavra o Deputado Dr. Jaziel.

Tem a palavra o Deputado Paulo Marinho Jr, pelo tempo regimental.

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos.

Caro Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas presentes no plenário, venho hoje à tribuna desta Casa dar voz a um sentimento de uma cidade que está começando a se libertar. Em Caxias, no Maranhão, temos visto nos últimos dias a população se levantar contra o descaso, o desgoverno, o desmando. A população foi às ruas reivindicar melhores estradas, indignada com o fato de uma cidade de uma região pobre, cheia de dificuldades, gastar milhões e milhões de reais com festas. De outro lado, a cidade sofre com a falta de medicamentos nos postos de saúde, com a falta de merenda escolar e de transporte público.

A população da zona rural, que representa dezenas de milhares de pessoas, está ficando completamente ilhada. Ao ver o inverno chegar, ela se pergunta como vai fazer para transitar. Meus amigos, para quem mora na zona rural num lugar pobre como o Estado do Maranhão, as estradas são tudo! As estradas representam para a população saúde, educação e renda.

Os moradores do 2º Distrito de Caxias não aguentaram mais esperar. Depois de anos e anos de promessas, mentiras, enganação, depois de anos de todo tipo de ardis que se possa imaginar, a população se levantou e foi para as ruas: interditou a rua e exigiu a melhoria imediata das condições de trafegabilidade das estradas, para que os moradores tenham condições de levar seus doentes ao hospital mais próximo; de levar o alimento que eles produzem à cidade, para ser vendido. Os moradores buscam, enfim, melhores condições. Eles ocuparam e interditaram a estrada, exigem que a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Caxias proceda à recuperação imediata da malha viária.

Ao longo dos últimos anos, o Município de Caxias teve sua malha viária completamente destruída, centenas de milhares de quilômetros foram destruídos. Eu faço a triste constatação de que, no mandato passado, destinei 1 milhão de reais em emendas para uma estrada vicinal, mas o Prefeito preferiu perder o dinheiro a executar a obra, tudo isso porque ele tinha receio de se tornar adversário político de alguém. O fato é que ele não colocou a população em primeiro lugar. Deixou o dinheiro voltar para Brasília e, assim, milhares de pessoas sem condições de trafegabilidade.

Portanto, eu venho a esta tribuna alertar o Ministério Público e clamar à Justiça que tome providências para que aquela população não continue desassistida.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja registrado pelos órgãos oficiais da Casa.

Muito obrigado pela concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Paulo Marinho Jr. A solicitação de V.Exa. será acatada pela Mesa para que seu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação social da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Antes de ouvirmos o Deputado Dr. Jaziel, próximo inscrito, concedo a palavra à nossa honrada Deputada Maria do Rosário, Secretária da Mesa, que está ao microfone de apartes.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputado Pompeo de Mattos. É sempre uma honra sermos coordenados por V.Exa. nessa Mesa.

Quero registrar a presença, nesta Casa, da ex-Vereadora de Porto Alegre Maristela Maffei e da Claudete, que representa o Vereador Brizola, de Novo Hamburgo. Trata-se de lideranças que participam da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tema que tem ganhado corpo a partir dos bairros de Porto Alegre, de Novo Hamburgo e de várias outras cidades, numa ação vultosa de comunidades, das cozinhas comunitárias e, principalmente, de mulheres na liderança.

Através da Maristela, envio um forte abraço ao Conselho Popular da Lomba do Pinheiro. As mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB e as comunidades da região têm realizado um grande trabalho, e por isso estão muito bem representadas, por meio das cozinhas comunitárias, visando ao enfrentamento da fome e à valorização da solidariedade.

Prezado Deputado Pompeo de Mattos, ficam nossos cumprimentos a todos aqueles e a todas aquelas que são delegados e delegadas e participam de fóruns, da conferência e dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Parabéns à Maristela Maffei, amiga de outras caminhadas. Está muito bem representada pela Deputada Maria do Rosário, que é, além de membro desta Mesa, uma grande Parlamentar deste Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Antes de ouvirmos o Deputado Dr. Jaziel, tem a palavra o Deputado Zucco, do Rio Grande do Sul.

O SR. ZUCCO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós estamos agora acompanhando, efetivamente, a sabatina com o Ministro da Justiça, Flávio Dino. É impressionante a mudança de comportamento: Dino, paz e amor! O político, assumidamente comunista e marxista, agora está dizendo que a toga não tem cor, que ele não vai levar em consideração ideologias.

Presidente, ele está faltando com a verdade! Infelizmente, nós teremos o aumento da bancada da Esquerda no Supremo Tribunal Federal, justamente aquela Corte, que deveria ser a guardiã da Constituição e a protetora das nossas leis.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Zucco.

Já está na tribuna nosso eminente Deputado Dr. Jaziel, que dispõe da palavra neste momento.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, ilustre Presidente Pompeo de Mattos. É sempre um prazer e uma alegria vê-lo nesta Presidência, especialmente pela forma como V.Exa. conduz os trabalhos. Parabéns!

Quero, com grande satisfação e alegria, dizer que foi aprovado há uma semana, na Comissão de Saúde, um projeto muito importante, de autoria deste Deputado, que dispõe sobre as diretrizes para a atenção à saúde de pessoas com o transtorno do espectro autista e das pessoas com o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade. Nós sabemos que estas são situações que precisam de uma tomada de decisão e realmente de regulamentação.

Nós não temos dados oficiais no nosso País. Agora é que foi aprovada lei que cobra dos institutos que fornecem dados que seja feito algum levantamento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE agora está autorizado a incluir em suas pesquisas estes dados, que são muito importantes.

A Organização Mundial da Saúde, em levantamento, diz que, em países com o contingente de 200 milhões de habitantes — pasmem! —, pelo menos 2 milhões podem ter o diagnóstico do transtorno do espectro autista e do transtorno do déficit de atenção com hiperatividade. Esta situação requer urgência.

Agora o projeto segue para a Comissão de Finanças e Tributação e, depois, para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, na sequência, para o Senado, onde, se Deus quiser, será aprovado em breve.

Este é o nosso anseio, a necessidade de que o projeto seja regulamentado. A justificativa está muito bem fundamentada, é explícita, segura. É necessário que o Governo tome uma atitude, e esta Casa tem a obrigação de dar suporte aos governos para que possam estabelecer esta que é uma política muito importante, diante do atual quadro em que se encontra a saúde.

Fica, portanto, nossa gratidão a Deus e a esperança de que nós tenhamos este projeto aprovado o mais rápido possível.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Dr. Jaziel. A Mesa acata a solicitação de V.Exa. para que seu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação social da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

O próximo inscrito é o Deputado Sargento Gonçalves; em seguida, o Deputado Paulão.

Antes, porém, abro um espaço para o Deputado Mauricio Marcon, para nos apresentar visitantes que vêm de Caxias do Sul. Olhando de longe, eu vejo de perto quem visita a Câmara dos Deputados.

Tem a palavra o Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Como V.Exa. já mencionou, estamos recebendo a corte da Festa da Uva de Caxias do Sul: Lizandra, Letícia e Eduarda, rainha e princesas da nossa maior festa. Recebo também, com alegria, nossa Vice-Prefeita e o Presidente Celestino, da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul — CIC.

Nossa festa acontece de 15 de fevereiro a 3 de março. Todo brasileiro que gosta de comer um bom galeto, de tomar um bom vinho e de comer uma boa uva será recebido de braços abertos por Caxias, aliás, toda a população brasileira.

Obrigado por visitarem nossa Casa, a Casa do Povo.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado.

Sejam bem-vinda toda a comitiva de Caxias do Sul, da Festa Nacional da Uva, especialmente a corte liderada pela Lizandra, Letícia e Eduarda, rainha e duas princesas!

Vice-Prefeita Paula e Fernando, sintam-se homenageados, assim como a Ana Paula, da Comissão Social da Festa Nacional da Uva.

O Município de Caxias está bem representado. Mauricio Marcon é um grande, um jovem Deputado. Nós ficamos felizes com essas presenças. Como gaúcho, eu fico muito honrado, na Presidência da Câmara dos Deputados, por testemunhar este momento e recepcioná-los.

Sejam bem-vindos!

Parabéns, Caxias do Sul, pela Festa da Uva, uma legenda para o Rio Grande!

Muito obrigado.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Pompeo de Mattos, o Deputado Afonso Motta, parece, também iria fazer um cumprimento. Eu quero fazer um cumprimento — V.Exa. já o fez —, em nome da Mesa Diretora, que integramos juntos.

Abrço as princesas, a rainha, a comitiva inteira, e destaco a importância da Festa da Uva e de todas as nossas festas, tradicionais que são no nosso Rio Grande, justamente por mostrarem o que melhor fazemos: trabalhamos e nos dedicamos. A região é formada por múltiplas etnias, todas as etnias nos compõem e todas trabalham unidas. Tenho certeza disso, por isso cumprimento o Deputado. Caxias tem representantes nesta Casa.

Eu, veranense, embora more em Porto Alegre há muito tempo, abraço a Festa da Uva de Caxias. Faço esta manifestação neste plenário, em meu nome e no da Deputada Denise Pessôa, uma grande Deputada, que, ao lado do Deputado, também representa Caxias do Sul. Aliás, hoje, mobilizou o Ministro Paulo Pimenta à valorização da festa e da nossa tão desenvolvida Caxias do Sul, a locomotiva de toda uma região e do Rio Grande.

Muito obrigada.

Felicidades! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Ainda bem que o Rio Grande é um "país" amigo do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - O Deputado Afonso Motta é nosso Líder do PDT na Câmara dos Deputados. Aliás, acabo de assinar a indicação da bancada, por unanimidade, do nosso Deputado Afonso Antunes da Motta para nos liderar no ano que vem.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu também quero me somar aos demais Parlamentares a esta celebração de Caxias do Sul, muito mais do que uma festa, é uma celebração da região nordeste do Estado. Caxias do Sul tem papel estratégico e decisivo para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, nossa homenagem e nosso reconhecimento.

Com certeza, mais uma vez, ficam engrandecidos a cultura, a economia, o desenvolvimento de Caxias do Sul, da região nordeste do Estado e do nosso Estado.

Parabéns!

Boa festa!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Afonso Motta, que também desenvolve um trabalho muito importante a favor de Caxias do Sul. Parabéns!

Tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves, já na tribuna, pelo tempo regimental.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Ouvi nestes dias que, quando a política entra pela porta do Judiciário, a Justiça sai pela janela. Hoje o Brasil está com os olhos voltados para o Senado Federal, e é bom que os Srs. Senadores saibam disso! Está sendo sabatinado hoje o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que se autodeclara comunista, que é contra a liberdade. Dia desses, ele declarou que acabou o tempo da liberdade de expressão no Brasil.

Estou falando da indicação ao Supremo de um Ministro suspeito na Lava-Jato, com o codinome "Cuba", de ter recebido propina da Odebrecht; um Ministro que foi Governador do Maranhão, membro do Consórcio Nordeste à época, que comprou de uma empresa especializada em *Cannabis* respiradores, em plena crise da pandemia, que nunca chegaram, e ninguém sabe onde foram parar 50 milhões de reais. Refiro-me a um Ministro que diz que o "descondenado", seu chefe maior, é um homem honesto, um exemplo de estadista; um Ministro que diz que o Presidente Bolsonaro não é apenas um opositor, mas um inimigo; um Ministro que diz que bolsonaristas são piores que traficantes ou bandidos.

É esse homem que está sendo indicado para assumir, infelizmente, um cargo tão importante no Judiciário brasileiro, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu rogo a Deus e peço aos Srs. Senadores da República que estejam atentos à responsabilidade que cai em suas mãos e suas cabeças, a responsabilidade de indicar alguém que pode ser fator decisivo para este tambor de pólvora prestes a explodir, o Brasil, nesta crise institucional que temos vivido no nosso País.

Não bastasse toda esta crise, o Presidente da República quer indicar um político autodeclarado comunista, alguém que, infelizmente, não vai vestir, de fato, a toga preta. Não venham com demagogia, nem com hipocrisia! Esse Ministro é, sem dúvida, um ativista, um militante. Vai ser mais um advogado do PT na tribuna do STF.

Eu oro a Deus para que, no dia de hoje, o Senado Federal demonstre que a PEC 8, a PEC que visava limitar as decisões monocráticas do STF, não tenha sido apenas um engodo. Que os Srs. Senadores estejam realmente dispostos a trazer o equilíbrio ou o reequilíbrio entre os Poderes desta Nação.

Esta é a nossa oração a Deus. Que o Brasil esteja atento e o Senado dê a resposta que o Brasil tanto espera. Que haja reequilíbrio entre os Poderes desta Nação, para que nosso País possa viver dias de paz!

Deus salve a Nação brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

Está na tribuna o Deputado Paulão, a quem peço vênha para conceder a palavra à Deputada Ivoneide Caetano para esta apresentar seus convidados Vereadores da Bahia.

Tem a palavra a Deputada Ivoneide Caetano.

A SRA. IVONEIDE CAETANO (Bloco/PT - BA. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero dar as boas-vindas aos Vereadores da Bahia: Mateus, do PT, de São Gabriel; Vaval, de Lafaiete Coutinho. Ambos estão nesta Casa para participar do intercâmbio legislativo, um instrumento extraordinário para a aproximação entre a Câmara dos Deputados e as Casas Legislativas Estaduais e Municipais.

Desde já, quero dar-lhes as boas-vindas. Mateus, Vereador de São Gabriel, será o próximo Prefeito da cidade. Estou também com Vaval, do Município de Lafaiete Coutinho. Junto a ele, está nesta Capital o Prefeito João Vêi.

Desejo a estes dois Vereadores combativos sucesso e tudo de bom.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Ivoneide.

Parabéns a V.Exa. e aos Vereadores que visitam a Casa, que estão muito bem representados. A Deputada Ivoneide é uma guerreira nesta Casa: honra a Bahia, o Brasil, o Parlamento nacional e a luta das mulheres de todo este País. Parabéns, Deputada Ivoneide!

Já está na tribuna o Deputado Paulão.

Parabéns a V.Exa., Deputado Paulão. V.Exa. tem a palavra.

Em seguida, concederei 1 minuto ao Deputado Josias Gomes.

O SR. PAULÃO (Bloco/PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu tive a alegria e a honra de participar, no período da tarde, da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental.

Quero destacar a delegação de Alagoas, em nome de duas pessoas: o Daniel, um jovem lutador social com deficiência visual da cidade de Arapiraca e São Sebastião, da Região do Agreste, e a Elisa, também uma grande profissional.

Quero dar destaque à questão da saúde mental, porque em Maceió ocorreu o maior crime ambiental urbano do mundo, praticado pela empresa criminosa Braskem. Cinco bairros foram afetados, e uma população de 60 mil pessoas foi retirada de forma abrupta. Lá se localizava toda uma estrutura de saúde mental: três casas de saúde e o Hospital Dr. Portugal Ramalho.

Além de estarmos atravessando a dor desse processo criminoso que a Braskem praticou em Maceió, Alagoas está na iminência de não ter o apoio na saúde mental para o Estado e principalmente para essas vítimas.

Espero que o Ministério Público Estadual, Federal, a Defensoria Pública da União e também do Estado tenham rapidez em equacionar esse processo que vai afetar a saúde mental no Estado de Alagoas. Se o processo tramita na Justiça, que haja decisão responsabilizando a empresa para que ela rapidamente encontre uma solução.

Outro assunto, Sr. Presidente. Parabenizo o Senado pela sabatina que está fazendo a um amigo que foi Deputado Federal, Senador, um Ministro com estatura, corajoso, que dá urticária em bolsonaristas. Ele tem a capacidade de raciocínio rápido e o papel fundamental de chegar à Alta Corte, porque tem conhecimento técnico.

Quando fez o concurso para juiz federal, ele tirou o primeiro lugar. Então, tecnicamente, ele tem capacidade. Mas, mais do que isso, ele tem sensibilidade social para tratar com carinho do que, muitas vezes, a Justiça tem uma distância muito grande. Então, eu o parabenizo, embora ainda não tenha sido concretizada a situação.

Por último, Sr. Presidente, quero a sua sensibilidade, pois nós perdemos hoje um Deputado Federal do PT da Bahia com quem eu tive a honra de conviver, um lutador, sindicalista da PETROBRAS, do Movimento Negro Unificado, o Luiz Alberto. Já foi feito 1 minuto de silêncio em sua memória. Eu quero aqui referendar a luta desse guerreiro chamado Luiz Alberto.

Luiz Alberto, presente!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Paulão.

Concedo a palavra ao Deputado Josias Gomes, por 1 minuto, no microfone de aparte.

O SR. JOSIAS GOMES (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho o triste dever de registrar, neste momento, o falecimento do companheiro e Parlamentar desta Casa por várias legislaturas, o Deputado Luiz Alberto. Há pouco, o companheiro Paulão, também do Partido dos Trabalhadores, fez menção a ele, assim como outros já o fizeram. Trata-se de um Parlamentar que a esta Casa trouxe todas as reivindicações vindas da rua. Era um daqueles Líderes importantes do Movimento Negro, fundador do PT e da CUT, que nos orgulha muito! Portanto, não tê-lo mais em nossas lutas no dia a dia é uma perda irreparável!

Presente, meu companheiro Luiz Alberto!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Josias Gomes.

Presente, Deputado Luiz Alberto, parceiro e companheiro nosso de outras missões nesta Casa! O Deputado foi meu colega, e é bom celebrar a memória e a história de quem soube fazer história.

Concedo a palavra ao Deputado Sargento Gonçalves, por 1 minuto, no microfone de aparte.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Sr. Presidente.

Venho parabenizar os policiais do Brasil que votaram no PT, no Governo Lula. Hoje ele deu prova cabal do quanto gosta das Forças Policiais do Brasil. Amanhecemos o dia com um presente de Natal para os operadores da segurança pública do nosso País, para policiais militares e bombeiros militares do Brasil! Foram 28 vetos na Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares do nosso País!

Sr. Presidente, a lei que trata desse assunto há 22 anos tramitava no Congresso Nacional. Esses vetos tiram a possibilidade de direitos importantes a policiais e bombeiros militares, profissionais da segurança pública que arriscam suas vidas em dias de muita luta, dedicando-se e entregando suas vidas para proteger a sociedade. No entanto, o reconhecimento do Governo do PT a esses operadores foi simplesmente o de vetar 28 pontos da Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares brasileiros.

Deixo registrada aqui a minha indignação a esses vetos! Conclamo o Congresso Nacional a derrubar não apenas os vetos à Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares, mas também os vetos à Lei Orgânica da Polícia Civil, que, de igual forma, de forma revanchista, infelizmente, foram feitos por esse Governo do PT. Vários pontos foram vetados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

A próxima inscrição é a do Deputado Prof. Paulo Fernando.

Peço ao Deputado Charles Fernandes que me substitua interinamente na presidência dos trabalhos.

Deputado Prof. Paulo Fernando, tem a palavra V.Exa., pelo tempo regimental.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caríssimos Deputados, quero tratar do Projeto de Lei nº 5.856, de 2023, da minha lavra, que dispõe sobre a possibilidade de sugestão pela sociedade civil na criação de datas comemorativas nacionais. Nós temos aqui outros instrumentos, por meio da nossa Comissão de Legislação Participativa, mas apresentei este projeto para que a sociedade possa também apresentar essas datas comemorativas, as chamadas efemérides.

Hoje, na Comissão de Legislação Participativa, sob minha relatoria, nós aprovamos a Sugestão nº 6, de 2023, indicada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que declara a arquiteta e urbanista Rosa Grena Kliass patrona da arquitetura paisagística no Brasil. O projeto agora deixa de ser sugestão, vira projeto de lei da Comissão de Legislação Participativa, e a tramitação continua aqui pela Casa.

Também quero mencionar o Projeto de Lei nº 3.769, de 2023, de minha autoria, que modifica a Lei nº 9.096, de 1995, para permitir o uso de assinatura eletrônica para a criação de partidos.

Veja, Deputado José Medeiros, que num passado recente tivemos a tentativa da criação do novo partido Aliança pelo Brasil, que encontrou muito burocracia. Então, a minha sugestão é de que, em de serem recolhidas assinaturas por meio de papel, isso possa ser feito por meio eletrônico, ou seja, utilizando o sistema e-gov, usando o *token*, que muitos profissionais têm, inclusive nós advogados. Essa matéria foi relatada na Comissão de Constituição e Justiça pelo ínclito Deputado Kim Kataguirí, foi aprovada e agora está aguardando a apreciação aqui do nosso Plenário.

Eu fiz isso baseado também em decisão recente do TSE, que aprovou a Resolução nº 23.647, de 2021, que já regulamenta a coleta de assinaturas digitais para a criação de novas legendas. Essa atitude faz com que possamos modernizar o sistema, desafogar a justiça eleitoral e, principalmente, fortalecer o Estado Democrático.

Sei que muitos reclamam da quantidade de partidos políticos — realmente, há uma grande quantidade —, mas isso não pode ser um óbice para aquelas pessoas que desejam ter uma nova agremiação. Que possam fazê-lo tendo o apoio desses eleitores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Boa tarde à família brasileira!

(Durante o discurso do Sr. Prof. Paulo Fernando, o Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Charles Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado Prof. Paulo Fernando.

Será atendido o pedido de V.Exa. para a divulgação do seu pronunciamento por todos os meios de comunicação da Casa.

Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.

O SR. FAUSTO PINATO (Bloco/PP - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho aqui mais uma vez para falar da Stellantis, a bolsa Fiat.

Nós sabemos que a reforma tributária saiu daqui correta, foi para o Senado, mas o Senado mudou. Mais uma vez, Sr. Presidente, está aqui e prejudica todos os Estados brasileiros, pois tem o intuito de que só a Fiat tenha o benefício no Nordeste, compensado em Minas Gerais. Estão mentindo para os Deputados e para os Líderes dizendo que a Argentina... Mas, na Argentina, o Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores é da Fiat, e no Brasil, também, nós mais exportamos do que importamos.

Relatório do TCU mostra o prejuízo inclusive para os Estados do Nordeste. Isso é um absurdo! O que a Stellantis está fazendo é um verdadeiro estelionato.

Sr. Presidente, eu não sei se é verdade, mas nós sabemos, com todo o respeito que eu tenho ao Partido dos Trabalhadores, que o berço do nascimento desse partido veio do Sindicato dos Metalúrgicos, que tem até hoje o Moisés. E parece que o PT fechou questão de ordem — essa foi a informação que chegou — para votar do jeito que está vindo do Senado.

Isso é um absurdo! Nós estamos prejudicando o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sudeste. Nós devemos olhar isso com lupa, porque existe algo de podre no reino da Dinamarca. Não é possível que todos os dados técnicos estejam mostrando isso.

E outra: é mentira que a Fiat fecha. Aqueles benefícios só ela pode ter, e ninguém pode ir para lá. O que ela está querendo fazer é gerar desemprego em todo o Brasil. Isso nós não podemos aceitar.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que faça divulgar o nosso discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Essa proposta está na contramão da agenda ambiental, porque colocaram biodiesel e era para colocar elétrico lá no Nordeste. Nós temos que torcer para o Brasil crescer em conjunto. Nós temos que saber que alguns incentivos, como os da Zona Franca e agora esse absurdo da bolsa Fiat, estão gerando desemprego em todo o Brasil.

Volto a frisar, Sr. Presidente: eu não acredito que o berço do PT, que é o Sindicato dos Metalúrgicos, vai sofrer uma traição dessa do Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Líder do PT e o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado Fausto Pinato.

O pronunciamento de V.Exa. será divulgado por todos os meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Convido para fazer uso da palavra o nobre Deputado Cobalchini, do MDB do Estado de Santa Catarina.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos, Deputado Cobalchini.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Quero saudar as colegas Deputadas e os colegas Deputados.

Ontem à noite esta Casa viveu um momento muito especial. Permanecemos aqui aproximadamente até meia-noite para aguardar a votação de um projeto muito importante. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 54, de 2021, de autoria da Deputada Tabata Amaral, que teve na Relatoria o Deputado Pedro Uczai. O projeto abarcou uma proposta nossa, um projeto de lei que já no início do ano apresentei, visando contemplar o ensino médio profissionalizante, ou seja, a educação profissional e tecnológica para os estudantes brasileiros.

No Brasil, ao contrário do que acontece no mundo, apenas 8% dos nossos jovens frequentam o ensino técnico, ao passo que, em países da Europa, esse número chega a 60%, 70%. Segundo um estudo recente do IPEA, quando os jovens concluem o ensino médio profissionalizante, 83% deles já saem empregados, já saem com uma profissão definida, e podem, sim, com o emprego, pagar o ensino universitário.

Então, eu comemorei a inclusão do meu projeto, de parte do meu projeto, e a decisão da Relatoria de destinar 10% do programa à permanência no ensino médio, que também considero muito importante. A evasão escolar é um dos principais problemas da educação no Brasil, e esse aporte de recursos como estímulo para a continuidade no ensino médio, e agora também para o ensino profissionalizante, é fundamental para o crescimento e para a geração de empregos no Brasil.

Por isso, comemoro essa grande aprovação.

Peço, Sr. Presidente, que a nossa manifestação seja veiculada pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado Cobalchini, do MDB do Estado de Santa Catarina, pelo pronunciamento de V.Exa. Será prontamente atendido o pedido de V.Exa. para a divulgação pelos meios de comunicação desta Casa do pronunciamento que acaba de fazer aqui.

Tem a palavra a nobre Deputada Célia Xakriabá, pelo tempo regimental de 3 minutos.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG. Sem revisão da oradora.) - Presidente, acabamos de sair da semana da COP, quando o mundo inteiro está preocupado com a questão climática. Mas é importante dizer que a COP não é somente o que aconteceu em Dubai. Não é somente, também, o anúncio da COP que vai ocorrer no Brasil. Nós povos indígenas somos tidos como uma das últimas soluções para barrar a crise climática.

Caro Deputado Jorge, amanhã, aqui na sessão, votaremos pela sustentação, pela permanência dos vetos presidenciais que tratam da tese do marco temporal. Neste momento, é importante dizer que não é possível uma luta pelo clima sem a demarcação dos territórios indígenas. Sem demarcação não existe clima, com racismo não existe clima, sem a diversidade não existe clima.

Hoje, o Conselho de Ética acabou de aprovar o arquivamento da tentativa da nossa cassação, ainda sobre aquela noite do mês de maio, quando estivemos aqui, aguerridamente, em defesa dos direitos dos povos indígenas. Nós até podemos pensar de maneira diferente, mas vocês não podem discordar da coragem dos povos indígenas.

As mudanças climáticas são algo real hoje, neste momento, e não somente algo do futuro. Nós precisamos, amanhã, na votação da permanência dos vetos, votar de maneira responsável. Quando V.Exas. estiverem votando, têm que votar não

somente em favor do povos indígenas, mas em favor do futuro de V.Exas. A não garantia da demarcação dos territórios indígenas pode comprometer a sua respiração, a água que chega à sua casa.

V.Exas. sabiam que em torno de 517 mil nascentes estão nos territórios indígenas? Nós conversamos com diversos setores nessa COP e dissemos que representamos o maior banco. Quando as pessoas nos perguntavam que banco era esse, nós dizíamos que era o banco de oxigênio. Nesta Casa, onde se vota mercado de carbono, não vai ser possível os territórios indígenas continuarem sendo proteção de estoque de carbono se nós não garantirmos a nossa existência.

Nós estamos fazendo um chamamento para a humanidade. Nós recebemos hoje, Sr. Presidente, uma carta assinada por diversos parlamentares alemães, na nossa campanha Bancada pelo Planeta, assinada por parlamentares de todo o globo em defesa dos direitos dos povos indígenas.

Não adie o seu futuro. Para a garantia do seu futuro, para o futuro certo, é "fica veto". Amanhã, vote do lado certo da história, vote do lado dos povos indígenas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputada Célia Xakriabá, pelo pronunciamento de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Saulo Pedroso, do PSD. S.Exa. dispõe do tempo de até 3 minutos.

O SR. SAULO PEDROSO (Bloco/PSD - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputadas, nobres Deputados, público que nos acompanha pelas redes sociais e pela *TV Câmara*, gostaria de fazer uso da palavra aqui para enaltecer e registrar uma conquista importante do Estado de São Paulo, uma conquista importante do Governo de São Paulo, na gestão do nosso Governador Tarcísio.

Nesta semana, com o apoio da bancada na ALESP — Assembleia Legislativa de São Paulo, foi aprovada a reforma administrativa. Eu fiz questão de trazer este assunto para a reflexão na Câmara Federal, principalmente num momento como este de fechamento do primeiro ano, em que, à medida que nós vamos debatendo aqui o equilíbrio fiscal — o fechamento do déficit, a necessidade de o Governo arrecadar mais para equilibrar as contas públicas —, nós temos boas práticas sendo apresentadas ao Brasil, como essa atitude, essa ação, essa importante conquista conduzida pelo nosso Governador.

Ele demonstra que o poder público, nos momentos de dificuldade, precisa cumprir a sua obrigação de também fazer um gesto no sentido de economizar e no sentido de ter responsabilidade com o dinheiro público. Faz sentido que atitudes como essas sirvam de espelho e sirvam de exemplo ao Governo Federal para que ele também faça o mesmo que o Governador tem feito em São Paulo, apresentando à Câmara Federal a possibilidade de que o debate da reforma administrativa seja acompanhado, por exemplo, da reforma tributária, enfrentando os debates turbulentos em relação ao equilíbrio das contas públicas, com a possibilidade ou não da derrubada do veto da desoneração.

É muito preocupante para um país que busca um ambiente de prosperidade, que precisa retomar o seu crescimento, o seu desenvolvimento, não sinalizar que o poder público está cumprindo a sua parte e querer só, às vezes, colocar a conta do fechamento do déficit no colo do desempenho da iniciativa privada.

Portanto, o Governador tem feito a sua parte lá em São Paulo, transformando São Paulo na locomotiva que puxa o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Exemplos como este precisam ter reflexo dentro do Parlamento Federal para que nós façamos dos bons exemplos e das boas práticas também um ambiente de debate e de discussão, porque o Brasil precisa voltar a ser um país competitivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado Saulo Pedroso, pelo pronunciamento de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Luciano Alves, do PSD do Estado do Paraná.

O SR. LUCIANO ALVES (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente Charles Fernandes, muito obrigado. Boa tarde a todos.

Vamos fazer uma pausa aqui no Congresso Nacional para falar do Estado do Paraná, um Estado em que a saúde é levada a sério. Nem todas as cidades conseguem ter um Governo que se preocupa com o cidadão, com o ser humano, que precisa do atendimento na saúde pública.

Na semana passada, a minha cidade de Foz do Iguaçu sediou e se transformou praticamente na sede da saúde pública do Estado. Lá nós estivemos reunidos com as pessoas que realmente fazem o atendimento à população por parte do Governo

do Estado, juntamente com o Deputado Beto Preto, Secretário de Saúde do Governo do Estado do Paraná, com o nosso Presidente do Partido e também com o nosso Governador Ratinho Junior.

Foi feita uma grande cerimônia, em que foi liberado nada mais, nada menos do que 1 bilhão de reais para dezenas de cidades do nosso Estado do Paraná, o que se transformou em um alívio para os Prefeitos, nas Prefeituras, e praticamente um presente para a população também, que terá um reforço no atendimento neste final de ano.

Então, eu quero dar os parabéns aqui ao Governador Ratinho Júnior pelo trabalho que tem feito.

O Estado do Paraná está em boas mãos. Dá orgulho viver em um Estado em que o povo é tratado e cuidado por gente que realmente gosta de gente.

Um exemplo também é o nosso Secretário da Saúde. Parabéns, Secretário Beto Preto, pelo bom trabalho que vem fazendo no Estado do Paraná desde a época da pandemia! A população está vendo a competência e o carisma de um homem que faz o que gosta para quem gosta de um jeito leve e suave. Beto Preto é um orgulho do Estado do Paraná.

Parabéns a todos que estão acompanhando o trabalho e cuidando da nossa gente de Foz do Iguaçu e de toda a região oeste do Estado do Paraná!

Sabemos que, infelizmente, na minha cidade, pessoas que vão para a UPA chegam a ficar 4 horas esperando um atendimento. Para aliviar essa situação, cerca de 500 cirurgias eletivas estão sendo realizadas em Foz do Iguaçu. Nós agradecemos em nome daquela população, daquela senhora e daquele senhor que tanto esperaram por uma cirurgia. Como Deputado Federal de Foz do Iguaçu, eu quero agradecer ao Governo por estar dando esse apoio tão importante para a saúde daqueles que merecem.

Gratidão ao Governador Ratinho Júnior e ao Secretário Beto Preto!

A população já está enxergando quem é o nosso próximo Governador do Estado do Paraná.

Que Deus abençoe o Brasil, Foz do Iguaçu e o Paraná!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado Luciano, do PSD do Estado do Paraná, pelo pronunciamento de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Marangoni, do UNIÃO do Estado de São Paulo. O nobre Deputado dispõe do tempo de até 3 minutos.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas aqui presentes, eu trago primeiro um agradecimento ao Presidente da INFRAERO, com quem estive ontem nesta Casa pedindo recursos para o aeroporto regional da cidade de Olímpia.

E, ontem à noite, o Presidente da INFRAERO me disse que já garantiu os 50 milhões de reais para a construção do aeroporto regional da cidade de Olímpia — inclusive o contrato com a Prefeitura já está assinado e o projeto já está sendo elaborado, Deputado Cabo Gilberto.

Então, eu queria parabenizar o Presidente da INFRAERO e a ele agradecer.

Nós vamos continuar acompanhando esse processo até a conclusão desse aeroporto tão importante, que vai mudar a realidade do noroeste paulista na cidade de Olímpia.

Eu aproveito para convidar todo mundo a conhecer a cidade de Olímpia, a Disney brasileira.

Novamente, eu agradeço ao nosso sempre Deputado e sempre Prefeito Geninho Zuliani, que fez essa transformação na cidade de Olímpia e fez esse pedido.

Sr. Presidente, eu queria noticiar um fato da nossa cidade de Presidente Prudente, no oeste paulista, que está passando por uma situação muito difícil justamente na saúde.

A cidade de Presidente Prudente teve problemas orçamentários e deixou de fazer o repasse de aproximadamente 12 milhões de reais para o Consórcio do Oeste Paulista, que faz a gestão da saúde dos Municípios da região. E isso, Deputado Cabo Gilberto, resultou no aviso prévio de mais de 500 profissionais da saúde na semana passada.

Nós vamos ter o fechamento da UPA do Jardim Guanabara, na Zona Norte, e da UPA do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, se essa situação não for regularizada. Também não haverá atendimento no Parque Ecológico da Cidade da Criança, sem o serviço de um equipamento que atende a mais de 50 Municípios na região.

Nós temos um pedido, hoje, para o Ministério da Saúde, da liberação de aproximadamente 7,5 milhões de reais. Isso equalizaria, Sr. Presidente, momentaneamente o déficit do Município e tornaria possível e viável a regularização desses serviços.

Nós temos 3 milhões de reais do teto MAC e mais 4 milhões e 300 mil reais que já estão cadastrados no Ministério da Saúde. Então, eu venho reforçar esse pedido à Ministra.

Por fim, quero agradecer ao *Diário do Grande ABC*, que, muito embora não fosse a sua intenção, trouxe um pouco da nossa biografia e do que fizemos pela nossa cidade de Santo André, junto ao nosso Prefeito, e do que fizemos no Estado de São Paulo, enquanto Secretário de Habitação. O *Diário* trouxe um pouco da nossa história.

Eu gostaria de dizer ao jornalista do *Diário do Grande ABC* muito obrigado por trazer a nossa biografia, muito embora a intenção tivesse sido outra. Eu fico muito feliz de ter sido trazido a público tudo aquilo que conquistamos para o nosso Município de Santo André.

Peço o registro deste pronunciamento nos Anais da Câmara dos Deputados e a sua divulgação pelos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Deputado Marangoni, do UNIÃO do Estado de São Paulo, obrigado pelo pronunciamento de V.Exa. Será registrado em todos os meios de comunicação da Casa o pronunciamento de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Sidney Leite. Em seguida, terá a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, durante o decorrer deste ano, um grupo de trabalho tratou da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a PEC da Reforma Tributária, PEC esta que votamos aqui neste plenário. O Senado da República fez o seu debate, a sua discussão e a sua votação.

Ao voltar a PEC para a Câmara, Sr. Presidente, o Governador do Estado de São Paulo argumenta que a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — CIDE tem como papel, nesta colocação no que diz respeito à Zona Franca de Manaus, simplesmente ser um imposto regulatório, ser uma barreira como hoje é o IPI, que atua em alguns produtos, e que somente o ICMS e outros tributos não conseguiriam manter a competitividade do polo industrial.

Ele diz que, com esse modelo, qualquer empresa, a qualquer hora, a qualquer momento, poderia se deslocar para o Polo Industrial de Manaus. Isso, em primeiro lugar, não é verdadeiro. Eu espero que o Governador Tarcísio não esteja agindo de forma leviana — coisa que eu não acredito. Esse instrumento foi criado para garantir que alguns itens produzidos no Polo Industrial de Manaus pudessem garantir competitividade não só com o que poderia ser produzido fora, mas também com produtos de importação.

Eu chamo a atenção, porque, se isso fosse verdadeiro, hoje, se atuaria com o IPI, e seria elevada a alíquota de IPI para determinados segmentos. Por exemplo, se alguém tiver a intenção de montar uma fábrica para produzir linha branca, em Manaus não vai poder, porque isso não está no enquadramento da lei da Zona Franca de Manaus. Além disso, é preciso o Projeto Produtivo Básico — PPB para que possa estar dentro dos critérios definidos por aquela lei, bem como também pelos critérios da Receita Federal, do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Dito isto, Sr. Presidente, eu venho a este plenário para que nós possamos fomentar esse debate, que é um debate importante e rico sobre a questão da reforma tributária, que eu particularmente apoio. Nós não podemos tratar igualmente os desiguais. A Zona Franca de Manaus é o melhor modelo de desenvolvimento regional integrado deste País, atuando em grande parte da Amazônia Ocidental, nos Estados do Acre, Roraima, Amazonas, Rondônia e Amapá. Por isso, é importante que essa reforma garanta esse equilíbrio.

Deputado Joaquim Passarinho, que, por sinal, faz um grande trabalho na Frente Parlamentar do Empreendedorismo neste Parlamento, no Congresso Nacional, nós sabemos que, com essa reforma tributária, quem mais ganha é a indústria. E o PIB da indústria se concentra no Sudeste e, em seguida, no Sul, que juntos têm mais de 70% do PIB da indústria deste País. Nem por isso eu sou contra, porque eu entendo que o Brasil precisa avançar. E a simplificação tributária é importante.

Agora, nós não podemos, Sr. Presidente, acabar com modelos de desenvolvimento regional exitosos em detrimento de alguns outros segmentos. Por isso, eu entendo que a reforma é importante, mas modelos de desenvolvimento regional que preservam a biodiversidade e asseguram a qualidade de vida e o desenvolvimento regional devem ser garantidos.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Deputado Sidney Leite, do PSD do Estado do Amazonas, será atendido o pedido de V.Exa. para divulgação de sua fala em todos os meios de comunicação desta Casa.

Enquanto o Deputado Cabo Gilberto Silva se dirige à tribuna, eu concedo 1 minuto ao Deputado José Medeiros e, depois, 1 minuto ao Deputado Joaquim Passarinho.

Tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer à Vereadora Kalynka pela visita que nos faz hoje. Ela está aqui, juntamente com as colegas Daiane e Milleid, participando de um evento das mulheres do Republicanos.

Eu também quero destacar que a Milleid é a Vereadora mais jovem do Estado de Mato Grosso. Aliás, são todas jovens, mas a Milleid é a mais jovem do Estado. Com certeza, nós nos sentimos muito honrados com a visita das Vereadoras. A Kalynka é da minha cidade, a Milleid é de Indivaí e a Daiane é de Glória d'Oeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado José Medeiros.

Sejam bem-vindas, nobres Vereadoras, a esta Casa. V.Exas. estão muito bem acompanhadas do Deputado José Medeiros. Deputado Joaquim Passarinho, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu sei que V.Exa. está aí cumprindo a sua função, mas há alguma notícia sobre a Ordem do Dia?

Desde ontem, nós estamos aqui esperando por tantas matérias importantes. Nós temos vetos importantíssimos para serem votados, assim como medidas provisórias, assuntos importantes, a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LOA — Lei Orçamentária Anual. Há tanta coisa importante, Presidente, mas nós estamos há 2 dias aqui praticamente sem saber se podemos ir embora, se haverá alguma coisa. Peço à assessoria da Mesa que nos dispense, porque nós estamos vindo para cá, gastando passagem cara e ficando aqui para nada. E isso nos empurra cada vez mais para cima do recesso parlamentar.

É um absurdo! Terça e quarta-feira são dias de votação. Deveríamos estar aqui votando, Deputado Cabo Gilberto Silva, e não apenas fazendo discursos políticos, até porque nós temos muita coisa para votar, muita coisa importante, e dependemos disso para podermos sair no recesso parlamentar.

Eu sei que V.Exa. está aí cumprindo a sua função, mas poderia pedir à assessoria da Mesa que nos desse uma informação, para termos pelo menos uma perspectiva: vamos ter Ordem do Dia ou podemos ir para casa?

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado Joaquim Passarinho. Se tivermos alguma informação, em instantes passaremos ao Plenário.

Encontra-se na tribuna o nobre Deputado Cabo Gilberto Silva. Em seguida, terá a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, venho prestar contas do nosso mandato, das nossas emendas parlamentares.

Destinamos à segurança pública do Estado da Paraíba metade das emendas de bancada. Esse era um compromisso nosso de campanha, já que eu não posso resolver os dois graves problemas que os policiais do Estado da Paraíba têm hoje e já há bastante tempo, com a gestão do Sr. Governador, do ex-Governador, que, infelizmente, vai empurrando esse problema para a frente. E os policiais continuam, Sr. Presidente, amargando, vejam só, o pior salário do País, das 27 unidades federativas brasileiras.

Também os aposentados têm sido desrespeitados, com base na determinação constitucional do art. 144, § 9º, bem como na Lei nº 13.954, art. 24, que dizem que os policiais e os bombeiros militares têm que receber exclusivamente como subsídio, com paridade e integralidade, e isso não acontece no Estado da Paraíba.

Então, esses dois problemas são gravíssimos. Infelizmente, as nossas emendas parlamentares não têm como resolver, só a caneta do Sr. Governador, de quem venho cobrando insistentemente para que a segurança pública do Estado da Paraíba seja tratada com responsabilidade. E o Governador, no próximo ano, pode fazer a diferença, através da Bolsa Desempenho, incorporando-a ao soldo, bem como com a data-base, tirando os policiais da estatística de pior salário do País.

Nós estamos fazendo a nossa parte, como Deputado Federal, e aqui prestando conta, Srs. Parlamentares, das nossas emendas. Metade das emendas de bancada foi para a segurança pública, para melhorar as condições de trabalho, dar mais conforto aos policiais, para que eles possam exercer a sua função, missão constitucional de defender a sociedade brasileira, especial e particularmente no nosso Estado da Paraíba, que tem 223 Municípios. Mas, com efetivo reduzido, não têm

como atender todas as cidades. E a segurança pública não presta esse serviço à população, que tem direito, segundo a nossa Constituição, a um serviço eficaz.

Então, como Deputado Federal, presto contas do nosso mandato parlamentar em defesa da sociedade paraibana, em defesa da segurança pública, em especial dos policiais militares, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, agentes socioeducativos.

Agradeço a vocês. A maioria das nossas votações se deu em defesa das forças de segurança. E eu tenho que estar aqui defendendo todos vocês.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, Deputado Cabo Gilberto Silva, pelo pronunciamento de V.Exa.

Convido para fazer uso da palavra o nobre Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Charles Fernandes.

Eu ocupo a tribuna para fazer eco à posição em favor da desoneração da folha de pagamento, para que continue a desoneração. Essa desoneração foi implementada em 2011, no Governo do PT, no Governo da Presidente Dilma, e foi algo positivo para o Brasil, para as empresas, para os empresários, para os empreendedores e, fundamentalmente, para o povo trabalhador que arrumou emprego. Quem tinha emprego, manteve; e quem não tinha, conseguiu emprego. Uma medida positiva. Ao invés de o imposto ser sobre a folha de pagamento dos trabalhadores, a empresa paga o imposto sobre o faturamento. Isso faz com que haja mais emprego, mais trabalho, mais produção, mais faturamento, mais imposto, mais renda, mais receita para o Governo Federal. Sabe o bom que é bem bom, que é muito bom e que faz bem? Pois é. Dez anos. Por 10 anos! Vencidos esses 10 anos, nós prorrogamos por mais 2 anos. Esse prazo vence agora no final de 2023, em dezembro. E nós queremos a prorrogação até 2026, 2027, por mais tempo.

É incrível, o Governo vetou, ou seja, o mesmo Governo que criou, agora vetou. Eu até compreenderia o veto se houvesse uma alternativa: vetamos a desoneração da folha, mas haverá uma alternativa compensatória. Não há. Não existe. E são 17 setores: calçados, *call center*, comunicações, confecção, vestuário, construção civil, empresa de construção de obras, infraestrutura, couro calçadista, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas, equipamentos, proteínas animais, têxtil, transporte rodoviário, ferroviário — o valor da passagem vai aumentar —, transporte coletivo de ônibus, transporte rodoviário de carga. Não há razão de ser! É difícil de se compreender.

Por isso, esse veto não se sustenta, e eu voto contra o veto e a favor do empreendedor, a favor do empresário e a favor do trabalhador que precisa de emprego. Quem tem emprego tem que preservar o emprego; e quem não tem emprego, precisa ter emprego, e com a folha desonerada é possível acontecer isso. Mas, se a folha voltar a ser onerada, tchau, emprego.

Para concluir, Sr. Presidente, também temos o Veto nº 12, que é um veto difícil de explicar. Trata-se de um projeto que foi aprovado nesta Casa de amparo, de indenização ao Batalhão Suez. São soldados gaúchos, na maioria, brasileiros na essência, que foram à Guerra dos Seis Dias, lá no Oriente Médio, e que nunca foram reconhecidos, nunca foram indenizados, nunca foram acolhidos, nunca foram amparados. O projeto foi votado, aprovado na Câmara, no Senado, e, incrível, o Presidente Lula vetou. Eu acho que ele foi mal orientado.

Eu espero que haja uma revisão desse conceito e que nós possamos fazer um acordo — PT, PDT, PCdoB, PSB, todos os partidos, PL, Direita, Esquerda. Não é possível que nós não vamos amparar os nossos irmãos do Batalhão Suez. Mas que equívoco desta Casa! Que erro grave! Que injustiça que nós vamos cometer! Ainda mais depois que nós oferecemos a lei, aprovamos a lei. Oferecemos o doce e agora vamos tirá-lo?

Não é justo! Não façam isso! Eu voto contra o veto! Espero não precisar votar contra o veto. Espero que haja um acordo, porque o Batalhão Suez precisa, merece e tem direito a uma indenização por tudo que ele representou. Os nossos pracinhas do Suez fizeram pela Pátria amada Brasil, com a nossa bandeira empunhada, a nossa farda verde-oliva, a nossa dignidade, a nossa honradez, o Brasil valente, coerente, consciente. O Brasil da paz foi lá, deu a cara a tapa, mas precisa ser reconhecido.

Por favor, vamos derrubar esse veto e vamos ficar ao lado do Batalhão Suez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Estado do Rio Grande do Sul, obrigado pelo pronunciamento de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Velloso. Em seguida, falarão os Deputados Abilio Brunini e Alceu Moreira. *(Pausa.)*

O SR. RODRIGO VALADARES (Bloco/UNIÃO - SE) - Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Pois não.

O SR. RODRIGO VALADARES (Bloco/UNIÃO - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria aqui neste momento registrar a presença do nosso Vereador Geraldo Macêdo, de Simão Dias, a cidade da nossa família, que tanto orgulha a população simão-diense com seu belo trabalho. Ele é comunicador, é um grande radialista, e agora está dando *show* no Parlamento municipal. Ele está aqui fazendo o intercâmbio legislativo, por sugestão do nosso partido, o União Brasil. Tenho certeza de que levará na bagagem muitas e muitas novidades para o nosso povo querido de Simão Dias.

Geraldo, é um prazer, meu irmão, estar com você aqui em Brasília nesta semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Seja bem-vindo o nobre Vereador a esta Casa.

Com a palavra o Deputado Eduardo Velloso.

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Senhoras e senhores, aqui eu falo para a nossa população, principalmente a do nosso Estado do Acre. Nesses últimos 2 meses, eu tive a oportunidade de realizar audiências públicas em todos os Municípios do nosso Estado. Isso nos torna mais popular. Além de popular, mais próximo da população, sabendo aquilo que a nossa população, que o nosso Estado anseia. Principalmente no interior, o que mais o povo pede é acesso a uma saúde digna, a uma saúde mais especializada. O cidadão faz a consulta básica com um médico generalista, mas não consegue dar continuidade àquele tratamento por vários motivos, como a falta do médico especialista e de uma política pública que chegue ao interior do Estado.

Na capital, falta emprego, como já foi levantado. Hoje, eu tenho um diagnóstico da nossa realidade.

Além da falta de emprego, falta também acesso às vias rurais. E aqui eu falo dos ramais. A base produtiva do nosso Estado é o agro, a pecuária, e agora está se expandindo o plantio cada vez mais de soja, milho, cana-de-açúcar. Nós nos deparamos, nas principais vias de acesso, com os projetos de assentamentos daquele cidadão que habita no nosso Estado há mais de 30 anos, 40 anos. E o Estado o impede de produzir. E o Estado o impede de plantar. E o Estado o impede de ter um rebanho para a sua sobrevivência.

Quando ele chegou lá, ele era apenas um extrativista, que podia viver da borracha, da castanha. Mas hoje a realidade não é essa e as nossas leis não acompanharam.

Quero deixar aqui registrado que fomos ao INCRA solicitar a regularização fundiária, para que esses projetos de assentamento se tornem em projetos que possam regularizar uma agricultura, uma pecuária, que possa dar sobrevivência digna ao meu povo. Sou acriano e quero para o meu povo aquilo que eu tenho: viver com dignidade. Da forma que eu vivo, espero que o meu povo viva.

Por isso, estou aqui batalhando para que a nossa população, fazendo essas audiências públicas, para que a nossa população saiba que tem um Deputado que está trabalhando por ela.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Deputado Eduardo Velloso, obrigado pelo pronunciamento de V.Exa.

O seu pronunciamento será divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Tem a palavra o Deputado Abilio Brunini. Em seguida, Deputado Alceu Moreira.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Presidente, chegou o fatídico dia 13 de dezembro de 2023.

Olhem o silêncio da Esquerda. Treze de dezembro de 2023, dia da hipocrisia. Olhem o silêncio da Esquerda.

Hoje é o dia do leilão do petróleo na Amazônia, nas terras indígenas perto de Fernando de Noronha.

Vocês estão vendo alguém da Esquerda aqui reclamando, chamando o Governo Lula de assassino? Vocês estão vendo alguém da Esquerda fazendo isso? Estão fazendo o leilão do petróleo para as empresas internacionais — cadê aquele

discurso do petróleo é nosso? — que estão ganhando o leilão do petróleo na Amazônia, em terra indígena, ao lado de Fernando de Noronha.

Neste mesmo dia de hoje, está sendo trocada a vaga de Rosa Weber pelo Dino, um homem hétero, religioso, cristão, como ele se diz, para ganhar votos.

Vejam só: este é o dia da hipocrisia neste Parlamento. Cadê o PSOL? Cadê o PCdoB? Cadê o PT? Até o Greenpeace se posicionou. O Greenpeace disse que está arrependido, porque o Lula foi muito pior para a Amazônia do que o Bolsonaro: aumentou o desmatamento, aumentou o número de queimadas. O Lula vai à COP 28 e, chorando do lado da Marina, diz: "Agora vamos ouvir a floresta falar". A Marina, com aquele seu jeito, fala em nome da floresta. Eles falam bonito, mas e a prática, meu jovem? É a prática que os entrega. Eles falam em nome da floresta: "A floresta vai falar". E fala! E o que se encontra aqui? A prática de petróleo na Amazônia, em terra indígena, próximo de Fernando de Noronha. É isso o que a floresta falou? Marina, ouvindo a floresta, ela falaria: "Traga aqui exploração de petróleo?" É isso?

Meu amigo, a máscara cai: Marina Silva, Marina do petróleo, Marina em defesa das petrolíferas internacionais!

Falam em diminuição da emissão de carbono, mas é aqui no Brasil, na Amazônia que eles vão aumentar a emissão de carbono; é na Amazônia que eles vão aumentar a exploração de petróleo; é na Amazônia que eles vão acabar com as terras indígenas. É o Lula que vai acabar com a terra indígena! É o Lula que vai acabar com a Amazônia! É o Lula que vai acabar com Fernando de Noronha! É o Lula que está destruindo a reputação da Marina Silva. Essa é a verdade.

Em 13 de dezembro, dia do aniversário do Ministro Alexandre de Moraes, mais um homem vai ser nomeado para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Cadê as mulheres nomeadas ao STF? Cadê a diversidade de gênero no STF?

Viva a hipocrisia do Governo Lula!

Meu nome é Abilio!

(Durante o discurso do Sr. Abilio Brunini, o Sr. Charles Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cabo Gilberto Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Alceu Moreira, do MDB do Rio Grande do Sul, pelo tempo regimental de 3 minutos.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, um dos projetos mais importantes das legislaturas de que participo — e estou na quarta — é o da reforma tributária. Ela tem assinatura na PEC 45 do Presidente do meu partido, o Deputado Baleia Rossi. Trata-se de um dos projetos mais consequentes, mais qualificados que mudará a vida de um País produtivo e competitivo nacional.

Qual era a premissa dele? Ele é um imposto sobre consumo, por fora: Imposto sobre Valor Agregado. Esse imposto, pela sua simplificação, permite que todas as pessoas tenham clara noção de quanto estão pagando por cada tributo cobrado. Ficamos meses fazendo este debate, com um projeto que ficou de pé, sendo que aqui houve centenas de projetos que não conseguiram ficar de pé. Foram meses e meses fazendo isso. Esse projeto veio a plenário para ser votado e passou aqui na Câmara. Aqui diziam que ele era açodado, mas não, era preciso haver um dia para ser votado. No Senado, havia condições de fazer simulação, porque havia um texto aprovado para fazer isso, no qual se corrigia e fazia a simulação.

Qual é a nossa surpresa? Nossa surpresa é que as pessoas estão se valendo, na reforma tributária, de um projeto que teria que ter o princípio da neutralidade, não poderia haver aumento de impostos, para fazer penduricalhos, gambiarra.

Meus queridos amigos de Manaus, eu não tenho absolutamente nada contra Manaus, mas a CIDE, com certeza, não. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico em produto que será isento em Manaus e tributado no resto do País, cria projeto que não tem isonomia alguma, que acaba com a concorrência. Mais do que isso, outro penduricalho: pegam as empresas montadoras de automóvel, não apenas as de motor elétrico, mas também as de motor à combustão, e dão incentivo fiscal, bilhões de reais que nunca irão para o Município ou Estado onde a fábrica está. Essa sobra de dinheiro vai para a matriz de onde veio. Mas o pior é que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais vão acabar perdendo plantas de automóveis, porque elas irão para esses Estados beneficiados.

Quem quiser fazer benefício terá que fazer benefício de natureza orçamentária. Não poderá fazê-lo de natureza tributária, porque não há injustiça pior na questão tributária do que cobrar de quem não deve para pagar quem não merece.

Nós não pagaremos essa conta! Nós vamos votar contra tudo isso. Nós não aceitaremos benefício, privilégio a ninguém nesse processo. Já não chega o Rio de Janeiro, que recebe 93% dos *royalties* do petróleo, porque é confrontante. Pergunto: será que ajudou o Rio? É claro que não.

Eu não tenho absolutamente nada contra o Nordeste, nem contra a Zona Franca de Manaus. Não tenho absolutamente nada contra, mas nós não podemos permitir que na reforma tributária, que veio para facilitar e fazer justiça tributária, haja puxadinhos e gambiarras para fazer favores a quem quer que seja com o dinheiro dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Agradeço a V.Exa. a participação.

Passo a palavra ao Deputado Messias Donato, do Republicanos do Espírito Santo.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, a Deputada Soraya Santos tem a palavra por 1 minuto.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu queria compartilhar com este Plenário, com alegria, o que aconteceu nesta tarde na Comissão Mista de Orçamento. Deputado Alceu, é um dia histórico. Nós lançamos, através da Senadora Daniella Ribeiro, o programa Antes que Aconteça.

É um programa verdadeiramente de combate à violência contra as mulheres. Ele coloca recursos antes que isso aconteça, porque o feminicídio é um crime evitável se o sistema funcionar. Esse programa prevê o monitoramento do agressor, já que ninguém tem braço policial para tomar conta. Então, ele tem que entrar com *chip* que monitora os batimentos cardíacos. Além disso, há previsão também da sala lilás nas delegacias. Hoje, quando fazemos a distribuição de recursos para as mulheres, fazemos um cálculo que tem como base 24 reais apenas por mulher neste País.

Esse projeto inovador está na LDO. Mais tarde falarei dele.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós que agradecemos.

Eu peço ao Deputado Messias Donato só um minuto para que o Deputado e Coronel Alberto Fraga, do PL do Distrito Federal, disponha de 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu conversava com amigos ali. Eu nunca vi 1 ano tão improdutivo como este na Câmara dos Deputados. São 6 horas da tarde, ninguém sabe qual é a Ordem do Dia, quais os projetos que vão ser votados. Entra dia e sai dia, semana a semana e é a mesma coisa. Nós não sabemos absolutamente nada nesta Casa.

Eu sou do tempo que entrávamos ali, havia um monte de projetos ali, a pauta era física, você a pegava, lia e sabia o que ia ser discutido no plenário. Hoje não sabemos. E aí criaram esse tal de Infoleg, que é a grande praga. O plenário fica vazio, os Líderes não aparecem aqui no plenário! Esta Casa perdeu aquela discussão acalorada, aquele debate de alto nível que fazíamos com muito orgulho. Discordávamos das ideias, da ideologia, mas tínhamos aquele diálogo e as coisas fluíam aqui dentro desta Casa.

Hoje, lamentavelmente, vimos aqui dar presença, vamos para casa e ficamos votando no celular. E os debates, as discussões das ideias, infelizmente, se perderam. Isso é lamentável para o Parlamento, que tem a obrigação de discutir matérias importantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós que agradecemos.

Com a palavra o Deputado Messias Donato.

V.Exa. tem o tempo regimental.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a pergunta é: de que lado Lula está? Qual é o lado de Lula? Porque, se imaginarmos que o seu lado é o de quem gera emprego, de quem gera renda, ele não está do lado dos empresários.

A desoneração da folha de pagamento é algo muito importante para o nosso País. É muito importante para os Estados e também muito importante para os Municípios. Mas Lula só quer taxar. Ele quer taxar a Shopee, quer taxar a Shein, quer taxar os medicamentos. Ele só quer taxar. É uma fábrica desesperadora de impostos, saqueando o povo, saqueando os empresários!

Se Lula não está do lado dos empresários, então, ele está do lado dos trabalhadores. Mas Lula falou em recente conferência do PT que o povo brasileiro não pode ganhar mais do que dois salários mínimos. Por quê? Porque se ganhar mais de dois salários mínimos, para de ter a rédea, para de ter o cabresto da boca do PT. E ele disse mais. Disse que bom era antigamente, quando os metalúrgicos ganhavam menos, porque agora, ganhando 8 mil reais, eles nem nos enxergam mais.

Isso é uma pouca vergonha, porque nós imaginávamos que o PT era o Partido dos Trabalhadores. Mas tem gente que já está falando que o PT é o "Partido das Trevas"!

Vamos imaginar, Lula está do lado de quem? Meus amigos e minhas amigas, é algo pior, porque essa taxaço é para tirar dinheiro do pobre, é para tirar dinheiro do empresário, para tentar tampar um rombo de quase 200 bilhões de reais. Mas, para quem quer arrecadar de forma desesperadora e tirar dinheiro do povo, talvez esteja fazendo isso para entregar na saúde. Mas não é, porque ele também está bloqueando o dinheiro da saúde. Ora, então é para a educação? Ele também está tirando dinheiro da educação! *"Não, é para colocar nas forças de segurança pública porque o número de homicídios está crescendo no Brasil"*. Não, ele também está tirando dinheiro da área da segurança pública.

Ora, Lula, entenda isso: aumentar impostos, arrecadar mais para cobrir esse rombo sem precedentes é um absurdo! Mas quer comprar uma aeronave de quase meio bilhão de reais, o "Aerolula", o "Aerolua de Mel", para viajar o mundo inteiro. Sr. Presidente, o povo brasileiro não aguenta bancar esse luxo!

O que há de positivo na desoneração da folha de pagamento, Sr. Presidente? A desoneração é importante por quê? Porque alcança 17 setores, como a construção civil, o *telemarketing*, a informática, o transporte, uma vez que empregam mais de 10 milhões de pessoas.

E aí, Sr. Presidente, para finalizar, se nós não derrubarmos esse veto, nós poderemos ter mais de 1 milhão de desempregados no Brasil! Daí você, que votou nesses Deputados, que vai votar do lado de Lula, cobre deles na sua cidade! Cobre deles na sua cidade, porque muita gente vai pagar essa conta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós que agradecemos.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Uczai. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Alfreidinho. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

Enquanto V.Exa. vai à tribuna, passo a palavra ao Deputado Saullo Vianna, por 1 minuto.

O SR. SAULLO VIANNA (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi aqui um colega Deputado falando sobre o tema da reforma tributária e chamando de penduricalho a CIDE, que foi incluída pelo Senador Eduardo Braga no seu relatório, para a Zona Franca de Manaus. É importante deixarmos claro para as pessoas a importância da nossa Zona Franca de Manaus. A CIDE não é um penduricalho. Ela apenas garante o que nós já temos na Constituição: um tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus, uma vez que, com a reforma tributária e o fim dos incentivos fiscais, essas vantagens comparativas deixarão de existir.

Aquela indústria é muito importante para o Brasil e, principalmente, muito importante para o Amazonas, porque ela traz desenvolvimento aliado a uma entrega que nenhum outro modelo de desenvolvimento regional traz que é a preservação da nossa floresta em pé.

E nós vamos aqui defender a manutenção desse texto, para que possamos ter a nossa indústria competitiva e fazer com que na reforma tributária a Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas e principalmente o Brasil não sejam prejudicados com o fim desse exitoso modelo de desenvolvimento regional que preserva a Floresta Amazônica.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Agradeço ao Deputado.

Eu só peço aos Parlamentares que, se forem utilizar a palavra para falar por 1 minuto, que seja 1 minuto de fato, até porque temos uma lista de oradores inscritos, para não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos.

Passo a palavra ao Deputado Delegado Caveira, por 1 minuto.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, estamos vendo no Congresso Nacional hoje, no Senado, uma votação que está prestes a acontecer. Temos Senadores indecisos e Senadores que vão votar para que Flávio Dino seja Ministro do STF. É um Ministro da Justiça declaradamente comunista, que, com toda certeza, se eleito for, vai prestar um desserviço ao Brasil.

Eu peço para aqueles indecisos e aqueles que vão votar contra Flávio Dino no STF que filmem os seus votos, porque o Brasil vai saber como votaram. Reafirmo: para mim, existem uns 20 Senadores que respeito muito, mas os demais podem entregar os cargos.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Ministro Flávio Dino sempre disse que *"é comunista, graças a Deus"*. Talvez essa seja sua principal qualidade, que é vincular o bem comum à felicidade e ao povo trabalhador brasileiro.

Ele tem uma história absolutamente sem nenhuma mancha, com grande competência jurídica, grande competência política, quando esteve na Câmara, um grande Ministro da Justiça e Segurança Pública. O Brasil ganhará muito com a sua presença no Supremo Tribunal Federal. Aliás, as manifestações contra ele têm sido, como diz o povo, flopadas, bastante flopadas, mostrando que é minoritária essa posição puramente ideológica, sem sentido e sem nenhuma base de argumentação.

Eu me inscrevi para falar, Presidente, porque este Congresso foi desafiado durante todo o ano por pautas extremamente importantes de reconstrução do País. Nós aqui votamos matérias no campo da economia, da saúde, da educação, matérias no campo ambiental e tantas outras. E neste momento nós estamos desafiados por algumas pautas muito decisivas, não só a reforma tributária e também a questão da subvenção econômica. Mas eu queria destacar a questão do Orçamento. De fato, me preocupa muito que este Parlamento não dê espaço para que a discussão das metas do déficit e a discussão orçamentária seja, de fato, num debate mais profundo.

Eu penso que nós temos que olhar para o Brasil hoje e para frente. Essa questão de meta zero não corresponde à realidade brasileira. Ela pode nos empurrar a um indevido, desnecessário e perverso contingenciamento de políticas públicas ao próprio investimento, ao próprio PAC. E isso, de fato, tem repercussão para a sociedade brasileira.

A LDO coloca lá a meta zero, mas não é só isso. Ela também tem uma série de outras posições, outras definições, que, de fato, vão retirar um conceito de um orçamento democrático, de um orçamento potente em determinadas áreas, inclusive com o serviço público, que está com zero de previsão de aumento para as universidades, para os professores universitários, para os trabalhadores e trabalhadoras da educação e do serviço público brasileiro.

Mas o que eu penso ser decisivo nesse momento é que consigamos ter um outro olhar. Nós não precisamos de meta zero. Essa não é a realidade, em função do que herdamos do Governo anterior. Já temos importantes melhorias na taxa de desemprego, importantes melhorias na economia brasileira, mas obviamente a arrecadação tem frustrações, seja por medidas legais ou por uma aceleração que depende do contexto do País e de fora também.

Por isso, eu quero aqui me posicionar claramente: nós temos que reavaliar na Lei de Diretrizes Orçamentárias a meta do País na questão do seu déficit. Não há nenhum problema, e já está precificado nós chegarmos 0,5%, que seja, de déficit. Isso significa 50 bilhões de reais no Orçamento para que as políticas públicas cheguem capilarmente à ponta e à população brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós que agradecemos a V.Exa. a participação.

Seguindo a lista, tem a palavra a Deputada Daniela Reinehr. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Waldenor Pereira. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Gisela Simona. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Tadeu Veneri. Enquanto S.Exa. vai à tribuna, concedo 1 minuto para o Deputado André Fernandes, do PL do Ceará.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. É sempre uma honra ver V.Exa. presidindo os trabalhos desta Câmara, o que faz muito bem. Com certeza toda a Paraíba, principalmente João Pessoa, a Capital que lhe deu a votação recorde para Deputado Federal, tem muito orgulho da sua atuação aqui neste Parlamento.

Sr. Presidente, eu subi à tribuna ontem para comentar a fala desastrosa do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado José Guimarães, do PT do Ceará. Ele defendeu abertamente, na Conferência do PT, o não cumprimento da meta fiscal e disse que, se for necessário fazer déficit para vencer as eleições, eles vão fazer.

Eu pensei que seria apenas uma fala isolada do Líder do Governo na Câmara. Entretanto, eu vejo Deputados da base governista virem aqui dizer abertamente: *"Não há problema. Vamos fazer um rombo nas contas do nosso País. Não precisamos cumprir meta fiscal. Vamos aumentar o nosso déficit, porque a prioridade é vencer as eleições de 2024"*.

Quem diz isso não é o Deputado André Fernandes; é o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado José Guimarães, que agora está sendo replicado por outros Deputados da base.

Deixo aqui a minha indignação a uma fala que, a meu ver, chega a ser criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Agradecemos a V.Exa. pela participação.

Já está na tribuna o Deputado Tadeu Veneri, do PT do Paraná.

V.Exa. dispõe do tempo regimental.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós demonstramos preocupação com a votação que talvez será feita no dia de hoje a respeito do novo ensino médio. Havia um pedido de urgência, que foi retirado, mas hoje pode ser colocado novamente o regime de urgência.

Sr. Presidente, esse malfadado novo ensino médio foi aprovado aqui e, depois, foi feito outro projeto, com algumas alterações, para vir a voto. Deveria ser feito um debate mais amplo com a sociedade. Esse debate certamente nos levaria a um processo de entendimento inclusive com as entidades que trabalham na educação. Isso não aconteceu. Se o substitutivo vier da forma como está, no meu entendimento, vai piorar aquilo que já era ruim.

É preciso ampliar esse debate. Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso fazer algo além de debates nos corredores. Nós precisamos ouvir as entidades que, de fato, representam a educação no Brasil, além daqueles órgãos institucionais. Senão, nós corremos o risco de aprovar aqui — eu sei que esse processo deverá ocorrer na semana que vem — algo que será contestado posteriormente, não no ano que vem, mas nos próximos anos, inclusive pela impossibilidade de ser executado da forma como está.

Nós queremos uma educação em que os alunos das escolas públicas tenham igualdade de condições para concorrer com os alunos das escolas privadas. Da forma como está, não terão. Da forma como está, terão menos aulas, terão uma qualidade inferior de ensino. Nós sabemos que as dificuldades que os nossos alunos das escolas públicas enfrentam hoje são decorrentes de diversos processos. Muitas vezes, isso acontece porque nós tínhamos uma quantidade de itinerários formativos que as escolas privadas podiam acompanhar, Sr. Presidente, mas as escolas públicas não podiam.

Eu quero ressaltar, mais uma vez, que nós seremos totalmente contra o regime de urgência. Nós entendemos que esse debate tem que ser feito dentro do seu tempo, com a participação de todos os segmentos que puderem opinar, para, a partir dali, cumprirmos o papel desta Casa, que é entregar à população algo que ela entenda como necessário para termos uma educação libertadora, uma educação que todos precisam.

Para encerrar, Sr. Presidente, ressalto o que falei ontem a respeito das universidades. Eu concordo plenamente com a Deputada Jandira Feghali. Nós não podemos trabalhar com déficit zero quando vamos sacrificar as universidades. Querem fazer déficit zero? Ótimo! Então, comecemos cortando os 40 bilhões de reais de emendas parlamentares impositivas. Vamos fazer isso. Vamos cortar os 40 bilhões de reais de emendas impositivas. Vamos cortar 1,790 trilhão de reais que são pagos a serviço da dívida. Vamos cortar aquilo que pode ser cortado.

Se algum Deputado topa cortar esses 40 bilhões de reais, eu acho que podemos começar a conversar, porque aí a coisa toma outro rumo, Sr. Presidente. Caso contrário, nós vamos sacrificar aqueles que já são sacrificados.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Agradecemos a V.Exa. pela participação.

Tem a palavra o Deputado Josivaldo JP. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Amanda Gentil. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Jones Moura. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Dr. Jaziel, do PL do Ceará, pelo tempo regimental.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE) - Meu Presidente Cabo Gilberto Silva...

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Deputado Dr. Jaziel, perdoe-me. Antes, eu posso dar 1 minuto ao Deputado Domingos Sávio?

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE) - Fique à vontade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Obrigado, Deputado Dr. Jaziel. Obrigado, Presidente. Eu serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nosso grande Deputado Domingos Sávio, do PL de Minas Gerais, V.Exa. tem o tempo de 1 minuto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu faço questão de usar este tempo em defesa de Minas Gerais e do Brasil.

Nós estamos vendo problemas se acumularem no Brasil. Um deles é gravíssimo. Inclusive, o Governo vem sendo alertado há algum tempo. Nós estamos sofrendo uma concorrência predatória da China em vários setores. Ela chegou também à indústria do aço no Brasil.

A USIMINAS está anunciando que vai fechar um dos seus altos-fornos. No Brasil, 40% da indústria de aço está ociosa. Grandes empresas, como a ArcelorMittal, estão anunciando que vão parar programas de investimento. Isso significa que haverá desemprego. Isso comprometerá uma cadeia de base fundamental para o desenvolvimento do País.

Por que isso está ocorrendo? A China manda o aço para cá praticamente sem tributação nenhuma, abaixo do custo de produção. O México cobra no mínimo 25%. Estados Unidos e União Europeia também cobram seus tributos. Já o Brasil deixa entrar de graça, matando a indústria nacional.

É hora de defender a indústria brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós lhe agradecemos.

Agradeço ao Deputado Dr. Jaziel pela paciência.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 3 minutos.

O SR. DR. JAZIEL (PL - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., Presidente Cabo Gilberto Silva, que conduz os trabalhos com brilhantismo.

Meu Presidente, meus Deputados, ao ler esta notícia aqui, eu não sei se rio ou se choro: a ex-Presidente Dilma Rousseff — sim, ela mesma! — foi considerada uma economista brilhante e recebeu o prêmio Mulher Economista de 2023. Eu só não sei o critério que foi usado para dar esse prêmio a ela. Não dá para entender. É uma revelação. Nós ficamos boquiabertos. Como é que deram esse prêmio a ela se, no fim do Governo Dilma, a receita do País teve o seu maior recuo? Nem em 2020, ano da pandemia, aconteceu isso. A receita recuou 6,9% do PIB.

Vejam o brilhantismo da economista que ganhou um emprego no Banco do BRICS só porque o Presidente Lula tinha que contemplar a companheira! O que ela fez no Brasil foi um estrago, foi uma miséria. Ela levou o País a uma profunda recessão, com uma alta estarrecedora do desemprego. Houve uma grave instabilidade político-social durante o Governo dessa senhora. Em 2015, o PIB recuou, ou melhor, afundou 3,5%, o pior resultado em 25 anos.

O que levou essa mulher a ganhar o prêmio Mulher Economista de 2023? Ninguém sabe o critério que esses institutos utilizaram para dar esse prêmio, mas nós vemos que deve ter sido algo encomendado. Não é por mérito, não é por capacidade, é simplesmente por querer dar um título a quem não teria a menor condição de recebê-lo se o critério fosse merecimento.

Então, fica aqui o nosso repúdio a essa mentira, a esse engano, porque essa economista levou o Brasil ao buraco, a um fosso profundo, a uma recessão profunda, a uma taxa de desemprego altíssima. Ela só está empregada porque o Lula ganhou. Se não fosse isso, ou estaria desempregada ou estaria usufruindo os benefícios que um ex-Presidente pode ter.

Muito obrigado, meu Presidente Cabo Gilberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós lhe agradecemos.

Mais uma vez, eu peço paciência ao Plenário. O Deputado Tarcísio Motta é o 22º inscrito. Eu vou explicar o que nós fazemos sempre: colocamos na lista quem chega aqui posteriormente e vamos intercalando quem está na lista oficial e quem está na lista de apertes, por 1 minuto — eu só peço a esses Parlamentares que fiquem restritos a 1 minuto.

Deputado Gilvan da Federal, V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

Enquanto V.Exa. vai à tribuna, eu concedo 1 minuto para o Deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu quero registrar nos Anais desta Casa que o Presidente Lula visitará o Espírito Santo na próxima sexta-feira, dia 15. Às 15h30min, o Presidente Lula vai inaugurar o Contorno do Mestre Álvaro, obra que é importantíssima para a mobilidade urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória e que vai ajudar todo o Estado do Espírito Santo.

É preciso dizer que essa obra contou com quase 500 milhões de reais oriundos de recursos indicados pela bancada capixaba. Essa obra iniciou no Governo Dilma e será inaugurada agora pelo Presidente Lula. Trata-se de uma obra muito importante para os Municípios de Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, enfim, para todo o Estado do Espírito Santo, que sabe que o trânsito naquele trecho, no horário de pico, é complicado e muito intenso.

Então, eu quero parabenizar o Presidente Lula, que estará conosco, e quero convidar a população capixaba para recepcionar o nosso Presidente, que inaugurará esta obra tão importante, tão sonhada e tão esperada: o Contorno do Mestre Álvaro, um ícone da nossa beleza natural no Espírito Santo, junto com o Monte Mochuara, em Cariacica.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - Nós lhe agradecemos.

Eu peço ao Deputado Gilvan da Federal que aguarde mais um tempo, pois vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Delegado Caveira.

Neste momento, passarei a Presidência para o Deputado Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, da Mesa Diretora.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Hipocrisia, Presidente! Hipocrisia!

O Deputado "esquerdopata" que me antecedeu ali na tribuna estava, há pouco, defendendo o superávit no Brasil. Jair Bolsonaro, que passou por uma pandemia quando era Presidente, deixou mais de 50 bilhões de reais de superávit para o Brasil. Aí vem o Deputado "esquerdopata" defender o superávit num momento em que temos mais de 170 bilhões de reais de déficit, para aumentar Ministérios e para distribuir dinheiro para outros países. Que vergonha! Será que esse povo da Esquerda não vai parar de defender esse descondenado, esse ex-presidiário, que hoje deveria estar na cadeia?

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Delegado Caveira, o Sr. Cabo Gilberto Silva, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Delegado Caveira.

Já está na tribuna o Deputado Gilvan da Federal.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu aceito reprimendas, mas digo: o sistema é foda!

Hoje, eu estive o dia inteiro no Senado Federal e me somo aos milhões de brasileiros que se perguntam: que país é este? Hoje eu sinto vergonha de estar aqui no Congresso Nacional. Eu me sinto impotente diante de algo inacreditável.

Nós vimos o Ministro Flávio Dino chamar pessoas desarmadas de terroristas. Nós vimos o Ministro Flávio Dino dizer que já julgou assaltante de banco e traficante, mas que os bolsonaristas são piores do que assaltantes de banco. Está rodando por aí uma imagem do Senador Sergio Moro bajulando o Flávio Dino, mas eu vi, hoje, às 11h34min, no Senado Federal, o Vice-Presidente da República do Governo Bolsonaro, Senador Hamilton Mourão, bajulando o Flávio Dino! Ali eu tive noção de que o sistema é sinistro. Ele disse que os bolsonaristas são piores do que assaltantes de banco! O Senador Hamilton Mourão não o cumprimentou formalmente. Ele o abraçou, beijou-lhe o rosto e sorriu.

Eu me somo aos milhões de brasileiros que estão indignados, mas é isso. Eu pergunto: cadê o Senador Romário, do PL? Eu não vi o Senador Romário, do PL, enquanto estive lá.

Eu quero estar errado, mas já fomos derrotados há muito tempo. Flávio Dino vai estar no STF. Preparem-se, bolsonaristas, pessoal da Direita, porque nós estamos ferrados. O povo brasileiro está ferrado.

Eu conto nos dedos os Senadores corajosos, os Senadores de honra, que levantam a voz. O que eu vi lá não foi uma sabatina. O que eu vi no Senado Federal foi uma conversa de compadres, foi um blá-blá-blá. Eu não vi o Flávio Dino ser sabatinado.

Bando de Senadores covardes! Viraram as costas para o povo brasileiro!

Eu fico triste, porque tenho dois amigos que estão presos, a mando do Ministro Alexandre de Moraes, desde o dia 15 de dezembro. O Vereador Armandinho e o Pastor Fabiano estão presos. Quantas pessoas humildes, quantos comerciantes estão presos em razão do 8 de janeiro e foram chamadas por Flávio Dino de terroristas! E vemos um Senador, que diz que é da Direita, bajular um cara desses? Se eu fosse Senador da República, eu nem sequer olharia na cara dele para cumprimentá-lo!

É uma vergonha o que vem acontecendo no Senado Federal! Flávio Dino já está no STF.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO) - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Gilvan da Federal.

A próxima inscrição é do Deputado Neto Carletto. (Pausa.) O Deputado Neto Carletto não está presente.

A próxima inscrição é da Deputada Reginete Bispo. (Pausa.)

A próxima inscrição é do Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

A próxima inscrição é do Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

A próxima inscrição é do Deputado Duda Ramos, do MDB de Roraima. *(Pausa.)*

A próxima inscrição é do Deputado Alfredo Gaspar. *(Pausa.)*

Deputado José Nelto, V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto, ao microfone de apartes.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi o Deputado Gilvan da Federal expressar seu repúdio a Senadores do partido dele, mas tudo que está acontecendo hoje — eu sempre fui contra essa indicação política para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e contra mandatos vitalícios — poderia ter acabado no Governo Bolsonaro. Digo isso porque o Governo Bolsonaro deveria ter mandado para esta Casa uma PEC para permitir a prisão após condenação em segunda instância; deveria ter mandado para esta Casa um projeto de lei ou uma PEC para acabar com as indicações políticas para cargos nos tribunais de todo o Brasil e acabar com os mandatos vitalícios.

Isso é uma verdadeira vergonha para o povo brasileiro! O STF não representa o povo brasileiro! Lamentavelmente, o STF e todos os tribunais do Brasil, em vez de representarem o povo brasileiro, representam ex-Presidentes da República, representam o atual Presidente da República, representam ex-Governadores e Governadores. Além disso, seus integrantes têm mandatos vitalícios! Nós voltamos à Roma Antiga! É hora de acabar com essa pouca vergonha no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Nelto.

Já está na tribuna o Deputado Duda Ramos, do MDB de Roraima.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DUDA RAMOS (Bloco/MDB - RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu cumprimento V.Exa., os meus caros colegas Deputados e as minhas caras colegas Deputadas.

Eu vou usar a tribuna desta Casa, mais uma vez, para fazer uma denúncia séria em relação ao meu Estado. Nós temos hoje uma situação complicada. Nós temos um Governador cassado — não por um processo, mas por dois processos. Esse Governador tem feito uma corrida desesperada para roubar o dinheiro público. Ele não esconde de ninguém que esse dinheiro é para segurar a sua cassação aqui em Brasília, desrespeitando a maior Corte eleitoral deste País.

Só para vocês terem uma ideia, depois da cassação, neste ano, já foi licitado o equivalente a 3 bilhões de reais no Estado de Roraima. Em um Estado que tem 6 bilhões de reais de orçamento anual, isso é um absurdo. Se compararmos com o mesmo número de licitações do ano passado, veremos que, depois da cassação, neste ano de 2023, o valor é três vezes maior.

Hoje, em Roraima, nós temos a pior saúde do Brasil. Está à frente da Secretaria de Saúde uma Secretária que, neste ano, foi surpreendida por uma operação da Polícia Federal na sua casa, pois o seu marido foi acusado de superfaturar 90% do oxigênio comprado para os ianomâmis. Isso levou homens, mulheres e crianças ianomâmis à morte. Simplesmente por uma ganância desenfreada, roubaram o dinheiro que deveria ser usado em benefício do povo.

Em Roraima, nós temos uma maternidade de lona — de lona! Pais estão sofrendo porque suas esposas estão tendo filho, muitas vezes, em cima de uma cadeira de plástico. Hoje, no meu Estado, as crianças nascem sem nenhuma dignidade.

Por ganância, essa corrida desenfreada para roubar o dinheiro do povo roraimense não para, só aumenta.

Eu quero fazer um apelo ao TSE, Corte eleitoral mais alta do nosso País, para que acelere a cassação do Governador de Roraima, para que o meu povo não continue sofrendo as injustiças que tem sofrido. O Estado é pobre e precisa de uma gestão justa, mas hoje vê uma corrida desenfreada para roubar o dinheiro público.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Duda Ramos.

A próxima inscrição é do Deputado Tarcísio Motta, do Rio de Janeiro.

Tem a palavra V.Exa.

Em seguida, falarão a Deputada Bia Kicis e o Deputado Bohn Gass.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Deputado Pompeo de Mattos.

O orçamento público é, sem sombra de dúvida, uma das coisas mais importantes para qualquer Estado minimamente democrático. É no orçamento público que se materializam as propostas políticas e se permite ver se as prioridades anunciadas numa campanha eleitoral de fato vão se realizar.

Eu fui Vereador da cidade do Rio de Janeiro por 6 anos. Nesses 6 anos, eu discuti o orçamento da cidade do Rio de Janeiro sempre brigando para que ele não fosse uma peça de ficção e para que a sociedade tivesse o mínimo de conhecimento de quais são as prioridades do Governo.

Pois bem, estamos agora diante do desafio de votar o Orçamento da União para o ano de 2024, primeiro votando a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, já muito atrasada, já que ela deveria ter destinado as metas e prioridades para a elaboração da LOA, a Lei Orçamentária Anual. Nós ainda não votamos a LDO; talvez possamos votá-la amanhã, semana que vem, sabe-se lá quando. Mas, do que se sabe até agora, eu quero aqui destacar algumas preocupações.

A primeira preocupação é quanto à meta do déficit zero. Este será o principal entrave ao desenvolvimento econômico e social brasileiro em 2024, se o Governo e este Congresso permanecerem com esta lógica do déficit zero. Lembremos, o déficit ou o superávit, o tamanho de cada um deles é uma escolha política sobre o que se quer fazer. No meu ponto de vista, este é o tempo de investir em obras, em serviços públicos, em programas sociais, é tempo de valorizar os servidores, porque é isso que vai combater a desigualdade e garantir direitos. É isso que Lula prometeu na campanha, e é isso o que nós da sua base queremos garantir que realize.

Há três outros pontos que muito rapidamente eu gostaria de apontar aqui.

O primeiro é a ampliação da impositividade do orçamento a partir da ampliação discricionária do Poder Legislativo. Eu estou no Poder Legislativo, mas isso está errado, na medida em que misturamos e ampliamos o poder de impositividade do orçamento para o Legislativo.

O segundo ponto é o fundão eleitoral — 5 bilhões de reais! Uma verdadeira reforma política precisa ser pensada para o barateamento de todas as campanhas políticas.

Por fim, destaco o FUNDEB. No art. 100-B do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, consta que transporte, uniforme e alimentação escolar poderão agora ser alvo dos gastos do acréscimo da União com o FUNDEB. Olhem, isso não estava na discussão original do FUNDEB, não está na legislação do FUNDEB! Agora, a partir da LDO e da LOA, é que se quer modificar isso. Está errado, porque é um impeditivo para a valorização dos profissionais da educação. Temos que lutar contra isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Tarcísio Motta.

A próxima inscrição é da Deputada Bia Kicis, do Distrito Federal, nossa Capital, no Planalto Central. Em seguida, terá a palavra o nosso eminente Líder Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente, colegas.

Hoje é um dia muito difícil para nós aqui no Brasil, porque estamos vendo ser sabatinado no Senado o Ministro Flávio Dino, indicado para o Supremo Tribunal Federal. Como disse um colega que me antecedeu, lugar de político não é no STF, embora tenhamos visto que a Corte se torna cada dia mais política, com um viés político e não técnico-jurídico.

E nós sabemos que o Ministro Flávio Dino, embora tenha sido juiz — ninguém aqui está contestando o conhecimento jurídico dele, algo que ele realmente tem —, tornou-se político há muito tempo. Ele foi Governador do Maranhão. Aliás, deixou o Estado em péssimas condições, dentre todos os Estados do Brasil, inclusive com problemáticos desvios na questão dos respiradores. Além disso, a segurança pública do Maranhão é a pior possível.

Ele sempre foi político, ele tem lado, ele tem partido. Não adianta ele dizer que agora vai mudar de roupa e vai virar juiz. Não é assim que acontece. O Supremo Tribunal Federal é lugar de magistrados. Infelizmente, nós não estamos assistindo a isso ultimamente. Estamos vendo, inclusive, Presidentes do Supremo dizendo que a Corte se tornou política, sim, e colocando uma agenda política: "*Agora nós vamos tomar tal providência com relação à educação, com relação à segurança*". Isso não é possível!

O Supremo precisa retomar o seu lugar, aquele que a Constituição lhe confere e que é um local honroso. O STF é o intérprete da Constituição, aquele que zela pela Constituição. Mas, infelizmente, não é a isso que nós estamos assistindo.

Aliás, por falar em coisas indevidas, quero dizer que a Ministra da Saúde, Nísia, como eu já falei aqui ontem, foi absolutamente infeliz ao dizer que vai investigar a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pelo debate que fizemos na Comissão com médicos, com especialistas. O nosso local no Parlamento é de debate, é onde nós temos liberdade para tratar de qualquer assunto — qualquer um. Há Deputados que defendem aqui, por exemplo, a liberação das drogas, a liberação do aborto, que são crimes. Aborto é crime! Traficar droga é crime! Até mesmo você utilizar drogas é crime neste País. Esses Deputados serão, por acaso, criminalizados, investigados por isso? É óbvio que não. Aqui é a Casa do debate.

Então, o que a Ministra fez é um absurdo. O que o Lula também fez na sua *live*, ao dizer que tem que criminalizar quem debate, quem indaga, quem pesquisa, quem contesta vacina para crianças, é tirania — é tirania —, e nós não vamos aceitar isso. Eu já pedi ao Presidente Lira que defenda as prerrogativas dos Parlamentares. Nós somos livres para debater o que quisermos, ainda mais na Comissão de Fiscalização! Era só o que faltava agora uma Ministra querer investigar o que nós fiscalizamos nesta Casa.

Sr. Presidente, eu peço que as minhas palavras sejam divulgadas no programa *A Voz do Brasil* e tenham reverberação em todos os meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Bia Kicis. A solicitação de V.Exa. para a divulgação do seu discurso nos meios de comunicação social da Casa e no programa *A Voz do Brasil* a Mesa a acata.

Já na tribuna o Deputado Elvino Bohn Gass, eminente Líder, do PT do Rio Grande do Sul.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos, Presidente dos trabalhos, colegas Deputados e Deputadas, nesses dias, quando esta Casa se debruça sobre a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu quero debater esse tema, quero convidar para uma reflexão e quero falar também da minha opinião sobre o que nós estamos vivendo neste momento no Congresso Nacional.

Os dados que eu trago aqui são dos recursos de emendas dos Parlamentares. No final do Governo Temer, esta Casa administrava, por meio de emendas, algo em torno de 13 bilhões de reais — 13 bilhões de reais. Daí veio o Bolsonaro. O que aconteceu no tempo do Bolsonaro? Não havia política pública, não havia projetos estruturantes, nem sequer havia Ministério do Planejamento — ele acabou com o Ministério do Planejamento. Mesmo que ele tivesse sido eleito condenando a classe política, dizendo que não haveria mais o "toma lá, dá cá" — foi assim que ele se elegeu, colocando-se contra a instituição política —, foi um período de descabimento, até orçamento secreto houve.

Hoje, o Congresso tem, por intermédio de emendas — e boa parte delas é impositiva —, em torno de 40 bilhões de reais. O que acontece? Isso, para mim, não é razoável. Por que isso não é razoável? Porque ainda há uma tentativa de avanço sobre isso, de colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias mais recursos, obrigando o Governo a fazer esses pagamentos dos Parlamentares no primeiro semestre. Então, pode faltar dinheiro para a saúde, para um hospital, para uma obra, para uma rodovia, mas a emenda do Deputado tem que ser paga no primeiro semestre.

Isso está totalmente incorreto no meu entender. É esse debate que eu quero provocar aqui. Eu considero isso um absurdo, inclusive o contingenciamento que sempre tenta preservar a parte do Parlamentar. O Congresso quer executar o Orçamento, substituindo o papel do Executivo. No momento em que o Executivo está fazendo os seus programas estruturantes, e as emendas dos Parlamentares estão de forma localizada, individualizada, nós deixamos de ter programas estruturantes no País. O que este Congresso precisa fazer é aprovar esses projetos, fazer com que a economia possa crescer, ter mais orçamento e fazer o debate na alocação. O que o Congresso precisa fazer é acompanhar, fiscalizar, aprovar, votar o Orçamento que o Executivo apresenta, trabalhar para que a economia possa crescer, a fim de que nós tenhamos mais recursos, e, com critérios, distribuir esses recursos no nosso País.

Para concluir, Presidente, eu peço mais 30 segundinhos, por favor.

Aqui muito se fala que há uma invasão do Judiciário sobre as prerrogativas do Parlamento, ou sobre as de outros poderes. Eu quero debater aqui se não há também uma invasão de poderes do Congresso sobre o Executivo no regime presidencialista.

Então, é este o debate que nós queremos fazer. Por isso eu provoquei esta discussão aqui, hoje.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass. A solicitação de V.Exa. para a divulgação de seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação social da Casa a Mesa a acata.

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, pelo tempo regimental de 3 minutos.

Enquanto S.Exa. vai à tribuna, a nossa 2ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a Deputada Maria do Rosário, fará uso da palavra.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Pompeo de Mattos, é com muita alegria que eu anuncio que o Ministério das Cidades, por meio do Programa Periferia Viva, concedeu um prêmio ao trabalho realizado na horta comunitária do Morro da Cruz. Eu estou acompanhada da Anne Moraes, que é uma das coordenadoras desse projeto, do qual participam 50 famílias do Morro da Cruz e que é um ponto popular de alimentação que visa, por meio dessa horta, produzir hortaliças e verduras. Transformaram um terreno praticamente abandonado em um lugar produtivo, de alimentação saudável para aquelas famílias, com o próprio trabalho das famílias.

O reconhecimento do Ministério das Cidades ao trabalho da horta comunitária é também um reconhecimento aqui da Câmara dos Deputados. E eu quero cumprimentar o Ministério pela criação do Prêmio Periferia Viva, que, aliás, significa o apoio técnico do Ministério das Cidades ao trabalho realizado na horta urbana e comunitária. Isso significa também recursos para a associação transformar-se futuramente em uma cozinha comunitária, como Porto Alegre tem e tantos outros lugares.

Então, os meus cumprimentos a Anne Moraes, a todo o trabalho que antes foi um sonho e agora é uma realidade, reconhecida pelo Governo do Presidente Lula, pelo Governo Federal, no âmbito da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, porque o Brasil voltou, e voltou com as comunidades, voltou com os alimentos, voltou com os direitos para o povo e com muita participação das mulheres — mulheres de Porto Alegre e do Brasil —, a quem saúdo por meio da Anne neste momento.

Um forte abraço!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Parabéns, Anne Moraes, pelo Prêmio Periferia Viva!

Isso mostra exatamente que o nosso povo, por mais humilde que seja, tem protagonismo, ocupa o seu espaço, faz a diferença e, consequentemente, recebe o reconhecimento. Parabéns!

Deputado Luiz Carlos Hauly, tem a palavra V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente Pompeo de Mattos, grande Parlamentar do belíssimo e grande Estado do Rio Grande do Sul.

Quero compartilhar com a Casa, com a Nação e com o meu Estado do Paraná duas homenagens que recebi hoje.

De manhã, recebi do Ranking dos Políticos a de Excelência Parlamentar. Agradeço o reconhecimento da equipe do *politicos.org*, do Ranking dos Políticos.

E, agora há pouco, recebi do Pacto de Brasília outra homenagem. Diz o seguinte a placa:

O Pacto de Brasília, que congrega representantes da administração tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, homenageia V.Exa. por sua atuação Parlamentar em defesa da justiça fiscal e pela valorização da administração tributária dos entes federados.

Brasília, novembro de 2023.

São eles: ANAFISCO — Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal, ANFIP — Associação Nacional dos Fiscais de Previdência, FEBRAFISCO — Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal, FENAFIM — Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais, FENAFISCO — Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, SINDIFISCO Nacional, SINDIRECEITA e UNAFISCO.

Quero agradecer aos Fiscos do Brasil. São mais de 40 mil auditores em todo o País que arrecadam 3,3 trilhões de reais por ano; sustentam a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios brasileiros; financiam a Previdência, a saúde pública, a educação, a segurança pública, a defesa nacional, a assistência social e todas as demais atividades.

Obrigado, Fiscos do Brasil. Obrigado, Pacto de Brasília.

Quero me comprometer aqui, mais uma vez, com o seguinte: um Estado democrático, para funcionar, precisa ter a principal carreira de Estado, os auditores. Eles são uma peça fundamental na organização de um Estado democrático. São eles quem arrecadam os tributos e fiscalizam. Eu quero e gosto muito de valorizar a categoria de auditores fiscais. E quero parabenizá-los pelo trabalho em todos os momentos da vida deste País.

Fui duas vezes Secretário da Fazenda do Paraná e obtive o maior recorde de arrecadação graças ao trabalho conjunto com os auditores fiscais.

Obrigado pela homenagem.

Que Deus os abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly. Parabéns a V.Exa.! A próxima inscrição é do Deputado Coronel Telhada. Mas, antes, vou conceder 1 minuto ao Deputado General Girão, no microfone de apartes.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos.

Eu gostaria de pedir, se possível, que nossa fala tivesse repercussão no programa *A Voz do Brasil*.

Quero dizer a V.Exas. que, infelizmente, estamos vendo o terrorismo acontecer no Rio Grande do Norte. A Governadora teve rejeitado, na Assembleia Legislativa, o aumento do ICMS para 20%. Na verdade, ela queria a manutenção do aumento. Nós já estávamos com isso defasado, era de 18%, e esse valor foi aumentado durante todo o ano para respaldar despesas descontroladas do Governo do Estado. Agora, em virtude dessa rejeição pela Assembleia Legislativa, simplesmente o Secretário de Fazenda já disse que vai ter que aumentar a tarifa de ônibus, vai cortar todo e qualquer benefício aos clubes de futebol. E vejam: parece que a Governadora está dizendo na imprensa que está devendo 2,5 milhões de reais aos times de futebol do Estado do Rio Grande do Norte.

É um momento de crise, aumentado agora. A crise já vinha na saúde, já vinha na infraestrutura, já vinha na segurança e agora também está ocorrendo na parte de finanças, porque a Governadora está alegando que, sem o aumento do ICMS, não tem como sustentar o Estado.

É isto: antes, a Governadora conseguiu, porque Bolsonaro liberou muito recurso para o Estado, e ela, em nenhum momento, disse muito obrigada.

Agora, voltou para a senhora. É a teoria do bumerangue. É lamentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado General Girão.

Reforço a chamada: tem a palavra o Deputado Coronel Telhada. *(Pausa.)*

Quero fazer o registro da visita do ex-Deputado Zonta, de Santa Catarina, nesta tarde, à nossa Casa. S.Exa. é amigo, irmão, parceiro, colega, fomos Deputados juntos. Está acompanhado do Deputado Sérgio Turra, do Rio Grande do Sul, e do Ricardo Santin, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal.

Muito obrigado ao sempre Deputado Zonta pela presença, pelo carinho, pela ação e pela atitude, ao Deputado Sérgio Turra, nosso conterrâneo gaúcho, e ao Ricardo Santin pela visita.

O próximo inscrito é o Deputado José Nelto.

V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, nesta tarde, chamar a atenção do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais e também desta Casa, do Congresso Nacional brasileiro: nós estamos vivendo a maior crise climática da história do Brasil.

Nós ficamos aqui debatendo — direita e esquerda —, e isso não vai resolver, não. Está faltando chuva no Norte do País, no Nordeste, no Centro-Oeste, e a nossa produção está diminuindo. Os córregos estão secando. E, quando um córrego seca, a água do rio diminui no seu curso. Isso é muito sério! O Governo Federal já tem que preparar, juntamente com o Congresso Nacional, um gabinete de crise, porque vai faltar água. Teremos crise e inflação dos alimentos a partir do ano que vem. O preço do saco de 5 quilos de arroz, que custava 28,30 reais, já chega a quase 40 reais. Por quê? Porque o Sul do País, que produz arroz, que produz trigo, hoje não os está produzindo mais, pois se encontra debaixo d'água. Não há produção de arroz, e ela não vai aumentar; pelo contrário, vai diminuir.

Eu também quero chamar a atenção de todos os irrigantes do País, de quem tem irrigação: não adianta ter irrigação e não ter água para rodar o aparelho que irriga a plantação de soja, de milho ou de feijão. É muito grave o que estamos passando.

Este é um alerta que eu faço para o Governo Federal, é um alerta que faço para todos os Governadores e todos os Prefeitos: é hora de termos um plano de contenção para diminuir a ganância de água e de energia. É hora de desligar lâmpadas, é hora de poupar água, porque vai faltar água para os animais, vai faltar água para os humanos — não está chovendo! Estamos passando pela pior crise climática do Brasil, e ninguém imaginou que passaríamos por isso.

Eu comparo esta crise climática pela qual estamos passando com a pandemia, quando anunciada lá na China. Eu estava neste Congresso, e um Deputado amigo me disse: *"Isso é lá na China, Deputado, não vai chegar ao Brasil"*. A crise climática começou na Europa, começou na Ásia, nos Estados Unidos e está aqui no Brasil.

Este é um alerta que eu deixo para todos os Parlamentares e para todos os governantes do Brasil: nós temos que reduzir o uso da água e também o uso da energia, porque vai faltar energia e vai faltar água potável no Brasil. É o alerta que eu deixo para o Governo Federal, para todos os Governadores e para o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado José Nelto.

Chamo o último inscrito — já vamos abrir a Ordem do Dia —, o Deputado Josivaldo JP, do Maranhão.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) - Peço 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Enquanto isso, o Deputado Welter tem 1 minuto ao microfone de apartes.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós temos uma notícia maravilhosa — é da semana passada, mas é brilhante e mostra que no Brasil está acontecendo uma coisa fantástica: já somos a nona economia do planeta. Nos Governos anteriores do Lula, nós chegamos a ser a sexta economia. Estávamos, ultimamente, na décima segunda posição.

Isso significa que as políticas e os projetos aprovados neste Parlamento já estão dando resultado, como a política de redistribuição de renda, que visa a colocar o pobre no Orçamento e o rico no imposto. Isso pode assegurar que o Presidente da República faz uma política afirmativa, que olha para as pessoas que mais precisam ser assistidas.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS) - Peço a palavra para fazer um registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado.

Na tribuna está o Deputado Josivaldo JP, a quem concedo a palavra.

Depois terá a palavra o Deputado Marcon.

Passo a Presidência para o nosso Vice-Presidente, que a assume para nós iniciarmos a Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. JOSIVALDO JP (Bloco/PSD - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero parabenizar os colegas do Maranhão que assumiram seu mandato recentemente na Câmara dos Deputados: Deputada Mariana Carvalho, Deputado Luciano Galego, Deputado Paulo Marinho Jr, Deputado Silvio Antonio e o Deputado Henrique Júnior.

Dou-lhes boas-vindas e me coloco à disposição para o que precisarem, com a certeza de que levaremos contribuições significativas para o nosso Estado do Maranhão.

Indo ao pronunciamento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já estive nesta tribuna para falar do Programa Maranhão Zero Catarata, que tenho como bandeira de atuação para devolver a visão à nossa população, especialmente a mais idosa.

Apesar de a catarata e o pterígio parecerem doenças simples, a partir da dificuldade de enxergar, sabemos que inúmeras tarefas se tornam mais complicadas. Dessa maneira, tenho orgulho de informar que estamos realizando nesta semana, na cidade de Imperatriz, mais de mil cirurgias na 50ª edição do programa. Essas mil cirurgias devolverão a dignidade e a qualidade de vida de que a população idosa precisa, inclusive para as atividades do dia a dia.

Sempre digo que a visão é uma necessidade. Sendo a catarata uma doença reversível, precisamos possibilitar que todos tenham direito a voltar a enxergar, até mesmo para garantir a segurança no caminhar, nas ações mais corriqueiras.

Quando idealizei o programa Maranhão Zero Catarata, eu tinha uma meta ambiciosa: reduzir as filas de cirurgias oftalmológicas, devolvendo a visão de forma gratuita para 10 mil pessoas no Estado neste ano de 2023. Empenhei-me muito para que isso fosse possível, e vamos ultrapassar esse número.

Da mesma forma, estamos fazendo um mutirão de ortopedia, que é outro programa que temos no Maranhão, este cuidando da população que está na fila de espera por procedimentos cirúrgicos de baixa, média e alta complexidades.

A minha missão é cuidar do nosso povo. Tenho trabalhado para isso.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Josivaldo JP, o Sr. Pompeo de Mattos, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucio Mosquini, 4º Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Gilson Daniel, por 1 minuto.

Em seguida, falará o Deputado Marcon.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só gostaria de registrar na Casa do Povo brasileiro que está aqui ao meu lado o Deputado Estadual do Espírito Santo Tyago Hoffmann, um grande amigo, parceiro do Governo do Estado, do nosso Governador Casagrande.

Nós tivemos a oportunidade de, juntos, ser Secretários do Governador Casagrande na legislatura passada. Trabalhamos em conjunto, eu, lá na Secretaria de Governo; ele, na Secretaria de Tecnologia. Ele trabalhou muito, elegeu-se Deputado Estadual e hoje é uma boa referência da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, onde é o Presidente da Comissão de Finanças — votou agora o orçamento anual.

Parabéns, Tyago!

Parabéns ao Espírito Santo!

Estamos juntos. Receba, Tyago, o nosso carinho, o carinho da Casa do Povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Obrigado, Deputado Gilson Daniel.

Gostaria de dizer ao Deputado Tyago Hoffmann que ele está muito bem acompanhado. Seja bem-vindo a esta Casa.

Tem a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero anunciar, com muita tristeza, o falecimento do nosso companheiro Avelino Ganzer, que morava no Pará, mas era gaúcho — foi para o Pará na luta da reforma agrária —, e foi um construtor da Central Única dos Trabalhadores. Hoje ele nos deixou.

Também anuncio o falecimento do nosso ex-colega, o companheiro Luiz Alberto, da Bahia, que foi Deputado desta Casa, era construtor do movimento negro nacionalmente, sempre lutou pelas minorias, pelos direitos humanos, pelo povo mais necessitado, tanto quando foi Deputado como depois, na sua militância.

Deixo a nossa solidariedade a essas duas famílias: a do nosso companheiro Luiz Alberto, da Bahia, e a do nosso companheiro Avelino Ganzer, do Pará.

Gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Presidente.

Boa noite, Parlamentares.

Eu venho aqui falar sobre um tema que está causando uma insegurança muito grande em muitas regiões do nosso País, em especial no meu Estado, o Mato Grosso, e que também tem refletido nos demais Estados, principalmente os do Norte do nosso País: as demarcações indígenas.

Há áreas que estão sendo contestadas e embargadas sem ao menos ter sido feito um estudo técnico para dizer se aquelas terras eram ou não indígenas.

Nós estamos vendo o pessoal da Esquerda dizer que precisamos indenizar os povos indígenas. Concordo com eles. Mas a indenização tem que ser boa para todos os lados, principalmente para aquelas famílias que, há 20 anos, 30 anos, 40 anos, a União colocou naquele lugar, dando-lhes inclusive o título da terra. Elas são proprietárias. Ninguém foi lá invadir, ninguém foi lá tomar a terra à força. Aquelas áreas foram entregues a elas pelo próprio Governo Federal e pelos Governos Estaduais.

Hoje, infelizmente, muitas dessas pessoas estão sofrendo com a insegurança. Já estão embargadas inúmeras áreas, mas nem sequer começaram os estudos para dizer se aquelas áreas são indígenas ou não.

Precisamos ter atenção, porque não podemos cometer injustiça. Indenização é importante. Porém, mais importante do que isso é o respeito para com todos os lados: os indígenas e os proprietários que estão lá. Não cabe a violência que está sendo promovida no campo com essa política arbitrária de indenização, que retira à força, a toque de caixa as pessoas

que estão lá. Precisamos chegar a um ponto comum. Precisamos trabalhar para todos. Não pode ser da forma como isso está acontecendo, principalmente no meu Estado.

Temos que lutar. E peço aqui a todos os Vereadores e Prefeitos e todas as autoridades políticas: precisamos trabalhar esse tema com urgência, pois as pessoas que estão lá não merecem ser tratadas como estão sendo tratadas.

Presidente, peço que o meu pronunciamento seja registrado os meios de comunicação da Casa.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, por 1 minuto.

Depois falarão o Deputado Pompeo de Mattos e a Deputada Erika Kokay.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, senhoras e senhores, eu recebi um relatório do Ministério da Defesa sobre a Lei nº 13.954, de 2019, mais especificamente, sobre o quadro especial. É uma vergonha que 14 oficiais tenham tido a coragem de assinar um documento como esse, que diz respeito a praças das Forças Armadas dessa forma, afirmando que a Lei nº 13.954, de 2019, foi uma beleza.

Os praças das Forças Armadas têm uma posição de rejeição ao Sr. Jair Bolsonaro exatamente por conta dessa legislação. E o que eu recebo como notícia desses praças é exatamente que a última esperança deles é o Presidente Lula para uma modificação desse cenário, porque do Ministério da Defesa eles já não esperam mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Lucio Mosquini, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, nós instalamos na Casa uma Comissão Especial para tratar dos desastres, das intempéries climáticas, desse clima atípico com que o Rio Grande vem sofrendo — e que, de resto, não atinge só o Rio Grande: as cheias, as chuvas, as enchentes da Amazônia foram para o Sul do Brasil, e a seca que estava no Sul foi para Amazônia.

Lá no Rio Grande, nós experimentamos 3 anos de seca. E a chuva, que não veio na seca, despejou-se num ano só, ou em alguns meses, no Vale do Taquari, na região do Rio Uruguai, na região de Maquiné e na região do Vale do Paranhana. Porto Alegre sofreu muito.

O requerimento de criação da Comissão é de minha autoria e de autoria do Deputado Marcel van Hattem. Ele vai coordenar a Comissão, eu vou ser o Relator e, juntos, vamos trabalhar. Aliás, isto é um exemplo: dois Deputados que têm relação e diferentes visão de mundo compreendem a necessidade de atender a população num único sentido.

Não é uma Comissão da Direita, não é uma Comissão da Esquerda; não é do Governo nem da Oposição. A Comissão é do povo gaúcho, da bancada gaúcha. Todos os Deputados Federais gaúchos assinaram o requerimento e vários deles serão corresponsáveis, porque serão Relatores Adjuntos. Nós já os estamos convidando para essa tarefa, Deputado Afonso Motta, e vamos desempenhar essa missão com o apoio de V.Exa., futuro Líder do PDT.

Os Prefeitos e as Prefeitas do Vale do Taquari vão fiscalizar o repasse dos recursos, dizer se realmente os receberam. Como será tratada a questão do assoreamento dos rios, a questão das barragens? Vamos ver as ações que precisam ser desencadeadas em relação ao clima, por meio do conhecimento, da ciência, do debate, do diálogo. Como podem ser tratadas as áreas ribeirinhas? Aquelas áreas que foram invadidas reiteradamente vão ficar da mesma maneira, esperando a próxima enchente?

Faremos estudos, análises, relatórios; tomaremos atitude. Vamos aprofundar isso de maneira madura, séria, responsável, para dar uma resposta satisfatória à população gaúcha, aos nossos Prefeitos, aos Vereadores, aos empresários, aos empreendedores. Essa é a hora de o Parlamento dar uma resposta. Esse é o nosso compromisso. Vamos fazer isso coletivamente nessa Comissão Especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que esta Casa tem que contribuir para dar uma resposta às grandes injustiças que foram feitas contra os praças das Forças Armadas não só na reforma da Previdência, em razão da qual eles passaram a contribuir e não tiveram os seus direitos assegurados, mas também na legislação que possibilita que haja a revisão de aposentadoria e a demissão — não há reabilitação; é demissão. É muito triste e cruel a situação que os praças estão vivenciando, especialmente os do quadro especial, que não têm possibilidade de ascensão, como deveriam ter.

Penso que esta Casa tem que dar uma resposta para esse problema e acho que o Governo de Lula, que é um Governo que olha no olho do povo brasileiro; que sabe a dor e a delícia de ser brasileiro, porque carrega as marcas de quem saiu da fome para buscar uma nova perspectiva de vida, mas carrega de forma muito intensa a alegria de ser brasileiro, porque ama este País, como não podemos dizer daquele que está inelegível hoje, deve agir.

Mas venho também para falar do absurdo que aconteceu aqui em Brasília com a privatização da Rodoviária.

A Rodoviária de Brasília, por onde passam centenas de milhares de pessoas, é o Marco Zero da cidade. Lá nós temos o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário, que se unificam no projeto de Lúcio Costa. Portanto, aquele local representa o sentido do traçado de Brasília, que alguns chamam de avião — eu digo: *"Não! Brasília é uma borboleta"*, pois a cidade é fruto da transformação e tem a leveza e a beleza de uma borboleta.

O Governo Ibaneis privatizou a rodoviária, com uma série de pontos absolutamente obscuros.

A concessionária receberá 10 milhões por ano de taxa de acostagem, ou seja, quando o ônibus acostar na rodoviária, vai ter que pagar uma taxa. Quem vai pagar isso é o povo. O povo vai pagar, em função do subsídio que vem a partir da tarifa, pela manutenção, pela tarifa técnica, que vem dos recursos do Governo do Distrito Federal, ou o povo vai pagar pelo aumento da passagem.

Mas não é só isso. Durante o ano de 2021, foi feito na rodoviária um investimento de 9 milhões; em 2022, de 7 milhões; em 2023, este ano, de 27 milhões. O Governo investiu 27 milhões em melhorias na rodoviária para vendê-la. Ao mesmo tempo, serão privatizados os estacionamentos — haverá essa taxa de acostagem.

E o que é pior: a base governista na Câmara Legislativa não aceitou que os serviços públicos prestados na rodoviária pudessem ser mantidos sem que o Governo tivesse que pagar. Sabem o que isso significa? Significa que, para prestar um serviço público, como expedir carteiras e atender à população, o Governo vai ter que pagar para a concessionária, que já vai ganhar com a taxa de acostagem, que já vai ganhar com a privatização dos estacionamentos.

Vão tirar do povo do Distrito Federal uma rodoviária que faz parte do Marco Zero, que faz parte da estrutura e do projeto que deu origem a Brasília!

A população será penalizada! Ibaneis tem que entender que ele não pode ficar vendendo Brasília. Ele colocou Brasília à venda! Está vendendo o que é fundamental para esta cidade, como a estrutura da rodoviária, que exige um nível de investimento de uma concessionária que vai estar lucrando ao receber esse ponto da cidade.

Será que nós vamos ter os serviços que temos hoje e os lanches com preços acessíveis como os de hoje? Provavelmente, não, porque a lógica será o lucro, e não o atendimento.

Brasília não está à venda. Não se pode vender a região de minas. Nós temos aqui de centenas ou dezenas de minas para entregar para a especulação imobiliária. Brasília não está à venda. Brasília pertence ao seu povo, o povo de Brasília, e ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sou o soldado do povo, Sr. Presidente. Eu discordo praticamente 100% do PSOL, os senhores sabem, mas, com relação à Lei nº 13.954, de 2019, concordamos. Por quê? Porque essa lei foi feita de forma equivocada. Os Parlamentares foram induzidos a erro em 2019, e essa lei prejudicou diretamente os policiais e bombeiros militares, sobretudo os soldados, os cabos e os sargentos das Forças Armadas.

Para os Srs. Parlamentares entenderem, aprovamos aqui a Reforma da Previdência, mas, para os militares, precisou ser feita uma lei à parte. E essa lei foi muito dura. Por quê, Srs. Parlamentares? Porque ela obrigou quem já havia contribuído para a Previdência por 30 anos a contribuir novamente. Isto não foi justo. Os soldados, os cabos e os sargentos que já estavam aposentados voltaram a contribuir para a Previdência.

Os senhores me dizem: *"Deputado, todos são iguais"*. Tudo bem; todos são iguais. Mas os militares deram a sua contribuição. De que forma, senhores? Com 5 anos a mais de trabalho. Trabalharam 5 anos a mais. Então, deram a sua contribuição. Não foi justo colocá-los para pagar Previdência novamente depois de contribuírem durante 30 anos. Então, eu critico essa lei — critiquei lá atrás, critico agora e continuarei criticando.

Quero deixar claro que quem tem a caneta hoje para resolver esse problema é o descondenado Luiz Inácio Lula da Silva, do mesmo desgoverno que hoje vetou a Lei Orgânica dos Policiais e Bombeiros Militares, mostrando que não tem responsabilidade com o povo brasileiro, em especial no que se refere à segurança pública. Essa é a dura verdade, senhores.

Para concluir, mais uma vez eu peço atenção do Parlamento. Praticamente em todos os discursos eu peço atenção do Parlamento, porque a maioria fica voando e não sabe de nada; só fica sabendo quando chega aqui para votar, e aí vota sem saber. Vou explicar de novo, porque conversei hoje com vários Deputados, e a maioria não sabe o que está acontecendo na CMO.

Querem reduzir as emendas de bancada! Os senhores vão permitir isso? É um retrocesso! De novo, vou dar um exemplo. Lá na Paraíba, ente da Federação de onde eu sou Deputado, cada Parlamentar, Senador ou Deputado, vai ter 11 milhões de reais. Ou seja, Srs. Parlamentares, a Paraíba vai ficar com 200 milhões de reais a menos para investir na saúde, na infraestrutura, na educação, na segurança pública, que é a nossa maior base.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Os senhores vão permitir isso? Não podemos permitir isso! Tirem dinheiro de onde for, mas não dos Estados, em especial da Paraíba, que eu defendo tanto aqui neste plenário. É impressionante o que a CMO quer fazer!

Faço mais uma vez um apelo aos Líderes partidários. Estou falando, desde a semana retrasada, Sr. Presidente, para não se reduzirem as emendas de bancada. Isso é um retrocesso. Continuarei aqui defendendo isso. Peço o apoio de todos os Parlamentares e bancadas.

Obrigado, Presidente.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - A lista de presença registra o comparecimento de 460 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Requerimento de Urgência nº 4.234, de 2023:

Senhor Presidente:

Requeremos a V.Exa., nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas.

Sala das Sessões, em 7 de dezembro de 2023.

Deputado Hugo Motta

Vice-líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Hugo Motta. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

Pois não, Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, eu já não votei favoravelmente a esta proposta da vez anterior por uma preocupação. Tudo bem, o Tribunal de Contas da União vai agora ser responsável também por fazer uma análise de contas, colocando a sua *expertise* à disposição da Organização das Nações Unidas. Pode até ser que esta matéria deva ser aprovada, mas é tipicamente uma matéria que pode tramitar com toda a tranquilidade nas Comissões, para que venhamos a ouvir inclusive os representantes do Tribunal de Contas nesta Casa e, a partir dessa avaliação, exercer o nosso direito de voto e a nossa representação com maior tranquilidade.

Agora, além disso, eu acho que é papel de cada um de nós, nesta matéria e nas próximas, denunciar esse golpe que está sendo dado para colocar em votação o novo ensino médio — que de novo não tem nada —, de Temer e de Bolsonaro, que foi relatado por ninguém menos do que o Deputado Mendonça Filho.

Ora, senhoras e senhores, o Deputado Mendonça Filho é o problema, porque foi ele que, no Governo Temer, como Ministro da Educação golpista, colocou essa matéria em deliberação a partir de uma medida provisória. Quando se vai fazer uma proposta de alterações, com pontos positivos e negativos, tem-se então o retorno dos pontos negativos com o Deputado Mendonça Filho como Relator, não acatando nem as 2.400 horas, voltando a desprestigiar a filosofia, a sociologia, a história e a geografia, se se fizer uma análise do projeto como um todo.

Sabem quem está feliz com a votação desta matéria no dia de hoje no plenário da Câmara? Lemann e a sua bancada, aqueles que representam as fundações empresariais privadas.

Quem votar a favor desta matéria está votando contra professores e professoras e estudantes brasileiros.

"Não" ao novo ensino médio!

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do UNIÃO, PP e Federação PSDB CIDADANIA? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do MDB, PSB e Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi o que eu disse a V.Exa., nós estamos aqui com a equipe trabalhando, e a pauta foi publicada agora. Há poucos minutos, a pauta saiu. V.Exa. sabe que eu nunca reclamo aqui. Eu sou soldado para toda obra. Agora, nessa situação ficou difícil, Sr. Presidente. Nós ficamos numa situação desconfortável para fazer a orientação, porque a pauta foi publicada há pouco tempo. V.Exa. sabe que estamos aqui no plenário a todo momento, e fica até difícil de orientarmos.

Eu peço mais um tempo a V.Exa. Sugiro que dê a palavra pela Liderança a algum Deputado, para que possamos discutir aqui com os nossos competentes assessores, do PL e do NOVO, que são os dois partidos que fazem oposição ao Governo do descondenado, ao desgoverno Lula. Peço a V.Exa. que conceda a palavra a alguma Liderança, para que possamos discutir a pauta, por gentileza.

Se não for possível, neste momento, orientamos "obstrução".

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "obstrução" e pedimos votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Eu vou dar de ofício.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do União Brasil e PP vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Vota "sim".

Como vota o Bloco do MDB?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do MDB e Republicanos vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Federação do PT, PCdoB e PV? *(Pausa.)*

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos presencialmente ou pelo Infoleg Parlamentar.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

Como vota a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Federação do PT, PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Federação PSOL REDE?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação ao mérito dessa matéria, embora nós tenhamos algumas dúvidas, não temos nenhum óbice a ele, mas, nesta sessão, entrou na pauta o requerimento de urgência do novo ensino médio, e isso está errado. Precisamos de mais tempo. Por causa disso, o PSOL agora orienta "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a representação do NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é muito triste nós chegarmos a essa posição.

Por mais que eu não concorde com a posição do Deputado Tarcísio com relação a um projeto específico, tanto ele como o Deputado Cabo Gilberto têm razão em reclamar de uma pauta que veio há 15 minutos. Não é possível estudar a matéria, conversar com os Parlamentares, com a assessoria e definir uma posição em relação a determinado projeto, independentemente se concordamos com ele ou não. Não há tempo hábil.

O NOVO, neste momento, por conta dessa pauta relâmpago, vai orientar "obstrução".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na Maioria, nós somos favoráveis à urgência.

No dia 3 de novembro, houve a escolha para que o Brasil participasse desse fórum internacional com o Tribunal de Contas. Portanto, isso significa trocar experiências, significa o fortalecimento do próprio País e, ao mesmo tempo, trocar experiências no que representa a função do TCU, que é de controle dos recursos públicos. Além de se trocar experiências, ao mesmo tempo, pode-se fazer relações internacionais para empoderar o próprio País. Essas são despesas que correm por conta do próprio tribunal. Portanto, não são despesas que saem do Orçamento da União, do orçamento do Executivo. Nós somos favoráveis à urgência, porque há de se ter urgência em aprimorar as experiências e fortalecer o Brasil.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pela Oposição, pelo PL e pela Minoria, com a autorização de todos aqui, oriento o voto "sim". O projeto já foi explicado, e também não podemos ficar em obstrução junto com o PSOL. Senão, vai ficar muito feio para o PL e para a Oposição, Sr. Presidente.

A Oposição, o PL e a Minoria votam "sim".

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Tarcísio Motta nos convenceu a mudar a orientação para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - O NOVO muda a orientação para "sim"?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta "sim".

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - O Governo vota "sim".

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Esta Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos presencialmente, no plenário, ou pelo Infoleg Parlamentar.

Deputado Abilio Brunini, V.Exa. está inscrito para falar como Líder. V.Exa. quer usar a palavra pela Liderança agora?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Agora não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - O Deputado Célio Silveira está inscrito também. (*Pausa.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente, enquanto ocorre a votação, V.Exa. me permite usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Fique à vontade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria apenas de fazer um alerta aqui, um chamamento aos colegas Parlamentares, os que estão presentes no plenário e os que porventura estejam acompanhando *on-line* esta nossa sessão.

Amanhã está convocada sessão do Congresso, e nós temos vetos extremamente importantes para o País. Precisamos estar unidos, como estivemos quando votamos a desoneração da folha, que é importantíssima para a construção civil, para o setor do vestuário, para a indústria calçadista, para as comunicações em geral, para o transporte, para o transporte público. Se nós não derrubarmos o veto, isso significará aumento de imposto, aumento do custo de vida, desemprego.

Então, amanhã, nós temos que estar presentes aqui. E eu faço o alerta, porque muitos colegas às vezes registram a presença e viajam. Eles podem ser surpreendidos enquanto estão em trânsito e não conseguirem votar esses vetos.

Nós precisamos derrubar esses vetos, e não é uma questão de ser oposição ou base do Governo, até porque o projeto de lei garantindo a desoneração da folha de pagamento por mais 4 anos para que esses setores — volto a repetir: setores de confecção, calçados, construção civil — continuem gerando emprego foi votado praticamente por unanimidade.

Agora, o Lula veta, e nós vamos concordar com o veto dele? O Lula veta e prejudica o trabalhador, prejudica a empresa, prejudica todo mundo, aumenta imposto. Não! Vamos reagir, mostrar que o Congresso é independente e, de uma maneira bem unida, derrubar esse veto e também o veto do marco temporal, para haver paz no campo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Peço a quem não registrou seu voto que o registre, para nós atingirmos o quórum.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Presidente, pode abrir a votação. Só o PSOL é que obstruiu. Pode abrir!

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Vou encerrar a votação.

Todo mundo já votou? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 370;

NÃO: 5;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 376.

ESTÁ APROVADO O REQUERIMENTO.

Requerimento de Urgência nº 4.239, de 2023.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 243, 2023, que “Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio”.

Sala das Sessões, dezembro de 2023.

Dep. José Guimarães (PT/CE)

Líder do Governo na Câmara dos Deputados

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, tem a palavra o Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, tem a palavra o Deputado Abilio Brunini. *(Pausa.)*

V.Exa. dispensa a palavra? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Sr. Presidente, posso esclarecer o teor do requerimento a todos os Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Vou passar a palavra para V.Exa. Só um minutinho.

Para falar contra o requerimento, tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, obviamente nós somos a favor dos recursos para garantir a bolsa para o ensino médio. Levando em consideração a generosidade de V.Exa., que, da mesma forma, me chamou para fazer essa intervenção, primeiro, nós queremos deixar registrado o compromisso com uma política que combata a evasão escolar. Obviamente, uma política de bolsa é parte dos recursos necessários para que os jovens não se evadam do ensino médio diante das dificuldades financeiras e econômicas da família. Então, uma bolsa pode e muito ajudar o jovem a terminar esse ensino médio.

Obviamente, nós somos favoráveis a isso, mas nós estamos muito preocupados, Deputado Pedro Uczai, com o anúncio do Governo, correto, de retirada do regime de urgência do "novo velho" ensino médio a partir de uma mobilização das entidades estudantis, que viram uma farsa ser produzida na Câmara dos Deputados, quando o Ministro que comandou este projeto destruidor do ensino médio foi designado Relator.

Na relatoria do Deputado Mendonça Filho, ficava clara a tentativa de manter uma lógica de rebaixamento das disciplinas das áreas de línguas, história, geografia, uma visão universalista e, ao mesmo tempo, de manter a lógica dos itinerários formativos que tanto precarizaram a educação para os estudantes e para os professores e professoras nas redes municipais Brasil afora.

Ao mesmo tempo em que foi anunciada essa vitória, que foi a retirada do regime de urgência, também foi anunciada pelos corredores, na rádio corredor, inclusive no Twitter, uma tentativa da extrema direita e do Centrão de colocar, em regime de urgência, de novo, o "novo velho" ensino médio. E nós queremos fazer esse alerta, porque nós não esperamos que esta Câmara se proponha a fazer um golpe na educação brasileira. Na verdade, os estudantes, os professores e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação já deixaram claro o seu repúdio a essa metodologia, que só precarizou a educação brasileira. Todas as pesquisas e matérias mostraram que os itinerários formativos...

Deputado Mendonça, parece que V.Exa. está querendo salvar o seu filho, aquele velho projeto que fez tão mal à educação brasileira, à revelia do que defendem os estudantes. V.Exa. tenta articular um golpe.

Nós queremos, desta tribuna, alertar o conjunto dos Parlamentares e, sobretudo, o povo brasileiro, que nos acompanha. É fundamental fazer campanhas de mobilização virtual, é fundamental pressionar os Deputados e as Deputadas, é fundamental que o Governo mantenha como prioridade impedir que isso seja votado e faça uma medida provisória...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Orientação de bancada.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Eu posso registrar o voto "sim" para todo mundo no painel? Algum partido é contra? Nós estamos falando do requerimento de urgência.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente...

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP e Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) - Sr. Presidente...

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - Posso orientar a bancada?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Pode orientar. V.Exa. vai orientar?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Peço a palavra para orientar o PL.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação passada, votei "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o Bloco do MDB, PSD e Podemos?

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) - E o PT, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Pois não, Deputado Mendonça. *(Pausa.)*

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Presidente, eu queria que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Só um minutinho, Deputado Gilberto. Vamos ouvir o Deputado Mendonça.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero apenas renovar o apoio à matéria votada ontem, o projeto da Deputada Tabata Amaral, que criou uma poupança estudantil para os alunos do ensino médio mais pobres, mais carentes, que precisam de apoio para se manter na escola.

É fundamental a aprovação da matéria que foi relatada ontem pelo Deputado Pedro Uczai, porque ela complementa e viabiliza a sustentabilidade econômica e financeira do projeto da poupança para a educação.

Então, o nosso bloco vota favoravelmente à urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - O Bloco do PP vota "sim".

Como vota o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que junte o tempo de orientação da Oposição e do PL, por gentileza, para eu explicar ao Parlamento por que somos contrários a esta urgência e a esse projeto.

Vejam só, o projeto que aprovamos ontem é excelente. Falamos "sim" a ele. Porém, o projeto que pretendem votar, Sr. Presidente, vai tirar quase 10 bilhões de reais do arcabouço fiscal, que já estourou a regra do teto de gastos, aprovado por este Congresso em 2017. O projeto vai tirar esse programa dos limites de gastos do Governo, ou seja, vai liberar o Governo para gastar à vontade, Srs. Parlamentares. Vai gastar à vontade e estourar as contas. Foi por isso que o Presidente falou que não vai cumprir a meta de zerar o déficit.

O PL e toda a Oposição têm muita responsabilidade com as contas públicas, Sr. Presidente. Por isso, iremos orientar o voto "não". E pedimos votação nominal, Sr. Presidente.

Quero explicar detalhadamente a todos os Parlamentares que estão tirando recursos do arcabouço fiscal, que aprovamos aqui há tão pouco tempo.

Olhe como o desgoverno Lula é sabido para meter a mão no dinheiro público, sem responsabilidade. Foi ele que falou, há tão pouco tempo: "*Vamos estourar a regra de gastos, vamos estourar o déficit*". Não estão nem aí para nada. O importante é ganhar as eleições de 2024, enganando a população, como o desgoverno Lula sempre faz.

Esta Oposição tem responsabilidade. Jamais irá permitir que o Governo estoure os gastos. Ele que arrume as suas contas, pare de gastar mais do que arrecada e pague o programa que votou ontem a unanimidade desta Casa.

O PL e a Oposição votam "não". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Federação do PT e PCdoB, Deputado Pedro Uczai?

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos esclarecer a todas as bancadas o que nós estamos deliberando do ponto de vista do mérito: primeiro, o Fundo Social tem superávit de 18 bilhões de reais, produzidos entre 2018 e 2022; segundo, esses recursos já existem e há previsão, inclusive, da possibilidade de investimento para a área da educação.

O que nós estamos fazendo? Dando sequência ao que votamos ontem, com a previsão, para o primeiro ano de implantação do programa do Bolsa Permanência, Bolsa Poupança ou auxílio financeiro para o ensino médio, justamente com esses recursos. Nós votamos ontem, por unanimidade, mas ainda não garantimos que os recursos do Fundo Social, o que já está previsto, sejam remanejados para esse programa que nós transformaremos em lei, se for aprovado no Senado. Nós não estamos buscando nenhum outro recurso, é para esse fim exclusivamente.

Portanto, no Orçamento está previsto, o Fundo Social já existe, e estão destinados esses 6 bilhões de reais para o primeiro ano do programa. É isso que nós estamos deliberando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Esta Presidência solicita ao Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que registrem seus votos pelo Infoleg Parlamentar ou presencialmente no plenário.

Vota "sim" a Federação do PT e PCdoB.

Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje nós vamos ver aqui muitos Deputados dizendo que defendem os estudantes do ensino médio, mas eu acho um absurdo, quando eu vejo o PL e a Oposição dizendo que são contrários a recursos para garantir a Bolsa Permanência dos estudantes mais pobres e a poupança para esses estudantes mais pobres no ensino médio.

Por isso, hoje, mesmo com esta manobra para votar a urgência da continuidade do atual novo ensino médio no projeto que virá daqui a pouco, neste projeto, a bancada do PSOL orienta "sim", em defesa do ensino médio de qualidade para os mais pobres.

A orientação a este projeto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Tarcísio, por mais bem-intencionado que esteja, tratou do assunto com uma grande falácia. Esses 6 bilhões de reais a mais — e não

importa para onde vão — são pagos com os impostos da maioria dos mais pobres. De toda a arrecadação, 52% são pagos por quem ganha menos de 3 salários mínimos.

Este Parlamento autorizou — proposta do Governo — meio trilhão de reais a mais, Deputado Tarcísio, em 3 anos. O que esse Governo e os Parlamentares que apoiam essa medida estão fazendo? Estão fazendo uma maquiagem contábil. Não é suficiente meio trilhão de reais. Eles estão dizendo que, além disso, não contabiliza. É uma maquiagem: mais 6 bilhões para isso, mais 6 bilhões para aquilo. No fundo, é um limite inexistente, porque não há limite.

Peço mais 1 minuto da Minoria, Presidente.

Consta aqui no texto que, para o incentivo à permanência de estudantes no ensino médio, não serão contabilizados nos limites de gastos, até o montante de 6 bilhões de reais.

Pergunto, Deputado: se é importante o 6 bilhões para a educação, por que não se contingencia em outras áreas? Por que o Governo não corta despesas? Por que o Executivo e os partidos não diminuem os Fundos Eleitoral e Partidário que estão sendo votados lá na CMO? Esse é o ponto. Não querem reduzir nada! Só querem extrapolar o limite, fazendo uma maquiagem para cobrar mais do cidadão. E o que acontece? Desvaloriza a moeda, aumentam os juros e a inflação, para o pobre pagar, sempre com a desculpinha de que vai ajudar um e outro, mas no fundo só ferra com a população, que cada vez paga mais, paga mais sempre fora do limite de algo que foi já muito aumentado de impostos no lombo do trabalhador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Maioria?

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que module o microfone para vozes femininas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Já regularizou, já aumentou.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Maioria tem clareza. Estão defendendo a reforma do ensino médio. Eu, em particular, e o meu partido temos opinião contra um relatório que põe um aluno de 14 anos para definir o seu itinerário formativo e que diminui a carga horária.

No entanto, esse projeto específico é um projeto do Senador Humberto Costa, relatado pelo Deputado Pedro Uczai, que garante a bolsa-permanência para combater a evasão e as desigualdades. É um projeto socialmente correto, educacionalmente na direção de um novo tempo de permanência do aluno do ensino médio nas escolas.

Por isso, a Maioria vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - A Minoria já orientou.

Como vota o Governo?

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PL e o NOVO sempre votam contra o povo brasileiro, principalmente contra aquelas pessoas que mais necessitam.

Temos um grande problema da educação no Brasil pela ausência dos jovens nos bancos escolares. Esse projeto de lei, aprovado nesta Casa — e nós estamos discutindo o requerimento de urgência —, garante o jovem nos bancos escolares. Esse é o desafio da educação. Por isso, é um projeto de extrema importância, principalmente para a população brasileira, para que possamos evitar o que já está acontecendo, que é a evasão escolar.

O Governo vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Todo mundo já votou? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 309;

NÃO: 94;

TOTAL: 403.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.

Próximo item.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 243, DE 2023
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2023, que dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio. Pendente de pareceres.

Para oferecer parecer ao projeto, pelas Comissões de Educação, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a sua anuência de V.Exa., já vou proferir o voto ao PLP 243.

"II - Voto do Relator

O presente projeto de lei complementar propõe uma nova utilização no uso superávit financeiro do Fundo Social, especialmente, para a educação, com o intuito de enfrentar um problema crítico: a evasão escolar de jovens de baixa renda no ensino médio.

Criado, em 2010, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, entre outras áreas, através da riqueza proveniente do pré-sal, o fundo tem enfrentado um dilema: seus recursos têm se acumulado sem serem empregados, de acordo com sua finalidade original. Em vez de serem direcionados para as políticas públicas, para maximizar os benefícios ao País das receitas oriundas das atividades petrolíferas na área do pré-sal, esses recursos têm sido destinados para abater a dívida pública, o que não condiz com a prioridade primordial do fundo.

A proposta em questão visa corrigir essa rota desviada, permitindo que os recursos já existentes no Fundo Social sejam utilizados para apoiar e incentivar jovens brasileiros de baixa renda a permanecerem e concluírem o ensino médio. Essa etapa educacional é crucial, pois representa um marco para acesso a melhores condições de vida e para interrupção do ciclo de pobreza intergeracional e para aumento da mobilidade social.

Apesar de tais recursos já estarem disponíveis no Fundo do Social, o custeio do programa para incentivo à permanência de estudantes no ensino médio não poderia ser realizado sem que houvesse o cancelamento de alguma outra despesa importante e já em curso no presente ano, em razão do limite de gastos para o ano de 2023, disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Tal situação é indesejável e desarrazoada, dado que o recurso do Fundo Social já existe, já foi arrecadado e está acumulado no fundo.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Educação (CE), somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2023.

Na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), somos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2023, e pela sua compatibilidade e adequação financeira.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 243, de 2023."

Estes são o relatório e o voto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Passa-se à discussão.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Abilio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu passo a vez. Obrigado. Aliás, Presidente, eu quero falar.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que estamos orientando "obstrução" porque, por mais que o projeto seja importante para um aumento do orçamento, ele está arrancando recursos do teto de gastos, do limite dos gastos, e não apresenta a fonte.

Nós queremos ajudar a educação, queremos mandar mais recursos para a educação, mas não podemos dar um cheque em branco para gastos sem planejamento adequado, sem gestão eficiente, o que vai prejudicar toda a gestão de uma Nação.

Então, orientamos "obstrução", Sr. Presidente. Estou falando em meu nome, Deputado Abilio Brunini, na minha fala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Gilberto Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sâmia Bomfim, para falar contrariamente ao projeto.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

É evidente que são necessários recursos para se viabilizar uma bolsa para os estudantes do ensino médio no Brasil, principalmente tendo em vista o altíssimo nível de evasão escolar, fruto sobretudo do que foi a pandemia da COVID-19. Assim como temos políticas de assistência estudantil para o ensino superior no Brasil, sem dúvida essa é uma forma de incentivar que os nossos estudantes possam se manter nas escolas, porque muitos deles, infelizmente, precisam entrar no mercado de trabalho para ajudar no sustento das suas famílias.

Se nós estamos falando de ensino médio, Presidente, é fundamental que debatamos o formato, o modelo do ensino médio, mas, infelizmente, na sessão do dia de hoje está pautada a urgência do novo ensino médio 2.0. Houve um processo forte de mobilização de estudantes, de educadores, pesquisadores e todos aqueles que defendem educação pública no Brasil contra a reforma do ensino médio do Governo Temer, que foi feita através de uma medida provisória, que, diferentemente do que propagandeavam, na verdade significou o aumento das desigualdades entre os estudantes das escolas públicas e os estudantes das escolas privadas e a precarização do trabalho dos educadores em função dos itinerários formativos, o que não significou opções para os estudantes, mas obrigou professores formados a darem aulas de coisas aleatórias, como brigadeiro *gourmet* ou disciplinas que na prática não formavam nem para o mercado de trabalho, desperdiçando o tempo e a potencialidade dos nossos alunos e também dos nossos professores. Reduziram a carga horária das disciplinas fundamentais, português, matemática, principalmente da área de humanas, como geografia, história, filosofia e sociologia, num mundo em que é cada vez mais necessário o senso crítico e reflexivo para se tornar um cidadão, alguém incluso na sociedade brasileira.

Agora o que vemos, depois de muita luta e de muita mobilização, é o mesmo pai do novo ensino médio sendo o Relator dessa matéria, colocando praticamente tudo igual, Deputado Tarcísio Motta. É o novo ensino médio 2.0, sim. Nem mesmo as 2.400 horas de formação geral básica que vieram do projeto enviado pelo Executivo, sobre o qual nós já tínhamos críticas, nem isso ele quer garantir. Ele quer seguir com a lógica dos itinerários formativos, o que não significa opção, principalmente se nós considerarmos que mais da metade dos Municípios do Brasil só contam com uma escola de ensino médio. Que opção esses jovens têm? Ele também mantém a lógica do notório saber, ou seja, não há formação dos nossos educadores, precarizando cada vez mais a educação desses jovens.

Então, nós estamos contra esse projeto. É lamentável que ele seja votado de afogadilho e que seja um repeteco daquilo que já se mostrou falido para a sociedade brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva, para falar a favor.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, o povo brasileiro não vai cair nesse discurso de que a Oposição e o PL são contra a educação, porque o povo brasileiro sabe que o desgoverno Lula mente assim que abre a boca. O Governo Lula não tem responsabilidade com a verdade. Ele mente descaradamente. A palavra correta é essa.

Somos a favor das contas públicas. Os senhores esqueceram o que o descondenado disse há poucos dias? Ele disse que estava se lixando para o déficit fiscal. O que o Governo arrecada com as cobranças de impostos sem parar, todos os dias aumentando, é o que ele gasta. Isso quer dizer que a conta fica mais negativa a cada dia que passa. Sabem como vamos fechar este ano? Com um rombo fiscal de quase 200 bilhões de reais, irmãos.

Sabem o que ele quer aqui, o governinho do descondenado Lula, para enganar os Srs. Parlamentares? Vamos ler o projeto, porque ficamos falando aqui, eles ficam mentindo ali, e V.Exas. não entendem o projeto.

Olhem só o que diz:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No exercício de 2023, as despesas voltadas a programa instituído por legislação específica para incentivo à permanência de estudantes — até aqui o projeto está muito bonito; está bonito de verdade até aqui — (...) de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais).

Aí, o que é que vem? Olhem aqui o jabuti do desgoverno Lula!

Parágrafo único. Fica autorizada a utilização do superávit financeiro do fundo a que se refere o art. 46 — amigos — (...) como fonte para as despesas referidas no caput — ó, escutem aí, ó, escutem aí, para V.Exas. entenderem —, via abertura de crédito adicional por projeto de lei.

Ajude-me, Governo Lula! O senhor quer que o rombo fiscal aumente e que o povo brasileiro pague mais essa conta desenfreada do desgoverno Lula.

Somos favoráveis à educação, e a prova é que votamos ontem favoravelmente, 100% desta Casa. Todos orientaram "sim". Então, isso mostra que esse argumento está errado, equivocado. Somos contrários é ao que o desgoverno Lula está fazendo. Está gastando sem responsabilidade, arrecadando como nunca, aumentando impostos como nunca. Aí, quer tirar do arcabouço fiscal, que esta Casa votou, essa conta, para dar uma de bonzinho, de mocinho.

Então, iremos votar contra este projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar contrariamente, concedo a palavra à Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Gilson Marques, para falar contrariamente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Eu vou tentar explicar com calma o que está acontecendo no Brasil, Deputado Jordy. Foi aprovada, no fim do ano passado, a PEC da Transição, autorizando o Governo a gastar mais. Este ano foi aprovado o arcabouço fiscal, que substituiu uma regra que estabelecia um teto de gastos para um piso de gastos de meio trilhão de reais a mais em 3 anos, Deputada Julia. Não contente com isso, o que o Governo faz? Como ele não quer gastar "só", entre aspas, os 500 milhões de reais em 3 anos, tudo o que ele quer gastar a mais ele diz que não pode ser contabilizado no arcabouço fiscal.

Pois eu nunca vi uma regra fiscal tão fraca como essa, tão esfaqueada! Já era ruim e se transforma em péssima! Cadê o Ministro Haddad com a sua responsabilidade? Cadê o respeito às regras por ele mesmo enviadas e votadas pela base do Governo? A base concordou com os limites do arcabouço fiscal, que era ruim. Nós da Oposição votamos contra.

Vocês que votaram a favor, portanto, em respeito à regra, deveriam estar aqui defendendo a regra e não defendendo a extrapolção dela. Querem mandar dinheiro para a educação? Ótimo! Será que não há, dos 500 milhões de reais, perdão, dos 500 bilhões de reais, 6 bilhões de reais, como prioridade, para mandar para a educação?

Pois eu digo: o Governo de vocês não dá prioridade para a educação, para a saúde, para a segurança, porque quer contingenciar qualquer coisa que seja prioridade. Saneamento básico não há. No entanto, aumentou o número de Ministérios; 1.337 pessoas viajaram para a COP; gasta com luxo, cama, hotel, avião, etc. Para tudo vai dinheiro. E, é claro, não há limite. Nem o limite estabelecido é o limite. Isso é um absurdo!

Isto é um escárnio para esta Casa: em menos de 1 ano — isso é histórico, nunca aconteceu —, o arcabouço fiscal, estabelecido contra a nossa vontade, não é respeitado por aqueles que votaram favoravelmente a ele. Isso é inacreditável! E quem vai pagar essa conta é sempre o mais pobre.

E, digo mais, Deputado Jordy: essas bolsas vão ser sabe para quem? E sabe quem vai escolher para onde vão ser mandadas as bolsas? A grande maioria delas é para beneficiar a militância, para ser cabo eleitoral e depois vir aqui fazer sempre a mesma coisa.

É óbvio que nós vamos orientar "não" com convicção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal, para falar a favor.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, é necessário ter honestidade intelectual. O último orador falou a favor, mas é contra. Sr. Presidente, essa é uma medida da maior importância.

Quero parabenizar o Deputado Pedro Uczai, porque nós estamos tratando de tirar recursos do Fundo Social do Pré-Sal e colocá-los para a bolsa-permanência de estudantes carentes, em situação de vulnerabilidade, do ensino básico.

Objetivamente, essa é uma responsabilidade de quem, de fato, quer garantir a permanência do aluno na escola; de quem, de fato, quer garantir que o aluno tenha educação integral e não seja disputado pelas aleivosias das ruas.

É por isso que está aqui presente a aluna Jade. E eu peço à segurança que a deixe entrar. Jade Beatriz é Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e apoia a bolsa-permanência.

Não é para a militância, é para a pobreza que o NOVO nega, é para a pobreza, que está sendo inclusive induzida a uma educação de segunda, pelo relatório do Deputado Mendonça Filho.

Este debate agora é fundamental para se ter integridade intelectual. Temos que ser a favor da bolsa-permanência. É uma necessidade do aluno vulnerável, pobre, que está na escola pública, que precisa comer, precisa ter dinheiro para o transporte, precisa ter dinheiro para o fardamento, que não é dado de maneira integral em muitos Municípios brasileiros.

Ele precisa ter a garantia de que a sua permanência na escola seja prazerosa, de grande aprendizado e de perspectiva de futuro. Por isso o projeto é importante.

É importante dizer que, desde que criamos o Plano Nacional de Educação, esse Fundo Social era para ser acessado para a educação. Agora, no Governo Lula, ele está sendo acessado.

É bom lembrar que esse Fundo Social também está previsto para complementar o piso da enfermagem, que está garantido em lei, em duas emendas constitucionais. No entanto, ele está sendo defenestrado até hoje com, infelizmente, decisões judiciais que negam o papel legislativo.

Por isso aprovamos e apoiamos este projeto que garante a bolsa-permanência para alunos vulneráveis. A seleção é feita em comissão de alto nível, instituída com regras do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação, passa pelo Conselho Escolar. Ela não é para a militância. Isso é fraude argumentativa.

É "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

A última oradora falou aqui que nós temos que ter honestidade intelectual. Quem tem que ter honestidade intelectual é vocês, que estão querendo, com essa chantagem emocional, pressionar-nos a votar um projeto que é uma ode à irresponsabilidade fiscal.

Se nós fôssemos contrários ao mérito do projeto, não o teríamos votado ontem. Votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 54, de 2021, que criou a bolsa para o ensino médio, porque somos, obviamente, conscientes de que existe muita evasão escolar. Somos favoráveis, sim, a que esse aluno que está na escola possa receber a bolsa e não ter que trabalhar; não ter que, muitas vezes, sair da escola para complementar a renda em casa.

Vejam bem: no fim da legislatura passada, nós aprovamos aqui a PEC da Transição, que furou o teto de gastos em mais de 500 bilhões de reais em 3 anos, como disse aqui o Deputado Gilson. Não satisfeitos, colocaram um dispositivo para acabar com o teto de gastos, via lei complementar. E, nessa lei complementar, que foi a Lei Complementar nº 200, de 2023, eles simplesmente colocaram um jabuti. Colocaram lá um dispositivo que dá salvo-conduto para Lula, para ele não responder por crime de responsabilidade, caso ele não cumpra as metas fiscais que foram determinadas na Lei Complementar nº 200, o arcabouço fiscal.

Será que mais dos 500 bilhões que foram concedidos, que foram possibilitados pela PEC da Transição e também pelo arcabouço fiscal, que aumentou a capacidade de gasto público, não é possível garantir esses 6 bilhões para pagar essa bolsa para os estudantes do ensino médio?

Vejam o que há nesse projeto. Ele diz aqui que as despesas não serão contabilizadas nos limites de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 200, que é o arcabouço fiscal, até o montante de 6 bilhões.

Nós estamos aqui prezando o ensino médio, obviamente porque queríamos aprovar esse projeto, mas somos responsáveis fiscais. Não queremos ver mais o País com tanto déficit como já está acontecendo. Nós vamos terminar o ano com mais de 200 bilhões de reais em déficit.

Aí nós vemos Lula e companhia aumentando a carga tributária para poder cobrir esse rombo.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente, essa extrema direita é muito demagógica. É um chororô danado para dar uma bolsa para estudantes de ensino médio cuja família esteja inscrita no Cadastro Único, ou seja, famílias de baixa renda ou de alta vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, fazem um chororô danado porque desejam garantir os pagamentos sagrados do mercado, dos grandes capitalistas do sistema financeiro.

Quando um Deputado do NOVO falava, só faltou mencionar: *"Não se pode tirar 6 milhões de reais para ajudar a ter bolsa para os estudantes carentes, porque tem que pagar os banqueiros e os parasitas do sistema financeiro"*. Quando outro, histriônico, faz um discurso como se fosse irresponsabilidade fiscal garantir que estudantes não evadam do ensino médio, ele se esquece de dizer que a austeridade e o ajuste fiscal que ele defende são os mesmos que mantêm como ilimitados os recursos do Orçamento para pagar a dívida pública, que nunca foi auditada no Brasil. É uma dívida pública que só remunera os rentistas e, ao mesmo tempo, tira quase 50% do Orçamento. O Deputado que fica ensandecido com um projeto de lei para ajudar os estudantes carentes, nunca fica ensandecido quando 16 vezes o valor da área de educação vai para os bilionários, para os ricos, para os especuladores.

Sobre isso eles não falam, porque deve ser difícil dizer para a base deles que estão defendendo os bilionários do País em detrimento dos interesses do povo brasileiro. Deve ser difícil dizer para o povo brasileiro que é preciso tirar, Deputada Sâmia, o espanhol e o inglês do ensino médio. São esses que defendem o NEM, mas colocam os filhos nos melhores colégios particulares e pagam pelos cursos de língua. Maravilha! E que bom que os filhos podem ter boa educação. Mas vocês acham que os filhos do pobre não podem ter boa educação? Vocês acham que o filho do pobre tem que ser formado para apertar parafuso, com todo o respeito a quem aperta parafuso, porque são profissionais dignos?

Indigno é ser eleito pelo povo e votar aqui contra os interesses do povo. Indigno é estar aqui, usando o espaço do voto, para atacar a educação brasileira e dizer que estudante de escola pública, de baixa renda, não tem direito a uma bolsa pequena, mas necessária para não evadir da escola.

Menos demagogia e menos grito com os interesses do povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Ricardo Salles. *(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, tem a palavra a Deputada Bia Kicis. *(Pausa.)*

Não há mais oradores inscritos.

Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a relação entre desigualdade social e direito à educação é um problema que deve nos preocupar.

Historicamente no Brasil, educação de qualidade sempre foi um privilégio para as elites — repito, sempre foi um privilégio para as elites. Mas há toda uma história de luta para mudar esse quadro. Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Paulo Freire dedicaram a vida a enfrentar esse problema. É nesse ponto que surge uma história de luta por mais vagas na educação, por mais escolas públicas, com profissionais de educação mais valorizados e escolas de melhor qualidade. E esse tipo de proposta, que necessariamente significa aumento do investimento público em educação, sempre teve a resistência dos poderosos, dos privilegiados, daqueles que querem que o orçamento público seja destinado a manter os privilégios e as desigualdades.

Mas, sabe, Prof. Pedro Uczai, isso é errado sob todos os pontos de vista, até o econômico. Estudo do IPEA — está certo, é um estudo de 2006, precisa ser renovado — apontava que o gasto em educação é aquele que mais traz resultados para o crescimento do PIB do País e para a renda das famílias. No caso da renda, com exceção daquilo que é transferência direta do Bolsa Família.

Só para mostrar um dado, cada real investido em educação significa 1,85% no PIB do País, e é esse crescimento que gera emprego, renda e impostos. A falácia dos liberais é a de que o dinheiro gasto com o estudante pobre do ensino médio seria um dinheiro rasgado, jogado no lixo. Não! Ele se reverte em consumo, em dignidade, em direitos, em crescimento da economia, em retorno para o próprio País.

É disto que nós estamos falando: investir em educação, senhoras e senhores, não gera apenas conhecimento; gera economia, gera direitos, gera mais felicidade, reduz a desigualdade.

Por isso, nós apostamos na educação e dizemos: quanto mais dinheiro na educação, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Welter.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, ontem, esta Casa votou uma forma de estímulo para que não os alunos não desistam do ensino médio. Hoje, está sendo votada uma lei que garante financiamento para implementar essa política pública. É isso que estamos votando aqui.

Portanto, quem votou a favor ontem e votar contra hoje, em minha visão, é contraditório. Eu, com toda a minha humildade, quero dizer que quem tem responsabilidade social com os estudantes do ensino médio, que precisam ser assistidos, deve votar favoravelmente à matéria. Mas há um projeto que vamos analisar depois, sobre o Novo Ensino Médio, e esse eu vou votar contra. É um absurdo, na minha visão, ele estar na pauta dessa forma.

Hoje vamos garantir o projeto de ontem, da bolsa, do auxílio, para evitar a evasão de alunos do ensino médio. Com o tempo, vai-se garantir mais estabilidade e renda para as famílias menos abastadas do País. O critério para se conseguir a bolsa é estar inscrito nos programas sociais do Governo Federal. Faz isso só um Governo e Parlamentares que têm visão estratégica de inclusão social, de assistir os desassistidos, para que tenham futuro, com a possibilidade, formando-se no nível médio, de ascender a uma universidade, ou a um nível médio profissionalizante, ou ser um tecnólogo posteriormente.

Portanto, não ter essa visão é não querer assistir os desassistidos, é não querer ter uma visão social, e sim uma visão contrária ou elitizada, que não quer que o filho do pobre estude e termine, no mínimo, o ensino médio.

Esse programa é revolucionário, porque vai ajudar muitos jovens das famílias dos bairros mais pobres do País a estudar, a se capacitar, a dar orgulho para as famílias. Depois que engrenar, esse projeto vai financiar milhões e milhões de jovens do ensino médio do País.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Para encaminhar a favor, tem a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Novamente, Presidente, aqui estou em defesa da educação pública gratuita e de qualidade, em defesa da posição dos estudantes, expressa através de suas entidades representativas, aqui representada por Jade, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Ela traz todos os dias para este Parlamento a realidade dura da educação pública, em que o aluno não tem condição de permanecer porque não tem como se manter.

Este projeto garante os recursos para o projeto que V.Exas. apoiaram ontem, da Bolsa Permanência. É necessário garantir os recursos, orientar a fonte de financiamento da Bolsa Permanência. É isso que nós estamos fazendo esta noite. É importante que o Brasil saiba: esta noite, o Presidente Lula está, através da nossa bancada, orientando de onde sairão os recursos para que a evasão escolar diminua no Brasil.

Mas há segmentos que acham que os pobres precisam fazer um curso de curta duração, ser apertador de botões de multinacionais, ser aqueles que vão fazer o trabalho braçal, porque, como dizia Weintraub, universidade não é para todo mundo. Isso acabou, porque vocês perderam. A orientação é incluir, trazer para a ciência, trazer para a educação, fortalecer a educação pública, gratuita e de qualidade.

Por isso, o Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2023, do eminente Senador Humberto Costa, relatado pelo Deputado Pedro Uczai, tem razão de existir. Vai ser um fundo social de largo espectro — ele dará também apoio ao fundo da enfermagem —, do qual nós vamos tirar o dinheiro para garantir a Bolsa Permanência dos alunos da educação básica. Mas, logo a seguir, nós debateremos o projeto da reforma do ensino médio, que, infelizmente, está mantido como, lamentavelmente, funcionou nos anos de Temer e Bolsonaro.

Aqui estou em defesa das 2.400 horas/aula e contra os itinerários formativos, que levaram a conteúdos como brigadeiro *gourmet*, cursos absolutamente sem utilidade na vida prática, que faziam com que o aluno da escola pública não tivesse acesso à história, a ciências naturais, a todo o conteúdo oferecido pelo setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar contra, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é evidente a necessidade de fomento para os nossos jovens do ensino médio no Brasil. Eles precisam garantir a manutenção de suas atividades, principalmente ao se considerar o empobrecimento pós-pandemia.

Mas eu me inscrevi, principalmente, porque nós estamos em obstrução desde o primeiro ponto. E eu quero explicitar os motivos. É absolutamente indignante que, no dia de hoje, esteja pautada a urgência do Novo Ensino Médio 2.0. Houve muita luta por parte dos estudantes e dos professores brasileiros para conseguir dizer que aquele projeto imposto durante o Governo Temer, através de uma medida provisória, foi uma tragédia para a educação pública brasileira. Foram muitos atos e mobilizações. Eu estive presente em muitos deles, sempre com a UNE, com os DCEs, com a UEE, enfim, com os estudantes encabeçando, mas também com os professores, que estão no chão da sala de aula, que sabem o que significou a precarização do trabalho deles.

O que são esses itinerários formativos? Foram substituídas disciplinas fundamentais, como filosofia, geografia, história, por aulas sem nenhum conteúdo complexo, que nem vão formar os jovens para o mercado de trabalho. Peço que me desculpem, mas isso é só perda de tempo, e os nossos jovens não têm tempo a perder. Eles merecem ter acesso ao conteúdo que os jovens que estudam nas escolas privadas também têm, porque é isto o que vai acontecer: vão aumentar as desigualdades, porque quem tem recursos vai pagar, em uma escola privada, por todas as disciplinas de formação básica, por ensino integral e muito mais. Sabemos como isso funciona.

Os nossos jovens que estão nas escolas públicas têm aulas ociosas, têm disciplinas sem nenhum tipo de consistência, e os nossos professores, que estão formados para poder educar os jovens em suas disciplinas, acabam ficando sem condição de exercer aquilo para o que eles foram formados, sem contar aqueles que precisam somente do notório saber, ou seja,

professores estão sendo substituídos por profissionais não capacitados, com nenhum tipo de formação. Isso também significa a precarização da profissão de professor.

Infelizmente, esse projeto, que é relatado pelo mesmo Deputado Mendonça Filho, que foi o pai do Novo Ensino Médio, está em regime de urgência no dia de hoje e repete os mesmos erros que já foram amplamente rechaçados pela sociedade brasileira. Não há estudo que comprove que o itinerário formativo funciona, que ele melhora a qualidade da educação. Pelo contrário, é um engodo, principalmente porque metade dos Municípios no Brasil só têm uma escola de ensino médio, Deputada Fernanda.

Portanto, não há leque de possibilidades, e, quando esse leque se apresenta, não há uma formação completa e complexa. Há uma lógica de precarizar os estudantes, para que eles se dirijam ao mercado de trabalho sem nenhum tipo de formação e de competitividade.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Welter. *(Pausa.)*

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes da minha fala, eu tenho uma questão de ordem.

Com todo o respeito à Deputada Sâmia, ela se inscreveu para falar contra o projeto, o que, nos termos do art. 175, inciso V, não poderia ser feito, já que argumentou favoravelmente ao projeto. Não haveria problema no fato de a Deputada utilizar esse espaço para tal, mas isso retira a possibilidade de ponderação do outro lado, para falar contra ao projeto.

Não quero fazer celeuma com relação a esse procedimento, porém essa não deveria ser uma regra daqui em diante.

Com relação ao encaminhamento, eu sugiro, se V.Exa. concordar, utilizar, junto com a orientação do partido, o tempo de encaminhamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Está certo, Deputado.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Peço a palavra para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Pois não, Deputada Sâmia.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quando fui à tribuna fazer a defesa do projeto, eu me justifiquei, justamente porque nós estamos em obstrução. E a obstrução é um espaço disponibilizado para que possamos apresentar a nossa contrariedade aos projetos que estão na pauta e à política nacional, como os Deputados estavam em obstrução na CCJ por causa da sabatina de Flávio Dino para o STF, por exemplo.

Aqui eu estava debatendo um tema que está na pauta no dia de hoje, porque é um absurdo a urgência do Novo Ensino Médio 2.0 estar na pauta.

Também fui à tribuna para discutir que, se nós estamos falando da qualidade do ensino médio, da possibilidade de manutenção dos nossos jovens nas escolas, é um engodo considerar que isso é possível se nós precarizamos o trabalho dos docentes, se nós precarizamos a qualidade do conteúdo a que os estudantes têm acesso.

Então, não fugi do tema, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, estando em obstrução, eu utilizo todo e qualquer espaço da tribuna, inclusive este — e agradeço a possibilidade de utilizá-lo ao Deputado Gilson, auxiliando na obstrução —, para poder demonstrar contrariedade àquilo que foi expresso na sessão no dia de hoje.

Aliás, quero cumprimentar o novo Ministro do STF, Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Quero pedir aos oradores que se atenham às orientações.

Apesar de assistir razão ao Deputado Gilson Marques, registro que, em outras oportunidades, outros Deputados também fizeram o mesmo.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, para falar contra a matéria. *(Pausa.)*

Deputado Gilson Marques, V.Exa. vai querer acumular o tempo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, eu vou fazer o encaminhamento junto com a orientação, conforme combinamos.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 243, de 2023.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP e Federação PSDB CIDADANIA? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco do MDB e PSD? (*Pausa.*)

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, queremos só renovar a orientação "sim" ao projeto, até porque, como eu disse há pouco, nós votamos, ontem, o projeto de autoria da Deputada Tabata Amaral que cria a poupança da educação, algo que é muito importante para assegurar a manutenção dos jovens na escola, principalmente os de baixa renda.

Agora, nós estamos criando as condições, a partir da relatoria do nobre Deputado Pedro Uczai, para que esse projeto possa ter capacidade de ser financiado.

Portanto, o nosso bloco vota "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - V.Exa. orientou pelo Bloco do UNIÃO?

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) - Isso, pelo Bloco do UNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o Bloco do MDB e PSD?

O SR. HILDO DO CANDANGO (Bloco/REPUBLICANOS - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do MDB, Republicanos e Podemos orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Esta Presidência solicita a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que registrem seus votos pelo Infoleg Parlamentar ou presencialmente no plenário.

Como vota o PL?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o PL vai liberar a bancada, e eu explico o motivo.

Primeiro, o PL é a favor do mérito da matéria, tanto que votou a favor do projeto de lei na sessão de ontem. E por que vários colegas pretendem votar contra o projeto, o que faz com que liberemos a bancada? Porque a fonte de financiamento, a forma de financiamento que está sendo aprovada propõe que se ignore o arcabouço fiscal, ou seja, que se extrapole o limite de gastos.

O País, que já está mergulhado em um déficit fiscal pela ganância do atual Governo, amplia gastos, em que pese o projeto dizer que seria apenas para o exercício de 2023, que já está acabando. Mas há uma sinalização ruim quando esse projeto propõe: *"Tira esse gasto do limite fiscal ou do arcabouço fiscal"*.

Por isso, o PL libera a bancada, respeitando o mérito, sendo a favor do projeto de incentivar os estudantes, mas contra a fonte.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa bancada e a federação votam "sim", com muita alegria e honra, porque nós vamos dar as condições para que em fevereiro de 2024 se inicie o programa que vai permitir a oferta da bolsa permanência, da bolsa poupança para os jovens do ensino médio. São 2 milhões e 500 mil jovens brasileiros — e catarinenses — que serão contemplados com essa política pública.

Portanto, esse recurso vai dar condições para que o que nós votamos no dia de ontem possa ser concretizado em 2024. Não tenho dúvida de que é possível votar por unanimidade, também no mérito, esse PLP 243, como aconteceu no Senado. O projeto foi aprovado por unanimidade no Senado Federal.

Sr. Presidente, a nossa bancada vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, essa matéria é de suma importância. Ter políticas públicas que fomentem a permanência dos nossos estudantes sobretudo no ensino médio é fundamental. O percentual de evasão escolar aumentou muito em decorrência da pandemia também.

Parabenizo o Relator, Deputado Pedro Uczai, que fez um esforço muito grande para garantir na bolsa do ensino médio a EJA. Essa vitória é do povo brasileiro. Essa vitória é da educação de jovens e adultos.

É por isso que a Federação PSOL REDE orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço o tempo do NOVO mais 3 minutos, totalizando 4 minutos.

Presidente, infelizmente, eu preciso usar este tempo e fazer um esforço para desmentir algumas afirmações.

Eu escuto do outro lado que essa é uma proposta necessária para beneficiar os alunos de um programa que é gratuito e de boa qualidade. Não basta uma mentira, têm que ser duas. Consultem o resultado do PISA, que acabou de ser divulgado, e constatem que o aluno sai do segundo grau sem interpretar texto e sem saber a matemática básica. Como isso pode demonstrar boa qualidade? A segunda mentira: é gratuito. É gratuito para quem? O texto da lei já mostra o custo: 6 bilhões de reais. Como pode ser gratuito? Quem paga os 6 bilhões de reais? Algum Deputado aqui vai pagar? Só se for através de impostos, assim como os pobres pagam, inclusive aqueles que vão ter o ensino gratuito e de qualidade.

Isso é um engodo, uma mentira atrás da outra. É muito interessante e bonitinho o político dizer: "*Olha, nós vamos dar gratuitamente ensino de qualidade*"; "*olha como eu sou bonzinho*". Mas como assim? De onde saem os 6 bilhões de reais gratuitos, senão do pobre pagador de impostos, do garçom, do servente de pedreiro, da costureira, do mecânico? Eles é que pagam essa conta. É simples assim. É uma mentira.

Em que pese isso, Deputado Pedro Uczai, nós somos favoráveis à escolha prioritária dos recursos públicos. Nós concordamos que os recursos públicos sejam destinados para saúde, segurança e educação. Com o que não concordamos é que se faça uma maquiagem contábil, retirando essa despesa do arcabouço aprovado nesta Casa, que já é uma regra ruim.

O pior, Deputado Luiz Philippe, é que a regra que está sendo aprovada agora autoriza uma despesa de 2023, ou seja, o Governo já gastou esse dinheiro. Está no art. 1º que é para regularizar uma despesa de 2023. Na contabilidade, agora, no fim do ano, ele vai criar um espaço virtual de 6 bilhões de reais de algo que já gastou para, evidentemente, gastar em outra coisa. Essa é a armadilha que consta desse texto. Promete dar educação, mas, no fundo, o Governo quer um espaço fiscal para gastar com outras coisas que, suspeito, não sejam nada republicanas, como luxo, viagens e aumento de Ministérios.

É um engodo, é uma mentira dizer que isso é para educação, dizer que é de qualidade e dizer que é gratuito. Não acreditem nos políticos! Quem está pagando essa conta é você! Isso custa muito caro e não é de qualidade. E aí, sempre, coloca-se a culpa em quem, de alguma maneira, é responsável. A responsabilidade deveria, ao menos, vir de quem propôs o arcabouço fiscal: o Ministério da Economia.

É óbvio que a orientação do NOVO vai ser "não", Presidente. Concordamos com o programa, não com a fonte. O voto tem que ser responsável, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Minoria?

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, gasto é gasto. Só no âmbito político é que se define que gasto não é gasto, que gasto precisa estar fora do comprometimento, como aqui aceito e proposto pelo próprio Governo, que está violando seus comprometimentos ao colocar essa despesa fora do que é considerado gasto. Criou-se outra categoria de contabilização. Que categoria é essa? Agora vamos ter que inventar um nome para todas essas despesas, que não são despesas, mas que de fato são despesas.

Não faz sentido a violação de regras de contabilidade, de regras fiscais para acomodar a questão econômica do desgoverno. Eles estão desgovernados no seu equilíbrio fiscal, que eles mesmos propuseram.

É por isso que a Minoria é contra, vota "não".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Maioria?

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria preocupa-se com os vulneráveis, com os adolescentes que se evadem da escola precocemente, especialmente depois da pandemia, com necessidade de serem empurrados para o mercado de trabalho, com os fenômenos ligados à gravidez da adolescência, à pobreza. Sem dúvida alguma, eles precisam desse aporte para a permanência na escola.

A permanência na escola é a garantia da evolução na formação de cada jovem que está na escola pública hoje e que se sente vulnerável e impossibilitado de finalizar seus cursos. Esses jovens são pobres, em maioria negros, das escolas públicas. E eu convido o NOVO a conhecer a periferia de Salvador e ver por que os jovens se evadem.

Por isso, a Maioria vota "sim" e saúda o Governo por incorporar esse projeto do Senador Humberto Costa, relatado pelo Deputado Pedro Uczai, porque garantirá a diminuição da evasão.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Veja só, Sr. Presidente, aqui, deste microfone, eu gosto de dar xeque-mate, como eu falo para os senhores sempre. Vamos dar agora: Líder da Oposição, diga o número da MP, por favor.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) - MP 1.198.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Essa MP já estava em vigor. O que aconteceu? Mandaram esse projeto de lei para estourar novamente o teto e tirar a responsabilidade.

O senhor que está em casa nos assistindo concorda que estamos corretos nos nossos argumentos? Ontem votamos favoravelmente ao projeto, mas o desgoverno Lula quer que o povo pague a conta sem ter responsabilidade. Assim é muito bom, amigo: eu sou Deputado Federal, ganho "x", mas eu vou gastar "y", e o povo que pague a conta. É como fazer uma compra de mil reais e pagar só 200 reais.

Ajude-me, petralhada! Xeque-mate!

A Oposição vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como orienta o Governo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo, obviamente, orienta "sim" aos recursos para o Bolsa Permanência, que é um programa muito importante.

Nós achamos que 6 bilhões de reais para combater a evasão escolar é pouco. Os recursos públicos são para os mais pobres mesmo. Ou os grandes empresários acham que eles vão pegar parte do recurso que é público? Já basta o lucro que têm. Os beneficiados serão estudantes que já têm necessidade dessa bolsa, para que não haja evasão escolar.

Belo Horizonte, quando eu era Vereador, experimentou esse programa, que se chamava Bolsa Escola e Poupança Escola. Foi um sucesso! Muitos estudaram por meio disso. Conseguiu-se formar os alunos e as mães ficaram satisfeitas.

Eu fico impressionado de ver como o Partido Novo, do Governador Zema, não tem realmente condescendência para com os mais pobres no País. Parece que só tem empresário...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 370;

NÃO: 77;

ABSTENÇÃO: 4;

TOTAL: 451.

ESTÁ APROVADA.

Fica dispensada a redação final da matéria, nos termos do art. 195, § 2º, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria vai à sanção.

Requerimento de Urgência nº 4.275, de 2023.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a urgência "urgentíssima" na apreciação do Projeto de Lei nº 5.230, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio".

Sala das Sessões, dezembro de 2023.

Deputada Adriana Ventura

NOVO/SP

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu subo à tribuna neste instante para dizer que é, de fato, urgente que esta Casa Legislativa possa deliberar sobre esse assunto. Ele diz respeito ao futuro do Novo Ensino Médio no Brasil.

Como se sabe, temos quase 8 milhões de estudantes. Há naturalmente um grande debate nacional envolvendo educadores, professores, estudantes. Foi feita ampla consulta por parte do Ministério da Educação. Quero inclusive dizer que, nessa consulta, ao contrário do que alguns dizem, a expressão maior dos estudantes brasileiros, Deputado Pedro Uczai, foi no sentido de que eles querem ter acesso à formação técnica profissionalizante, à EPT — Educação Profissional e Tecnológica. Isso está claro ali, basta visitar o *site* do Ministério da Educação. E, para permitir flexibilidade curricular, acesso à educação técnica, precisamos manter as bases do Novo Ensino Médio.

Esse é um debate importante. Muita gente despreza o Parlamento, mas esta é a Casa da construção política, Deputado Arnaldo. Aqui estamos estendendo a negociação, desde o PL até o PSB e o PDT. Eu agradeço, inclusive, ao Colégio de Líderes. Nessa concertação e nessa construção, eu entendo que a decisão do Colégio de Líderes e do Presidente Arthur Lira foi de que não podemos deixar esse assunto sem discussão e sem decisão. O ano letivo de 2024 está aí, muito próximo. Precisamos de uma decisão para sinalizar aos estudantes, às redes estaduais, aos Secretários Estaduais de Educação, que respondem por 84% da oferta de vagas no ensino médio público brasileiro, a essa gente que quer ter acesso ao mercado de trabalho, quer melhorar a renda.

É por isso que eu peço a todos que têm compromisso com o futuro da educação para que possamos abandonar o velho ensino médio, que hoje infelizmente ainda está vigente em muitos Estados. Apenas 7% dos estudantes que concluem o ensino médio têm conhecimento pleno em matemática, Deputado João. Isso é uma vergonha! Apenas 30% dos estudantes brasileiros, quando concluem o ensino médio, têm pleno conhecimento e domínio de português. E há pessoas que ainda defendem esse sistema. Esse sistema está vencido, ultrapassado.

Precisamos avançar e referendar as mudanças de que o Brasil necessita, de que a nossa juventude necessita, principalmente os jovens mais pobres, carentes, que querem ter perspectiva de vida. E só se tem perspectiva de vida, só se constrói uma nação decente com educação, com formação e com acesso ao mercado de trabalho. É isso o que a juventude quer.

Portanto, peço a aprovação do requerimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Com a palavra o Deputado Guilherme Boulos, pelo tempo de Líder, pela Federação PSOL REDE.

O SR. GUILHERME BOULOS (Bloco/PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, querer encerrar um tema como esse de atropelo, de afogadilho, sem buscar consenso com o Governo, sem buscar um diálogo mais amplo com a comunidade educacional, de professores a estudantes, é de uma temeridade e profundamente antidemocrático. Aliás, não foi por acaso que a primeira proposta de reforma surgiu quando o Deputado Mendonça era Ministro da Educação de um Governo que não foi eleito pelo povo, diferente deste, que venceu com 60 milhões de votos. E me espanta, Deputado Mendonça, a dificuldade de buscar um consenso com este Governo, portanto, com agenda eleita nas urnas pelo povo brasileiro, para chegar a um modelo mais adequado, consensual, debatido em relação ao ensino médio.

Não adianta entrarmos em falsa discussão, sobre ser contra ou a favor do ensino técnico. Quem aqui é contra o ensino técnico? Aliás, os Institutos Federais, feitos pelo Presidente Lula, desde o primeiro Governo, e agora retomados, permitem uma formação técnica exemplar para milhões de jovens espalhados pelo Brasil. A questão é diminuir o número de horas, como o seu relatório faz, em relação à formação básica e essencial.

Este é o tema: estudantes terminarem o ensino médio sem terem um aprendizado adequado em história, em geografia. Nós temos que formar cidadãos, jovens e adolescentes. E digo isso não apenas como professor — já dei aula em escola pública em São Paulo —, mas também como pai de duas estudantes que agora estão entrando no ensino médio. Temos que formar a nossa geração para a vida, com capacidade de dialogar e lidar com os problemas do mundo, de fora do muro da escola, e não apenas para serem engrenagens puras e simples do mercado de trabalho. Formação é formação crítica. Formação educacional deve permitir visão e perspectiva de mundo.

Termino, Presidente, lembrando aquele que é o patrono da educação brasileira, um dos maiores educadores que o planeta já produziu, chamado Paulo Freire. Educação libertadora é aquela que dialoga com a realidade do educando, e não aquela imposta com preconceitos de cima para baixo.

Faço um apelo ao Deputado Mendonça e a esta Casa para que possamos chegar a um entendimento, a um diálogo com o conjunto do setor educacional, e não como imposição por uma urgência artificial como essa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta. *(Pausa.)*

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queremos um ensino médio em que o estudante tenha liberdade de escolha, moderno e de qualidade. Essa foi a promessa em 2016, em 2017, para a implementação do chamado Novo Ensino Médio. Foram falsas promessas para um problema real. O que se prometia fazer não foi possível implementar na realidade, e se mostrou a solução errada para um problema real, sério e grave.

Nós passamos o ano de 2023 inteiro debatendo o assunto do ensino médio: consulta pública, audiência pública, debate, mobilização, entidades representativas de professores e de estudantes, academia. Todos se debruçaram e chegaram a uma conclusão: é preciso mudar o Novo Ensino Médio.

Nós, é verdade, estávamos juntos com muitos movimentos sociais, dizendo que era preciso revogar o Novo Ensino Médio, mas chegamos ao fim com essa ideia de que era preciso haver uma mudança. E essa mudança consubstanciou-se em um projeto que o Governo Federal mandou para cá.

O problema é que nós estamos no fim do ano de 2023 para votar o projeto do Governo? Não, mas para votar o relatório do Ministro que implantou o ensino médio e que precisa ser mudado. E aí, no lugar de mudar o Novo Ensino Médio, ele faz mudancinhas no Mendoncinha para tentar resolver o que está errado. Isso significa que a votação aqui não é para mudar o ensino médio, mas para mantê-lo.

Nós temos pressa de mudar o ensino médio? Claro que temos! E por isso tínhamos a urgência constitucional ao projeto do Governo. Mas, agora, o que se está querendo fazer é uma manobra para manter o essencial do atual ensino médio, que precisa ser mudado, e não mantido: 2.400 horas; ensino técnico e profissionalizante, sim, integrado e além da formação geral básica; as disciplinas e o currículo mantidos, para garantir a qualidade da educação, para permitir ao filho do trabalhador o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. O que teremos aqui é a perpetuação de uma escola para rico, que é uma escola integral, e uma escola para pobre, na qual a formação geral básica será ali gerada.

Contra essa manobra, nós diremos "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP, União Brasil e Federação PSDB CIDADANIA? *(Pausa.)*

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, pela ordem. Só peço a V.Exa. que faça uma advertência. O Relator não pode ser chamado de Mendoncinha, Presidente. Usar termos no diminutivo desse jeito é a mesma coisa de eu chamar o Deputado Tarcísio de Mafalda. Não vamos concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o Bloco do União Brasil, PP e Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, evidentemente, nós votamos "sim".

Foi um amplo acordo, envolvendo vários partidos, como eu disse. Há urgência em relação à matéria, há um apelo dos Secretários Estaduais de Educação que compõem o CONSED para nortearmos o futuro do ensino médio no Brasil. Isso está conectado, inclusive, às pesquisas e à enquête do Ministério da Educação, que prevê melhorar a qualidade do ensino médio, melhorar a aprendizagem e, ao mesmo tempo, garantir aos jovens acesso à educação técnica profissionalizante. Infelizmente, hoje, o Brasil está muito distante do que ocorre nas principais nações do mundo.

Então, nós do Bloco União Brasil e de vários outros partidos votamos "sim", pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Esta Presidência convoca as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para registrarem seus votos através do Infoleg parlamentar ou presencialmente no plenário.

Está iniciada a votação.

Como vota o Bloco do MDB, PSD e Podemos, Deputado Rafael Prudente?

O SR. RAFAEL PRUDENTE (Bloco/MDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o PL, Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Lucio Mosquini, o PL orienta "sim" e o faz com muita convicção.

Primeiro, vamos desmentir algo aqui. Andaram dizendo que a primeira vez em que se falou e em que se tentou fazer isso foi quando o Deputado Mendonça foi Ministro — aliás, um grande Ministro da Educação. Isso não é verdade. E eu quero lembrar à turma do PT uma coisa: eu fiz parte da Comissão Especial que discutiu o Novo Ensino Médio, e era o Deputado Reginaldo Lopes que lutava exatamente pelas mesmas questões basilares do Novo Ensino Médio. Aliás, eu convivo muito bem com o Deputado Reginaldo, que é meu conterrâneo de Minas Gerais. Há poucos dias, eu soube que ele disse: *"Olhem, fica difícil para mim dizer que não concordo agora"*.

Mais do que isso, Presidente, é óbvio que o ensino médio tem que ser modernizado no Brasil. O que ocorreu é que a lei foi aprovada e todo o processo só teve 1 ano de experiência. Agora, em 2023, quando efetivamente teria que se estruturar a rede, o Governo adiou e não quer ter nem prazo para implantar o Novo Ensino Médio.

O que é o Novo Ensino Médio? É dar oportunidade ao nosso jovem de ter, pelo menos, uma perspectiva de trabalho na vida, de ter uma orientação funcional prática. Qualificar esse jovem é para o bem da juventude, para o bem da qualidade do ensino no Brasil. O que falam é que não dá, porque o ensino privado é que é melhor. Não...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. KIKO CELEGUIM (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse é um projeto do Governo que foi eleito pela maioria do povo brasileiro. Foi apresentada ao Congresso Nacional uma concepção de acordo com as novas necessidades, discutindo-se isso com os Estados federados, com os Municípios. O relatório na Comissão foi completamente retalhado.

Nós ainda vamos trabalhar para constituir um acordo, para melhorar isso tudo, mas a nossa federação libera, porque há muita divergência na nossa bancada com relação ao texto apresentado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Representação do NOVO? *(Pausa.)*

Como vota a Federação PSOL REDE?

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, em defesa das 2.400 horas para a formação geral básica, em defesa das 13 disciplinas obrigatórias em todos os anos, pelo fim dos itinerários formativos, por 100% do ensino médio presencial, pelo "Fora, notório saber!" e por respeito a toda a consulta pública que foi feita, a Federação PSOL REDE orienta o voto "não" a esse golpe contra os nossos estudantes.

Todo mundo sabe o que a escola de qualidade significa. Significa menos alunos por turma, significa maior tempo dentro da escola.

Essa proposta quer criar uma farsa de um debate com a população, com a promessa de um ensino técnico que não vai se realizar na prática.

Então, nós orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o NOVO, Deputado Gilson Marques?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO compreende que evidentemente não existe projeto perfeito. Esse projeto tem alguns detalhes que deveriam ou poderiam ser aprimorados. No entanto, ele cria parâmetros de melhoramentos, aumentando a liberdade, diminuindo a carga horária, criando um ensino técnico. Enfim, há um regulamento que dará maior segurança para o desenvolvimento da educação daqui em diante, deixando para trás o sistema atual, que não funciona.

Em virtude disso, o NOVO orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Minoria?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, lembrei-me agora de uma frase do maior cientista da humanidade, Albert Einstein: *"Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes"*. O Governo do PT colocou a educação deste País na lama. Nós temos, há muito tempo, os piores resultados do PISA. Será que não está no cognitivo desse povo que é preciso mudar, que nós estamos no caminho errado? O nosso orçamento para a educação é comparado ao da OCDE, mas, mesmo assim, nós temos os piores índices educacionais.

É lógico que temos que nos atualizar. Os nossos alunos são diferentes entre si. Todos devem ter a mesma educação básica — é a base —, mas, ao entrar no ensino médio, cada um tem que, de acordo com a sua aptidão, ser direcionado para uma determinada área, para, no futuro, ingressar no mercado profissional. Esses alunos vão conseguir um emprego mais facilmente, vão melhorar sua qualidade de vida. E, naturalmente, vai ser reduzida a evasão escolar, que é o grande mal da educação neste País.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Maioria?

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Maioria libera, porque nós temos partidos com posições diferentes e até antagônicas. Mas, com a gentileza de meus parceiros, eu quero expressar a minha posição individual e a do PCdoB, ao lado da Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Não é urgente! Urgente e necessário é esperar o resultado da Conferência Nacional de Educação, que ocorrerá na segunda quinzena de janeiro; urgente é respeitar a consulta pública do MEC...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Peço a palavra pela ordem.

Não pode usar cartaz aqui, Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - Peço a reposição do meu tempo. Fui atrapalhada.

Eu gostaria de dizer que urgente é garantir as 2.400 horas de aulas na rede pública brasileira e o fim do itinerário formativo...

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Há gente fazendo manifestação aqui dentro.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Não, ela está orientando.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - O Regimento proíbe o uso de cartaz.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Ela está orientando.

Pode continuar, Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - Eu estou no tempo.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Ainda há uma moça que não é Deputada e está com cartaz aqui dentro.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - Eu pedi licença à segurança.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) - Mas o Regimento...

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES) - Presidente, a Deputada, sim. Mas, como todo respeito, a segurança...

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Pode continuar, Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - Finalizo, Presidente, dizendo que itinerário formativo não pode ser escolhido por um aluno de 14 anos, não pode haver notório saber, tirando o professor da sala de aula para colocar um leigo. Nós superamos o professor leigo há anos, garantindo formação e licenciaturas em todo o Brasil.

Conclamo a CNTE, conclamo a UBES, que aqui está, os professores brasileiros, a dizerem "não" ao retrocesso. Queremos um ensino médio que fortaleça a luta pela desigualdade, não que aprofunde a desigualdade.

A Maioria libera.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota a Oposição?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, pela ordem.

Não é Deputada, não é ex-Deputada...

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Deputado Abilio...

V.Exas. sabem que não bagunçam a minha sessão. V.Exas. já sabem.

Vamos continuar minha sessão aqui.

Como vota a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, vejam como o desgoverno Lula é incoerente: manda o projeto para esta Casa — eu falo, sim, eu falo e bato no peito —, Mendoncinha pega o relatório... Aí acham ruim. Cadê os que dizem que defendem os estudantes, que defendem a educação? Foram 16 anos de desgoverno Lula comandando a Nação brasileira. Como ele deixou o povo? Aí ficam com raiva. Eu sou da Paraíba, eu sou do Nordeste. Ele deixou o povo nordestino, principalmente, mais burro. Essa que é a verdade, Presidente. O PT é pai da mentira. Ele mente todos os dias.

A Oposição tem responsabilidade com o povo brasileiro, sobretudo com a educação de fato e de direito.

Por isso, em respeito aos estudantes, em respeito ao povo, para que saiba ler e escrever, não da forma que é hoje, porque Lula quer deixar o povo burro — Lula não é pai dos pobres, não, ele é pai dos burros —, a Oposição vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Como vota o Governo, Deputado Pedro Campos?

O SR. PEDRO CAMPOS (Bloco/PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, entendendo que hoje milhões de estudantes estão submetidos a um modelo que fracassou, que foi mal implantado, e que precisamos imediatamente avançar para um modelo que contemple o interesse dos estudantes e respeite a experiência dos profissionais da educação, entendendo também que vamos ter mais uma semana para debater o mérito dessa questão, na condição de Governo, concluímos que essa reforma do ensino médio, apesar de muita discussão que precisa ser feita, é beneficiada pela máxima do nosso colega Tiririca: "*Pior do que está não fica*". E os estudantes precisam de uma resposta imediata.

Por isso, o Governo orienta "sim" à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Pelo tempo de Líder da Oposição, tem a palavra o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é evidente que a sessão desta noite está dedicada a esta matéria apenas para deliberarmos sobre a urgência constitucional que está sendo restabelecida ao projeto.

O mérito da proposta será debatido e votado na próxima terça-feira, conforme acordo celebrado entre o Presidente Arthur Lira e a maioria dos Líderes da Casa.

Eu quero agradecer a todos os Líderes que participaram desse entendimento. Como eu disse há pouco, essa é uma matéria urgente, porque há uma grande interrogação no meio educacional brasileiro. Eu falo principalmente da rede de educação pública, cuja responsabilidade maior é do CONSED — Conselho Nacional de Secretários de Educação, que responde por 84% das matrículas. Ressalto que 12% das matrículas da educação de nível médio são de responsabilidade da educação privada, particular. E todo esse conjunto de lideranças, acadêmicas, educacionais, defende claramente que possamos dar um salto de qualidade na área da educação, especificamente do nível médio.

É evidente que as mazelas educacionais têm que ser entendidas desde a base. Não há condição de construir uma casa a partir do teto. A base da educação vem desde a educação infantil, passando pela alfabetização. Boa parte das nossas crianças — no Nordeste, mais de 70%; no Brasil, mais de 50%, Deputado João — não consegue ler plenamente a partir do 3º Ano do fundamental. É uma tragédia incrível, absurda, essas crianças mal alfabetizadas num país das dimensões do Brasil, que deveria garantir alfabetização plena para todas as crianças.

No ensino fundamental, que é responsabilidade dos Municípios, nós podemos avançar. No nível médio, infelizmente, nós nos deparamos com uma tragédia social de grandes dimensões: 40% de evasão, maior do que a da Colômbia, da Costa Rica e do México, só para ficar nesses exemplos. E para mudar essa realidade, precisamos tornar o ensino médio atrativo, que dialogue com os jovens, que faculte ao jovem itinerários formativos de acordo com o seu projeto de vida. Não faz sentido que um jovem que vai fazer jornalismo, direito, tenha que ter o mesmo aprofundamento, do ponto de vista de conhecimento, daquele que vai fazer engenharia. Eu não estou reinventando a roda. Isso é praticado em Portugal, na França, na Espanha, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, na Ásia toda, há muito tempo. E nós insistimos em repetir os mesmos erros.

Nós aumentamos, na nossa proposta, de 1.800 horas para 2.100 horas a formação geral básica. É um incremento importante, mas temos que garantir equidade. O jovem que vai cursar o ensino médio propedêutico tem que ter a mesma formação geral básica daquele que vai rumar para a educação técnica. Isso é básico, direito de aprendizagem. E, evidentemente, se, porventura, nós disséssemos "sim" à proposta de boa parte da Esquerda, fixando em 2.400 horas, quando o total do ensino médio é de 3 mil horas, sobriam apenas 600 horas.

Eu pergunto, Deputado Arnaldo; eu pergunto, Deputado Tarcísio: qual é o curso técnico de qualidade, por exemplo, na área de mecânica, de eletrônica, de tecnologia da informação, de enfermagem, que se pode oferecer com 600 horas? Impossível!

Ou fechamos a educação técnica de qualidade para cursos que precisam de mais horas, ou garantimos o direito de esses jovens cursarem a educação técnica, facultando pelo menos 900 horas e compatibilizando com a formação geral básica.

Não é pirraça, não é briga por briga. Eu tenho dialogado com todo mundo, com o PSB, com o PDT e com o PT também. Eu estou pensando no Brasil, nos jovens. Essa é uma demanda expressa na enquete do MEC. Eu desafio: entrem no *site* do Ministério da Educação, e vão constatar que a esmagadora maioria dos jovens demanda formação técnica, educação técnica profissionalizante.

Não se trata de jogar o jovem tão somente na educação técnica. Ele pode rumar para a universidade. É questão de escolha. Mas nós temos que garantir a eles a opção técnica como um caminho viável. O Brasil oferta apenas 9% de vagas em educação técnica junto com a educação de nível médio. Se você for para a média da Europa, verá que esse número é de mais de 40%; se você for para a Finlândia, é mais de 50%; se for para a Suíça, é mais de 60%. E a Suíça é um país riquíssimo. Não se trata de briga de pobre contra rico, não.

O velho ensino médio é um fracasso. Apenas 7% dos jovens que concluem o ensino médio conseguem o conhecimento básico em matemática. Isso é uma tremenda vergonha! Apenas 30% daqueles que concluem têm domínio em português, minha gente! Isso é outra vergonha. Ou encaramos isso como uma realidade que precisa mudar, ou vamos ver o Brasil ficando para trás a cada dia e a cada instante.

Estamos justamente pensando num Brasil maior, mais amplo. Não se trata de debate partidário, não, nem de debate ideológico. Trata-se de um debate de compromisso com o País.

É por isso que eu peço a aprovação desse requerimento de urgência, para que na próxima terça-feira nós aprofundemos o debate e evidentemente levemos adiante as mudanças do ensino médio, que fazem parte do clamor nacional de jovens, de educadores e daqueles que dirigem a educação de nível básico dos Estados e Municípios.

Essa é a minha posição, e eu peço a aprovação do texto que está em votação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Deputado Pedro Uczai, V.Exa. vai orientar?

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nossa bancada reorienta, pela complexidade do tema.

Neste momento, reorientamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - A Federação muda a orientação para "não".

Todo mundo já votou? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 351;

NÃO: 102;

TOTAL: 453.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Vamos virar no mérito. Viva a educação pública!

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Próximo item.

PROJETO DE LEI Nº 2.646-B, DE 2020 (DO SR. JOÃO MAIA E OUTROS)

Discussão, em turno único, das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.646-A, de 2020, que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, 11.312, de 27 de junho de 2006, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.712, de 30 de agosto de 2012, e dá outras providências.

NOVA EMENTA: Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências. Pendente de parecer das Comissões de: Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 1.239/2021, EM 09/06/2021.

Para oferecer parecer às emendas do Senado Federal, pelas Comissões de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR) - Sr. Presidente, quero só comunicar...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Presidente, solicito o tempo de Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - O Deputado Arnaldo Jardim está com a palavra.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só comunicar: 47 a 31, Dino passa a ser o novo Ministro do STF.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - O Deputado Arnaldo Jardim está com a palavra.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Parlamentares, é para mim um privilégio emitir este parecer.

Como nosso parecer, que foi divulgado na Casa, já consta no sistema desde a semana passada, permito-me, Sr. Presidente, fazer um resumo, com a aquiescência de todos.

Primeiro, destaco que o autor do projeto que ora relato se encontra à Mesa, o nobre Deputado João Maia.

Destaco também que este projeto, apresentado a esta Casa em 2020, além da autoria do Deputado João Maia, teve como coautores: o Deputado Hugo Leal, o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Geninho Zuliani, o Deputado Franco Cartafina, o Deputado Rodrigo Coelho, o Deputado Lucas Redecker, o Deputado Kim Kataguiri, o Deputado Augusto Coutinho, o Deputado Orlando Silva e o Deputado Odair Cunha.

Eu fiz questão de ler essa relação, que é até extensa — são oito os coautores —, porque ela traz, já na sua origem, uma marca. Nós conseguimos construir este projeto — e eu não fui só Relator; participei desse processo sempre ao lado e comandado pelo Deputado João Maia — de uma forma plural, de uma forma que nos integrou. Àquela época, no Governo Bolsonaro, autores de partidos de oposição subscreveram o projeto. E a aprovação do projeto nesta Casa foi por grande maioria. Nós tivemos raras exceções quando da votação.

Do que trata o projeto? De instituir uma modalidade de investimento para enfrentar aquilo que foi e ainda continua sendo um dos problemas estruturantes do nosso País, que é a necessidade de termos mais investimentos em infraestrutura, exatamente para impactarmos a produtividade do País e conseguirmos um investimento mais consistente, capaz de gerar um desenvolvimento que tenha esse sentido.

As debêntures que ora se propõem, que são as chamadas debêntures de infraestrutura, complementam um sistema que já existe e que tem sido responsável pelos investimentos insuficientes que nós temos, que são as chamadas debêntures incentivadas. O que faz esse instrumento? Vai adiante, porque as chamadas debêntures incentivadas que hoje nós temos podem ser adquiridas por investidores individuais, que se somam num fundo de investimento, por exemplo.

Mas agora se cria a possibilidade de que essas debêntures emitidas sejam adquiridas por fundos previdenciários, por fundos de pensão, ou seja, fundos que cuidam, de uma forma autoral, daquilo que é a futura aposentadoria, que pode significar investimentos de mais longo prazo, com a menor taxa, criando, portanto, consistência nesse investimento. São hoje investimentos que estão absolutamente concentrados em aplicação de imóveis, em coisas pontuais, sem permitir esse planejamento.

Casa, portanto, a necessidade de investimentos de mais longo prazo com a oportunidade que o Brasil tem de ter esses investimentos em infraestrutura que não são realizáveis a curto prazo. O projeto, mais do que isso, institui também modernidade para que prazos possam ser cumpridos e esse processo de deliberação dos investimentos em debêntures ser feito de uma forma menos burocratizada.

O projeto, aprovado por esta Casa, infelizmente, demorou no Congresso para que fosse deliberado. Retornou. Designado Relator, cabe a mim manifestar-me sobre seis emendas que foram apresentadas ao projeto no Senado Federal:

A Emenda nº 1, que estabelece toda a questão da taxação; a Emenda nº 2, que faz um ajuste de nomenclatura sobre a questão do lucro incidente que deve ser taxado — e isso se justifica —; a Emenda nº 3, que cria a possibilidade de que, respeitado o prazo de aplicação, tais investimentos sejam contemplados na LDO.

Vejo aqui no Plenário o Deputado Danilo Forte. Hoje até, diante da possibilidade de que isso pudesse ser aprovado, nós conseguimos um ajuste na LDO, criando exatamente esse reconhecimento, para que isso pudesse estar em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o Senado alterou, e nós criamos essa compatibilidade.

A Emenda nº 4 altera prazos para que os investimentos possam ser estabelecidos; a Emenda nº 5 faz também uma alteração sobre o percentual de que essas aplicações em debêntures possam estar constantes dos fundos de investimentos. A Emenda nº 6 altera exatamente a alíquota, para fazer compatível com tudo o que se está fazendo neste instante em outros fundos, que é a alíquota de 25%, que se torna referência.

No retorno a esta Câmara, para apreciação das modificações, a matéria foi distribuída à Comissão de Administração e Serviço Público; à Comissão de Finanças e Tributação; e à Comissão de Constituição e Justiça, para análise de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Passo, então, a concretizar aqui o parecer, respeitadas essas considerações, para dizer que as emendas promovidas pelo Senado, no nosso entender, devem ser acatadas para análise, porque possuem compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, possuem impacto fiscal neutro, conforme evidenciado pela nota emitida pela Receita Federal, referenciada no parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Em relação ao mérito, consideramos que as modificações apresentadas pelo Senado contribuem para o aperfeiçoamento do texto.

Quanto à Emenda nº 1, que estabelece uma precisão com relação à tributação, nós somos pelo acatamento dela. Reconhecemos que ela é razoável e possui respaldo técnico sólido. Optamos, portanto, por acatar a referida emenda.

Com relação à Emenda nº 2, que precisa a incidência sobre a questão do lucro para o cálculo, particularmente, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, a CSLL, consideramos também que a emenda é positiva e aperfeiçoa o projeto original.

Quanto à Emenda nº 3, parece-nos que a proposta do Senado também deve ser acatada porque alinha o benefício às exigências previstas na legislação financeira, estabelece a eficácia dos 5 anos, que são as normas aplicáveis aos incentivos fiscais, e propõe a compatibilidade com a LDO, fato a que me referi, inclusive, há poucos instantes, e isso se conseguiu operar na votação realizada hoje.

Com relação à Emenda nº 4, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, emenda que buscava harmonizar a legislação com relação ao enquadramento dos projetos de infraestrutura, consideramos que a proposta originária produzida por esta Casa, apesar da relevância do argumento do Senado, encontra-se mais adequada, razão pela qual nós propomos que seja mantida a formulação originária aprovada por esta Casa. E que seja rejeitada a Emenda nº 5 aprovada pelo Senado.

Quero me referir, então, à Emenda nº 6, que se refere à questão da aplicação desses títulos incentivados em relação ao patrimônio líquido dos fundos incentivados, os FIP-IEs conhecidos pelo mercado.

Nesse aspecto, também consideramos que manter aquilo que foi formulado originalmente pela Câmara é mais adequado, porque permite que essas debêntures possam ter maior negociação e mercado mais atinente a elas.

No que diz respeito, portanto, às Emendas nºs 4 e 5, propomos a rejeição, e somos favoráveis à Emenda nº 6, aprovada pelo Senado, que, no nosso entender, aperfeiçoa aquilo que foi produzido anteriormente pela Câmara dos Deputados.

Portanto, resumindo, propomos acatar as Emendas nºs 1, 2, 3 e 6, de origem no Senado, e rejeitar as Emendas nºs 4 e 5.

Ressaltamos que as emendas propostas pelo Senado Federal atendem aos ditames constitucionais relativos à competência legislativa, sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República, mediante iniciativa legislativa.

Com relação à juridicidade, as emendas revelam-se adequadas, pois as disposições por elas introduzidas se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor.

No tocante à técnica legislativa, as emendas se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, pela Comissão de Administração e Serviço Público, somos pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3 e 6 do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, e pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária da matéria e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 1 a 3 e 6 e pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020.

Este, Sr. Presidente, é o nosso parecer, ao qual pedimos apoio do conjunto de Lideranças desta Casa, não sem antes destacar o empenho que tiveram o Líder do Governo e o Executivo em dialogar conosco sobre a matéria em diferentes instâncias.

O Deputado José Guimarães pessoalmente diligenciou para que a matéria pudesse vir ao plenário, considerando o esforço para ampliar os investimentos no nosso País.

Quero saudar mais uma vez o Deputado João Maia, autor da matéria. Destaco que esta matéria, no nosso entender, não se refere a um projeto só de governo. Esta é uma legislação de Estado, porque transcende momentos. Por isso acreditamos que se possa e se deva construir um amplo consenso em torno da matéria, da forma como aconteceu no plenário desta Casa em 2021, quando a matéria foi aprovada por Governo e Oposição. Hoje, os sinais foram trocados do ponto de vista do posicionamento, mas o mérito continua o mesmo, e a necessidade do País ainda mais imperiosa, razão pela qual solicito o apoio dos Parlamentares ao nosso parecer à matéria.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Passa-se à discussão.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Posso fazer duas perguntas ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Só um minutinho, Deputado Glauber.

Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Eli Borges. *(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Vou aproveitar este período para fazer duas perguntas ao Relator. A primeira é a seguinte, Deputado Arnaldo Jardim: em relação à Emenda nº 6, o relatório de V.Exa. está retirando a tributação das aplicações de bancos ou está mantendo? Ficou uma dúvida sobre se V.Exa. mantém ou retira essa tributação.

A segunda dúvida é a seguinte: na votação desta matéria, inicialmente tratávamos de debêntures relacionadas à infraestrutura. Nós temos uma posição contrária a isso, mas nós temos uma preocupação com a piora da matéria, porque agora se abre o leque, a partir das interlocuções que estão sendo feitas, para escolas, hospitais, presídios, colocando-se dinheiro privado também nessas áreas e ampliando-se o poder e o capital do setor privado nessas áreas.

A pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa. é se, no relatório de V.Exa., naquilo que vai ser votado como texto final, essa abertura de fato está sendo realizada, porque disso vai depender também a confirmação do nosso voto.

Eu sei que o que V.Exa. apresenta é simplesmente uma definição sobre as emendas e as alterações que vieram do Senado, mas nós vamos ter que avaliar o texto como um todo, até porque haverá uma redação final que vai ter que ser aprovada ou rejeitada por este Plenário. E, para que consigamos fazer essa avaliação, essas duas respostas são muito importantes.

Agora, Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem a V.Exa., com base no que dispõe o art. 198, antes da resposta do Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga para uma questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - A questão de ordem é a seguinte: entre as emendas para as quais o Relator acaba de proferir parecer, há algumas que nós aprovamos e outras que nós rejeitamos, porque, apesar de sermos contra o conjunto do texto, há algumas coisas que, na nossa avaliação, reduzem danos de um texto que é muito ruim. Mas como ele apresenta parecer às emendas que são pela rejeição e às emendas que são pela aprovação, em um combo, nós entramos em contradição ao sermos a favor de algumas e contrários a outras.

A pergunta que faço a V.Exa., Presidente, é se pode haver a realização de uma votação com orientação, ainda que não tenhamos número para pedir verificação, para a redação final. Isso faria com que não tivéssemos dificuldade de orientar, na votação da emenda, com análise do texto global.

Eu me fiz entender quanto à nossa preocupação?

A bancada do PSOL vai discutir isso e pode ser que libere a votação, mas alguns Parlamentares querem ter uma posição que seja evidente em relação ou não ao texto final. Queremos saber se pode haver uma orientação específica para tal, senão vamos acabar tendo que nos posicionar nas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. Bloco/MDB - RO) - Tem a palavra o Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é difícil acontecer, mas, em parte, eu concordo com o Deputado Glauber Braga, porque nós também somos contra algumas emendas e favoráveis a outras. Então, isso nos força a nos autoesfaquearmos, não é, Deputado Glauber, votando "sim" ou "não", concordando ou não com tudo.

Especificamente em relação às Emendas nºs 1 e 6, nós temos restrições, porque acarretam aumentam de carga. Está escrito. E evidentemente, por princípio, nós somos contra isso. Então, se for possível corrigirmos esse erro, seja por bondade do Relator, seja por algum outro procedimento, como destaque, etc., seria muito agradável.

Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Gilson Marques, o Sr. Lucio Mosquini, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Maria do Rosário, 2ª Secretária.)

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, com certeza, as emendas de que o Deputado Gilson Marques é a favor são exatamente aquelas que nós somos contra.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Prezados Deputados, vamos ouvir o Relator Arnaldo Jardim sobre as ponderações do Deputado Glauber.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Cara Deputada Maria do Rosário, nossa Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Acabo de assumir a Presidência e já vou seguindo aqui. Cumprimento V.Exa. como Relator e já lhe peço...

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - As intervenções do Deputado Glauber e do Deputado Gilson têm dois componentes. Há um componente de mérito, do qual eu vou falar, se V.Exa. me permitir, e há uma questão anterior do Deputado Glauber sobre o encaminhamento da votação. Eu acho que cabe à Mesa deliberar antes. Ele está indagando como será o procedimento de votação. Se V.Exa. quiser inverter, eu falo sobre o mérito agora.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Eu quero inverter. Eu peço a V.Exa. que trate da questão de mérito em resposta ao Deputado Glauber e ao Deputado Gilson. Em seguida eu respondo sobre o tema relativo à ordem dos trabalhos, à questão de ordem, porque enquanto V.Exa. fala eu me aproprio devidamente da ponderação feita pelo Deputado Glauber.

Então, V.Exa. tem a palavra, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - Deputado Glauber, eu agradeço a V.Exa. a inquirição. Não é novidade. Eu e V.Exa. conversamos, dialogamos e até debatemos quando da aprovação do projeto, porque aqui estávamos naquele momento.

Vou primeiro me ater à questão do espectro, ou seja, do escopo, do objetivo para o qual as debêntures poderão ser lançadas. As debêntures são um instrumento de captação de recursos e vão ser usadas basicamente para viabilizar concessões e PPPs. O que há hoje? As concessões e as PPPs, fora outros investimentos de iniciativa privada, quando determinada empresa pode... *(Pausa.)*

Estou tentando responder.

Determinada empresa pode, por exemplo, querer lançar uma debênture para tentar fazer com que determinada planta que produz etanol seja ampliada. Então, para isso ela lança uma debênture. E outra empresa à qual foi delegada determinada concessão pode lançar uma debênture para fazer os investimentos necessários nessa concessão. Por conta disso, as debêntures são voltadas para a infraestrutura.

Mas, na infraestrutura, há previsão de investimentos também na área social. É claro que há isso. Isso está muito determinado. São investimentos, por exemplo, na área da educação, na área de construção de presídios. Isso é algo que o projeto, de uma forma muito evidente, possibilita também.

Então, sim, há esse espectro que contempla, inclusive, investimentos em áreas sociais, não para fazer a operação de um determinado projeto social, mas para garantir a infraestrutura, como, por exemplo, na construção de equipamentos de hospitais, de instalações para áreas sociais, como escolas, creches e assim sucessivamente.

Quanto à segunda questão, vejam que interessante: a intervenção do Deputado Glauber Braga revela receio de que nós estejamos aliviando a tributação de bancos. Já o Deputado Gilson diz exatamente o contrário, achando que nós podemos estar colocando uma carga tributária adicional.

O que foi construído pelo Senado Federal? Nós determinamos aqui uma tributação, e o Senado Federal fez um desenvolvimento disso para compatibilizar as debêntures de infraestrutura com as debêntures incentivadas, porque são dois instrumentos diferentes. Por isso, ao final do parecer, eu me referi ao relatório da Receita Federal que embasou a manifestação do Senado. Esse relatório considera que o impacto fiscal é neutro com relação a isso.

Então, sim, a Emenda nº 6 do Senado, para uniformizar a tributação das debêntures de infraestrutura com as debêntures incentivadas, fez essa incidência ficar exatamente em 15%.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O senhor manteve a alteração do Senado ou está rejeitando a alteração do Senado?

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - Nós estamos mantendo a Emenda nº 6 do Senado.

A Deputada Fernanda Melchionna tem uma questão. Se a Deputada Maria do Rosário permitir, responderei a S.Exa. com muito prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Agora é a Deputada Fernanda Melchionna. Por isso que a Mesa tem que passar a palavra, senão os Deputados não enxergam um ao outro no plenário.

Tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

É claro que uma parte das nossas dúvidas o Deputado Glauber já apresentou. Depois nós vamos colocar as críticas à lógica do projeto no mérito.

Eu tenho uma pergunta, Deputado Arnaldo Jardim. Nesse relatório que o senhor apresenta e que tem a ver com as incorporações vindas do Senado, há a possibilidade de PPPs — parcerias público-privadas de presídios via decreto? Pergunto porque foi o que aconteceu no modelo em vigência. A partir do projeto votado na Câmara, este ano foi feito um decreto em abril que permitiu a ampliação desse modelo de privatização para parques florestais, áreas como saúde e educação e também presídios. Inclusive o primeiro nesse modelo é lá no Estado do Rio Grande do Sul, e nós estamos fazendo esse enfrentamento.

A minha pergunta é: pelo seu relatório, vai-se poder instituir, por decreto, parcerias público-privadas de presídios também?

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Não. Há um escopo definido. O projeto não versa sobre isso. Ele se refere a áreas, mas isso vai ser disciplinado, Deputada Fernanda, num dispositivo próprio, a partir de uma definição que seja feita.

Aqui o projeto se constitui basicamente num instrumento de financiamento para concessões, PPPs e investimentos privados que possam ser feitos. Isso a que V.Exa. alude não é o objeto do projeto apresentado.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Então, não pode ser por decreto?

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - De forma alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Deputado Arnaldo Jardim, V.Exa. já concluiu a apresentação do seu relatório?

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - Concluí, fiz os esclarecimentos e estou à disposição, se V.Exa. ou algum Deputado achar oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado.

Então, a qualquer momento, o Relator poderá ser chamado novamente a prestar esclarecimentos.

De toda forma, eu vou responder a questão de ordem trazida pelo Deputado Glauber.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - Sra. Presidente, peço a palavra pelo tempo da Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Peço que aguarde um minuto, porque já anunciei que vou responder a questão de ordem.

Deputado Glauber, nós teremos uma votação com dois grupos de emendas, uma votação em globo das emendas com parecer favorável e uma votação em globo das emendas com parecer contrário, nos dois casos, ressalvados os destaques.

A Mesa não tem como prever qual será o resultado, mas, existindo destaques, obviamente, eles estarão ressalvados.

A redação final, portanto, será aquela fruto da discussão, que já é processo de votação, da votação do projeto, da votação das emendas em globo — aquelas com parecer favorável e aquelas com parecer contrário — e da votação dos destaques. O que resultar finalmente desse processo de votações, que é complexo, será a redação final.

A organização do texto, Deputado Glauber, é tratada, no caso, pelo Relator e pela assessoria técnica legislativa, com o objetivo de dar fidelidade total à decisão do Plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, é que, no final, V.Exa. vai dizer: *"Em votação a redação final"*. A nossa pergunta é se, nesse momento, nós podemos manifestar o nosso voto contrário à redação final.

Esta é a pergunta: nós poderemos orientar para dizer que somos contra a redação final? Pode haver orientação nesse momento, ou isso tem que ser feito individualmente pelos Parlamentares? Quando V.Exa. colocar em votação a redação final, podemos fazer uma manifestação como partido, ou eu preciso vir ao microfone e dizer que sou contra a redação final?

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Deputado Glauber, sendo bem muito objetiva, sempre é possível, em qualquer votação, inclusive na redação final, votar contra, abster-se ou votar favoravelmente. Está resguardado esse direito.

Quanto à orientação, não há previsão de orientação em relação final, mas eu me comprometo em oferecer e assegurar a palavra aos partidos que quiserem se manifestar também como orientação na redação final.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada a V.Exa. também.

Para uma Comunicação de Liderança, pelo PL, tem a palavra o Deputado Abilio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Depois do dia de hoje, eu quero alertar você, cidadão: olhe para os Municípios, olhe para as Prefeituras e para as Câmaras de Vereadores, foque os Prefeitos, foque os Vereadores. Fuja de qualquer partido que tenha se posicionado favoravelmente ao Ministro e favoravelmente às pautas da Esquerda e que está com a base do Lula. Fuja desse partido!

Você deve estar pensando: *"Qual é a solução para o nosso Brasil? O que nós vamos fazer?"* A saída é salvar as Prefeituras, salvar as Câmaras de Vereadores. É na Câmara que nós vamos barrar os projetos de ideologia de gênero, é na Câmara que nós vamos barrar os projetos que vão vir para prejudicar as nossas crianças. É nas Prefeituras que temos que ter Prefeitos firmes, que não vão aceitar negociatas com o Governo Federal, flexibilizando aquilo em que nós acreditamos para obter recursos do Governo Federal.

Como você pode perceber, durante os próximos anos, teremos conquistas, mas também teremos muitas derrotas aqui em Brasília. Hoje nós tivemos a conquista de passar, apenas, o requerimento de regime de urgência para o projeto do Novo Ensino Médio, mas tivemos a grande derrota de ver o Flávio Dino aprovado para ser Ministro do STF. O que nós devemos fazer? Qual é o projeto? Qual é o plano de resgate do nosso País? Quero deixar bem claro para você: o plano é resgatar as Prefeituras, cuidar da nossa casa.

Quero pedir a você: filie-se ao PL, o nosso partido, e venha fazer parte do nosso projeto para resgatar as Prefeituras.

Cuidado com o partido que fala que é de direita, mas está no colo do Lula; cuidado com o partido que fala que é de direita, mas vota a favor do Flávio Dino. Se você estiver nesse partido, se você se filiar a esse partido, vai acabar ajudando a haver mais políticos aliados ao Governo Federal.

Imaginem um Vereador que se diz de direita e entra num desses partidos aliados do Lula. O que esse Vereador vai fazer se depois for candidato a Deputado? Ele, por fidelidade partidária, vai ficar amarrado a um partido ligado ao Lula. Muita gente vem falar: *"Mas, poxa, eu não esperava que o meu Deputado, depois de eleito para a Câmara, votasse com Lula!"*. Pois é, ele está num partido que fez um acordo e foi para o lado do Lula.

Quero dizer a você: pense no Brasil de 2026 sendo construído nos Municípios em 2024; pense em quem você vai escolher para Vereador, em quem você vai escolher para Prefeito. Não adianta você achar ruim o Senador ter votado de tal forma lá se, na hora de escolher um Vereador, você escolher uma indicação desse Senador. O Senador que escolheu Flávio Dino está escolhendo o seu Prefeito, e você está concordando com isso. O Senador que escolheu Flávio Dino está apoiando o seu Vereador, e você está concordando com isso. Esse Senador que escolheu Flávio Dino vai tentar fazer média na sua cidade com emenda, vai tentar fazer média na sua cidade com contratação, com dinheiro para a campanha. Você precisa ficar atento ao que esse Senador fará em 2024, porque boa parte desses Senadores estão preocupados com o seu retorno em 2026.

No Estado de Mato Grosso, temos dois Senadores que não vão voltar em 2026. O Senador Jayme Campos, que se disse cabo eleitoral do Lula, cabo eleitoral do Flávio Dino, não vai voltar. Ainda que ele queira ser candidato ao Governo, não vai voltar; ainda que ele queira ser candidato ao Senado, não vai voltar. O Senador Carlos Fávaro, que mentiu ao apoiar o Bolsonaro e depois se tornou Ministro do Lula, não vai voltar. Mas você precisa ficar de olho em quem o Fávaro vai apoiar, em quem o Jayme vai apoiar, em quem eles vão apoiar para Prefeito e Vereador. Você precisa estar de olho, porque esses Vereadores que apoiam o Fávaro e o Jayme vão querer o apoio deles para o projeto político de 2026. E, às vezes, esse Vereador e esse Prefeito vão estar com rabo preso.

E eu digo o mesmo em relação ao seu Estado, ao seu Senador. O Senador que apoiou o Ministro Flávio Dino pode querer fazer base eleitoral em 2024. Fique de olho, não o apoie, não se aproxime. Você precisa entender que essa luta não é fácil. Não dá para você pensar que os Deputados vão resolver o problema. Os Deputados precisam de Vereadores e Prefeitos com o mesmo pensamento ideológico, para que em 2026 nós tenhamos a maior base eleitoral de Deputados Estaduais, Federais e Senadores e possamos trazer o Presidente de volta.

Se você está acreditando que vai ser daqui da Câmara ou de lá do Senado que vai vir a solução para o seu Município, você está enganado. Essa mudança precisa nascer dentro da sua cidade, e é na sua cidade que você vai eleger pessoas melhores para, no futuro, estarem aqui na Câmara e no Senado fazendo um trabalho melhor por nós.

Você já sabe: o meu nome é Abílio.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, seguimos as inscrições do período de discussão.

Tem a palavra o Deputado Kim Kataguiri. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Fernanda... A Deputada Fernanda Melchionna já falou.

Tem a palavra o Deputado Paulo Marinho Jr. *(Pausa.)*

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Deputada Maria do Rosário, eu não falei na votação deste projeto. Eu só fiz uma pergunta ao Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Eu estou olhando a lista que está aqui.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Eu fiz uma pergunta ao Relator, não usei meu tempo para falar contra a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como V.Exa. pediu apenas um esclarecimento naquele momento, V.Exa. tem a palavra agora, no período de discussão, para falar contra a matéria.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidenta Maria do Rosário, nós votamos contra este projeto em 2021. As debêntures incentivadas eram ampliadas naquele projeto de 2021. Embora tenha havido alguma mudança no Senado, o cerne da proposta é criar um novo benefício tributário para grandes capitalistas entrarem nos processos de parceria público-privada e de privatizações de áreas essenciais.

O orçamento votado hoje na CMO prevê meta zero, ou seja, corte em investimentos sociais para manter a prioridade sagrada de pagar a dívida pública. Ao mesmo tempo, as debêntures incentivadas drenam recursos públicos, que deveriam ser direcionados para a ampla maioria do povo, e concedem benefícios tributários a empresas que ganham de dois lados: ganham ao fazer as debêntures incentivadas, como é o caso dos bancos, e também ao utilizar essas debêntures incentivadas para parcerias público-privadas, porque têm redução, ou seja, benefícios tributários para fazer os dois. Esses dias, eu conversava com meu amigo Eduardo Moreira, e ele me dizia que, em geral, os beneficiados são os mesmos, porque os grandes capitalistas concentram tanto no sistema financeiro quanto nas empresas de parceria... Aliás, "parceria" é um termo bonito, mas se trata de privatização.

Deputado Arnaldo Jardim, nós já éramos contra as debêntures incentivadas, que são algo ruim. Mas a lógica da coisa piorou com esse projeto de 2021 e com a portaria que ampliou a possibilidade de realização dessas debêntures incentivadas, o Decreto nº 11.498, já do Governo Lula. Eu e vários Deputados do PSOL temos um projeto para revogar esse decreto, porque ele permite a privatização de presídios, permite parcerias público-privadas de áreas florestais, permite parcerias público-privadas por decreto nas áreas de saúde e educação.

Embora não esteja claro qual é o mecanismo de regulamentação, o que acontece é que essas debêntures incentivadas, que eram usadas para infraestrutura, se ampliam com o projeto, e, mesmo com as alterações do Senado, mantém-se a lógica de ampliação desse mecanismo, que acaba sendo um Robin Hood às avessas: tira do povo, porque orçamento público é

um recurso para atender o povo, para dar benefícios bilionários para os grandes capitalistas, sejam eles os bancos ou as empresas que utilizam as debêntures incentivadas e terão redução da carga tributária.

Então, é uma lógica ruim. Evidentemente, nós somos contra. Se pegar...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Peço mais 30 segundos para concluir, Deputada Maria do Rosário.

Com aquela benesse na taxação das empresas *offshore*, os capitalistas, que acumularam milhões, milhões e milhões, vão ter uma redução na tributação de 15% para 8%. Isso é uma janela para induzir um modelo de investimento que seja de privatizações e de criação de incentivos para fazer uma lógica perversa contra o povo. Nós somos contra essa lógica, ainda mais levando em consideração as áreas aqui levantadas.

Privatização de presídios é uma coisa escandalosa. Os Estados Unidos já mostraram, com o hiperencarceramento da população carcerária, que colocar a lógica do lucro no sistema carcerário piora as condições do sistema carcerário, aumenta o encarceramento da juventude, sobretudo a negra e pobre, de homens ou mulheres, e ao mesmo tempo mercantiliza algo que deveria ser feito com outra lógica de ressocialização.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputada Fernanda Melchionna.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Marinho Jr, para que fale favoravelmente à matéria.

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero parabenizar o autor pela matéria. Este projeto das debêntures de infraestrutura deveria ser tratado não como um projeto de governo, mas como um projeto de Estado, que concede à sociedade brasileira uma nova forma de financiar áreas vitais.

Hoje vivemos em um mundo em que o dinheiro público está escasso. Sabemos da grande necessidade que o Brasil tem de investimento. Então, é mais do que propício o momento de buscarmos uma alternativa de financiamento. As debêntures são um instrumento consolidado, utilizado há muito tempo no setor privado, que apresenta grandes resultados. Um dos melhores investimentos que as pessoas podem fazer talvez seja em debêntures.

Hoje, está-se apresentando aqui esse projeto, que tem como um dos autores o Deputado João Maia, para se colocar essa alternativa para que possamos construir tantas coisas de que temos necessidade. Nós temos necessidade de estradas, de aeroportos, de presídios, de hospitais, e o tempo não nos permite ficar buscando soluções que muitas vezes não vêm.

Se há pessoas dispostas a investir como um parceiro econômico, por que não permitir? Aqui não se fala de passar o controle dos ativos. Aqui se fala de uma alternativa de investimento para a realização das obras, para a realização das ações, como é feito na iniciativa privada. Quando empresas como a COSAN, a Raízen ou a Movida emitem debêntures, você não participa do Conselho, mas participa do resultado da debênture. Essa é uma forma simples de financiamento.

Então, o projeto vem muito a calhar e vai ajudar muito. Independentemente de o Governo ser de direita ou de esquerda, tenho certeza de que vai ser um instrumento utilizado por todos, porque é um grande instrumento que a sociedade brasileira irá ganhar.

Então, mais uma vez, quero parabenizar o autor pela matéria e parabenizar a Casa pela coragem de discutir. Vou torcer para que este projeto seja aprovado, porque vai fazer um grande bem à sociedade brasileira.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Muito obrigada, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim para falar contra a matéria. *(Pausa.)*

A Deputada Sâmia não vai usar a palavra neste momento.

Tem a palavra o Deputado Gilson Marques para falar favoravelmente à matéria.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero elogiar o autor do projeto, o Deputado João Maia, e o Relator, o Deputado Arnaldo Jardim.

O projeto cria uma série de parâmetros para dar segurança jurídica, finalmente, para a utilização das debêntures para fins de financiamento de infraestrutura. Eu ouvi alguns discursos em que se dizia que o direcionamento para algumas áreas é ruim. Eu fico aqui pensando como pode ser ruim o financiamento, seja privado, seja público, de algo que vai trazer melhoramentos, como pode ser ruim dar segurança jurídica e viabilidade para esse tipo de negócio. Se o dinheiro é do

setor privado, que ótimo! Qual é o problema? Vamos recusar? O que se está fazendo com este projeto é garantir segurança, estipulando diversos parâmetros para viabilizar a operação.

A nossa única restrição é com relação à Emenda nº 1, porque ela retira o escalonamento com que nós concordamos, aumentando, na verdade, a alíquota e a arrecadação, colocando um tabelamento numa taxa básica de 25%, portanto, maior. Nós tínhamos uma posição equivocada com relação à Emenda nº 6, mas fomos esclarecidos pelo eminente Relator Arnaldo Jardim, a quem eu agradeço.

Quero aproveitar a ocasião para agradecer também ao Deputado Alberto e ao Líder do PL, o Deputado Altineu Côrtes, que compreenderam nossa posição com relação à Emenda nº 1 e apresentaram destaque, oportunidade em que nós poderemos fundamentar, discutir e retirar esse ponto do relatório.

Portanto, nem todo o relatório está comprometido, pelo contrário. Nós vamos aprovar o texto original, com a ressalva desse único destaque da Emenda nº 1.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Gilson Marques.

Tem a palavra o Deputado Abilio Brunini para falar contra a matéria. (*Pausa.*) Parece que neste momento não utilizará da palavra.

Então, nós podemos declarar encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

O primeiro inscrito para encaminhar a favor da matéria é o autor, o Deputado João Maia, do PP do Rio Grande do Norte.

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputada Fernanda, esse projeto vem da constatação de que, por mais que a empresa se esforce em ser produtiva — estou falando de uma empresa rural, de uma empresa industrial —, no Brasil, grande parte dessa produtividade se perde pela falta de infraestrutura.

Os números são assustadores. Neste ano de 2023, nós esperamos o investimento de 200 bilhões de reais, do qual 65% já são privados. Podem dizer que esse número é muito alto, mas os estudos mostram, Deputado Gilson, que o investimento necessário para manter a infraestrutura com melhorias marginais precisaria ser de 420 bilhões de reais. Nós não podemos continuar assim, porque isso penaliza aquele que precisa de trabalho.

Estamos falando de projetos novos, de ampliação de projetos novos. Portanto, se alguém vem e faz um investimento, ele gera emprego, gera renda, Presidente, Deputado Arnaldo, que conduziu isso tão bem, e gera imposto. Aquilo que gera emprego e gera renda também gera consumo e gera tributos. Assim, em vez de fazer renúncia fiscal, nós estamos aumentando a arrecadação para o Governo cumprir suas funções básicas.

Esse projeto tem alguns coautores. Eu não vi o Deputado Kim Kataguiri, mas o projeto tem o Deputado Odair Cunha como coautor, tem o Deputado Orlando Silva como coautor. Ele é um projeto vital para o Brasil. Nós estamos falando que hoje o estoque de investimentos do Brasil é de 35% do PIB. Nos países que estão concorrendo conosco, países desenvolvidos, esse número é de 65%, 70%. Portanto, eles ficam mais competitivos do que nós, muito embora façamos um esforço, como dizemos, da porteira para dentro, da porta da fábrica para dentro.

Eu peço a compreensão de todos quanto à importância desse projeto para a geração de emprego e renda e para a competitividade do País.

Muito obrigado.

Sra. Presidente, nosso encaminhamento é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Muito obrigada a V.Exa., Deputado João Maia, que defendeu o seu projeto, encaminhando favoravelmente.

Passo a palavra ao primeiro inscrito para encaminhar contrariamente, o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Eu queria falar estas palavras diretamente para o Líder do Governo, porque quem avisa amigo é. Do jeito como a coisa está indo, evidentemente não vai acabar em um bom lugar. E falo aqui como alguém que percorreu, no Estado do Rio de Janeiro, dezenas de Municípios, pedindo voto, trabalhando, organizando, pela eleição do Presidente Lula, pela derrota de Bolsonaro.

Mas essa história do novo ensino médio hoje aqui foi uma brincadeira. O Governo manda um projeto com algumas alterações, algumas positivas, outras negativas. O.k. O Deputado Lira nomeia o Deputado Mendonça Filho... O Deputado Mendonça Filho, então, vai e faz o quê? Retoma todo o projeto do ensino médio que ele tinha colocado em execução com

Temer. Há uma tensão, e o Governo, corretamente, retira a urgência constitucional, para que a matéria não venha a ser votada. Aí, na hora da orientação, ele começa com uma orientação favorável à urgência e depois libera seus Parlamentares. Não tem cabimento isso. A chantagem que podem estar fazendo com o Governo tem que ter limite. Aliás, não deveria nem acontecer. É preciso se rebelar contra ela.

A mesma coisa acontece em relação a essa matéria das debêntures incentivadas. Há presídio com ampliação de capital privado, escola, posto de saúde, hospital. Isso não é uma agenda popular e de esquerda, não é. Estão tentando colocar esse tipo de capital no lugar do que deveria ser investimento público. Essa perseguição de um déficit zero só atende aos interesses do sistema financeiro. O crescimento que o Brasil teve neste ano foi porque se votou, no final do ano passado, uma PEC de transição que garantiu os investimentos agora, mas não se garantiu esse recurso no ano que vem.

O Governo não tem que ficar correndo atrás de atender ao editorial da *GloboNews*. Na hora do "pega pra capar", o editorial da *GloboNews* não irá nos salvar, porque não vai atender àquilo de que, prioritariamente, trabalhadoras e trabalhadores precisam.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Glauber. V.Exa. concluiu?

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Concluí.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada.

Tem a palavra o Deputado Kim Kataguirí, que está inscrito para falar favoravelmente. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Gilson Marques, que está inscrito para encaminhar favoravelmente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, eu me desconcentrei. Trata-se de prazo para quê?

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Não, trata-se do encaminhamento favorável à matéria.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - O encaminhamento é "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Gilson.

Para o encaminhamento contrário à matéria, a Deputada Sâmia Bomfim ainda resta inscrita.

V.Exa. abre mão? *(Pausa.)*

Então, está encerrado o período de encaminhamento. *(Pausa.)*

Pois não, Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu só quero deixar registrado que votei favoravelmente ao PLP 243, conforme a orientação, por óbvio, da bancada do PSOL. Digo isto só para deixar registrado nas notas taquigráficas e na história.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Está registrado, conforme a Deputada Fernanda Melchionna solicitou no microfone de apertar.

Em votação as Emendas do Senado Federal nºs 1, 2, 3 e 6 ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.

Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco do UNIÃO e Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco vota "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - O Deputado João Maia orienta o voto "sim".

Como orienta o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? *(Pausa.)*

Como vota o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes de indicar o voto, eu queria externar aqui a decepção com o Senado Federal pela aprovação da indicação do Ministro Flávio Dino à vaga de Ministro da Suprema Corte.

Reforço da politização no STF.

Reforço para o abuso de autoridade, principalmente contra políticos de direita.

Interferência no Congresso Nacional, até porque Flávio Dino já demonstrou em várias convocações um deboche a esta Casa. Imaginem agora, como Ministro do Supremo.

O PL vai orientar "sim". O projeto é muito bom — vários autores são do PL — e vai garantir investimento de bilhões de reais para a infraestrutura, que padece neste País.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Capitão Alberto Neto.

Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV, Deputada Camila Jara?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A orientação da federação é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - A Deputada Camila Jara orienta "sim", pela Federação Brasil da Esperança.

Como orienta a Federação PSOL REDE, Deputado Tarcísio Motta?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Deputada Maria do Rosário, nós estamos votando um parecer sobre emendas que vêm do Senado, então eu queria registrar aqui meu orgulho do Senado pela aprovação do nome de Flávio Dino ao STF. Que tenhamos no STF um Ministro justo e combativo em nome da democracia.

Sobre o PL propriamente dito, nós do PSOL votamos em 2021 contra este projeto. Alguns da nossa bancada continuam dizendo que a lógica do projeto é tão ruim que ele merece o nosso voto contrário sempre. Outros têm dito que algumas emendas do Senado, quatro das seis, melhoraram o texto e reduziram os danos, então seria possível aceitar o voto favorável a algumas delas e contrário a outras. Mas, como o parecer do Relator acolhe umas e não acolhe outras, o que, como disse o Deputado Glauber, muitas vezes confunde o nosso posicionamento, o PSOL está liberando a bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - O PSOL libera a bancada.

Como orienta a representação do NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO é sim, Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - O NOVO orienta "sim".

Como orienta a representação da Minoria, Deputado Paulo Marinho Jr?

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, entendendo a importância do projeto, sabendo das dificuldades do nosso País e colocando o Brasil em primeiro lugar, a Minoria orienta "sim", seguindo o PL e o NOVO.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - A Minoria é "sim".

Como vota a Maioria, Deputada Camila Jara?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Como vota o Governo?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - A Deputada Camila Jara declara o voto "sim" do Governo. Então, neste momento, já com a orientação definida, vamos à votação.

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADAS AS EMENDAS.

Passamos à votação das emendas com parecer pela rejeição.

Em votação as Emendas do Senado Federal nºs 4 e 5 ao Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Passamos à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do UNIÃO, Deputado João Maia?

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós acompanhamos o Relator.

É "sim" ao voto do Relator, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Se V.Exa. vota "sim" ao voto do Relator, vota "não" às emendas?

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN) - Votamos "não" às emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Então, é "não".

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN) - "Não".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Posso colocar "não" para todos? (*Pausa.*)

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Seguindo a mesma lógica, o PSOL libera a bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - O PSOL libera.

Eu posso preencher "não" para os demais? (*Pausa.*)

Excelente! Obrigada pela cooperação do Plenário, dos Srs. Líderes e das Sras. Líderes.

Preenchido o painel, cumprida a orientação, passa-se à votação.

Em votação.

Aqueles Deputados e Deputadas que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADAS AS EMENDAS, CONFORME O PARECER.

Destaque nº 2, do PL:

Senhora Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para emenda 1 do Senado Federal apresentada ao PL 2.646/2020.

Sala das Sessões

Altineu Côrtes - (Líder)

PL/RJ

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse é o único ponto do relatório de que nós temos discordância. Conversei com o Relator, e de fato não houve entendimento para que fosse feita a alteração ou a rejeição. O ponto é que a formatação da tributação atual, de que trata a Emenda nº 1, além do escalonamento, portanto da redução da carga tributária em comparação com o texto eventualmente aprovado, prevê um incentivo para o investimento de longo prazo. A partir do momento em que o texto do Relator fixa um valor padrão de 25%, independente de prazo, é desmotivador para o investidor deixar o recurso investido em longo prazo.

Vejam só que, hoje, para investimentos de até 180 dias, a alíquota é de 22,5%. Quando se vai para um investimento de 720 dias, a alíquota é de 15%. Com o texto eventualmente aprovado, a alíquota máxima de hoje aumenta, mesmo para o prazo mais curto. Passa a 25%, independentemente de prazo, mesmo que curto, ou seja, não se incentiva o investimento de longo prazo. Assim, é atacado um princípio econômico muito importante, que é o da alta preferência temporal. Nós temos poupança, investimento e prosperidade quando a pessoa se recusa a utilizar os recursos agora para colher melhores frutos no futuro. Se não existe esse incentivo, induz-se a maior gasto, a não investimento.

Por essa razão, por esse incentivo negativo, nós somos contrários a esta emenda.

Além disso, o óbvio: qualquer recurso é melhor que fique no setor produtivo do que no setor político. Nós estamos falando aqui de aumento de arrecadação sem nenhuma contrapartida. Por princípio, nós sempre defenderemos menos arrecadação, em defesa do contribuinte, independentemente de onde e em qual situação, porque é o contribuinte que gera a riqueza. Não podemos tolhê-lo.

Portanto, é "sim" ao destaque, "não" ao texto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Gilson Marques.

Antes do Deputado Tarcísio Motta, que está inscrito para encaminhar contra, falará o Relator, que pediu para usar da palavra. Eu creio que é importante que isso se dê antes do contraditório, em que pese eu não conhecer a posição do Relator sobre a questão. Ele é o Relator e pode nos esclarecer, justamente porque realizou o estudo e o relatório.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim, como Relator.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Maria do Rosário. E obrigado pela tolerância de me permitir falar aqui da mesa. Eu agradeço.

Para que todos estejam bem esclarecidos — todos já são, mas reitero, principalmente para aqueles que nos acompanham —, esse dispositivo estabelece o tipo de tributação que incidirá sobre quem adquire debênture e seja residente ou domiciliado no exterior, em paraíso fiscal. Esclareço primeiro que é desses que nós estamos falando.

As debêntures são adquiridas por investidores aqui, por fundos de pensão ou fundos que estarão localizados no exterior. Quando a proposta saiu da Câmara, ela estabelecia uma taxa de 12,5% a 22,5%, escalonada no tempo, exatamente tendo em vista a persistência do tempo de aplicação. O que o Senado decidiu e nós achamos que foi correto? O Senado decidiu, constatando isso no próprio debate que nós fizemos recentemente, que há uma multiplicidade de tributação. Cada paraíso fiscal, cada outro país tem tributações muito distintas. Nós corríamos o risco, quando, por exemplo, estabelecíamos uma taxa de 12,5%, de permitir que o investidor de fora tivesse vantagens em relação ao investidor daqui, o que causaria inclusive um nível de disputa. O que fez o Senado? Lembro que estamos tratando de investidores externos, oriundos de paraísos fiscais, com tributação. O Senado disse: *"Não, não é aquela escadinha que vocês propuseram, que veio da Câmara"*. Eles propuseram que a taxa fosse de 25%, o que guarda coerência com o debate que nós fizemos recentemente quando da taxa de fundos *offshore*.

O Deputado Gilson faz mais uma observação, e eu vou comentá-la, dada a seriedade da questão: *"Isso não desestimula?"* Não, porque as vantagens tributárias previstas, mesmo com essa taxa de 25%, dão um tratamento igualitário. Nós consideramos que isso fará com que esses investimentos venham, razão pela qual acolhemos a emenda do Senado e achamos que ela deve ter acolhida aqui na Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Diante do esclarecimento feito pelo Relator, passo a palavra ao Deputado Tarcísio Motta, que se inscreveu para encaminhar contra ao destaque.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Grande parte da minha argumentação o nobre Relator já apresentou. Eu queria primeiro dizer que, neste caso, diferentemente do liberal — está agindo conforme um liberal mesmo o Deputado Gilson —, nós estamos defendendo que aqueles que sejam domiciliados em paraísos fiscais ou que usufruam de regime fiscal privilegiado sejam mais taxados. Este é o elemento. Há uma diferença ideológica e política na defesa deste destaque, e ela se reproduzirá daqui há pouco, no destaque da Emenda nº 6, mas de forma invertida. Nós do PSOL vamos querer continuar a taxar mais os bancos e outras instituições financeiras, enquanto o liberal, o Deputado Gilson, claramente vai querer diminuir a taxa sobre eles.

No nosso entendimento, quando tratamos da questão tributária — é sob esses marcos que estamos discutindo —, a progressividade é a lógica. Mas, neste caso aqui, a tabelinha que parecia ser progressiva era na verdade uma grande vantagem. Aqueles que estão em paraísos fiscais têm que pagar mais. É isso, e ponto.

Sob esse ponto de vista, a emenda do Senado estava correta. No nosso entendimento, tem que ser mantida a emenda do Senado e rejeitado o destaque do nobre Deputado Gilson.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Tarcísio.

Passamos à orientação de bancadas.

Pelo Bloco do UNIÃO e demais partidos, tem a palavra o Deputado João Maia.

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Voto "sim": "não" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - "Sim" à emenda e "não" ao destaque. Compreendido. Vai ser "sim" à emenda, como está escrito ali.

V.Exa. está votando, Deputado João Maia, com o Relator.

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN) - Estou votando com o Relator. "Não" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota o Bloco MDB/PSD/REPUBLICANOS/PODE? *(Pausa.)*

Como vota o PL?

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL vota "não", é favorável ao texto original.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - O PL vota "não".

Como vota a Federação do PT, PCdoB e PV, Deputada Camila Jara?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A federação orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - A federação orienta "sim".

Como vota a Federação PSOL REDE?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelos motivos já expostos, orientamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - "Sim".

Como vota o NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de agradecer a educação do Deputado Arnaldo Jardim ao dar a explicação, mas de fato nós discordamos, concordamos em discordar.

Para mim, é evidente que, quando se aumenta a alíquota, se desincentiva qualquer tipo de investimento. Isso me parece óbvio. O único ponto em que de fato ele tem razão é que haveria uma competição injusta com o investidor interno, porque as alíquotas são diferentes. Porém, a minha solução também é contrária para esse problema, porque ela reduz a alíquota interna em vez de aumentar a externa.

Por essas razões, nós optamos por orientar "não".

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota a Minoria?

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota a Maioria, Deputada Camila Jara?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - "Sim".

Como vota a Oposição?

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Oposição, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota o Governo?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Governo, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Ótimo.

Governo, "sim". Oposição, "não".

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA A EMENDA; PORTANTO, REJEITADO O DESTAQUE.

Passamos ao próximo.

Destaque de Bancada nº 1.

Senhora Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para emenda nº 6, do Senado Federal apresentada ao PL 2.646/2020.

Sala das Sessões

Guilherme Boulos - (Líder da Fed. PSOL/REDE)

PSOL/SP

O destaque foi apresentado pela Federação PSOL REDE.

Para encaminhar a votação do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Tarcísio Motta, que falará a favor.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, vou encaminhar daqui, para ser mais rápido. A argumentação é a mesma que eu já fiz, mas, neste caso, estamos tratando da tributação sobre aplicações em renda fixa das instituições financeiras. Notem que não se trata de aplicação em renda fixa feita pelo cidadão, mas da tributação sobre aplicações em renda fixa de instituições financeiras, como bancos e seguradoras. Na nossa opinião, elas têm que ser mais tributadas, é isso. Elas deveriam ser mais tributadas, e exatamente por isso a Emenda nº 6 deveria ser rejeitada.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Tarcísio Motta.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) - Sra. Presidente, posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Concedo a palavra ao prezado Relator.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, permita-me apenas uma manifestação. Agradeço mais uma vez a atenção de todos.

Acho que ficou evidente que o espírito que presidiu a proposta que estamos debatendo e as próprias emendas que estamos discutindo não foi um posicionamento ideológico, foi a viabilização das condições mais favoráveis. Por isso nós propusemos acatar a taxa sobre os investidores em paraísos fiscais. Aí tivemos uma concordância.

Agora, nós também propomos que se acate aquilo que o Senado fez. O Senado reduziu o percentual, é verdade, de 25% para 15%. V.Exa. estava preocupado com isso, Deputado Gilson Marques. E por que isso foi feito, Deputado Tarcísio Motta? Para uniformizar a taxa, que é a mesma que incide sobre pessoas jurídicas nesse tipo de investimento. O Senado retirou o diferencial que havia, de uma taxa maior, e unificou os percentuais, razão pela qual nós acatamos no parecer a Emenda nº 6 do Senado e reiteramos nosso pedido ao Plenário para que aprove a emenda.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Relator.

Para encaminhar contrariamente ao destaque, tem a palavra o Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu ouvi o Deputado Tarcísio. Acho interessante ele achar que o banco é bonzinho e vai pagar uma tributação maior tirando dinheiro do próprio bolso, ou do lucro, de algo assim. Na verdade, Deputado Tarcísio, o imposto é englobado no custo do produto, sempre. O banco vai pegar esse custo, que, obviamente, é calculado com o acréscimo do tributo, e vai passar para quem? Para o consumidor. O consumidor vai pagar mais, seja em *spread*, seja em aumento de taxa de juro, seja em qualquer outro tipo de taxa. O banco vai passar esse custo para o verdadeiro pagador do imposto, que é o consumidor.

Nós defendemos ideologicamente e também porque é muito melhor para a prosperidade de todos, uma menor taxa. Por isso, somos contrários ao destaque do PSOL e a favor do texto, que bem explicou o Relator, o Deputado Arnaldo Jardim.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado Gilson Marques.

Passamos à orientação de bancadas.

Como vota o Bloco do UNIÃO, Deputado João Maia?

O SR. JOÃO MAIA (Bloco/PP - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco vota "sim": "não" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota o Bloco do MDB e do PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PL?

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL vota contra a emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Como vota a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. CAMILA JARA (Bloco/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A federação orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - A federação orienta "sim".

Como vota a Federação PSOL REDE?

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A matemática é simples: quem quiser votar a favor de banqueiro e com o Partido Novo vota "sim"; quem quiser votar contra banqueiro, ampliar a tributação de banqueiro, vota "não", com o PSOL.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Que preguiça desse argumento...

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Não vamos fazer comentários sobre a fala dos colegas. Já está bem tarde, inclusive.

V.Exa. tem a palavra agora, pelo NOVO.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, dá até preguiça esse argumento do PSOL: a favor de banco, a favor disso... Acabei de explicar na orientação anterior que qualquer tributação é englobada no preço e é repassada. O custo da estrutura é aumentado. Aumento de tributação de qualquer empresa é repassado para o preço do produto. Esse é o ciclo do sistema produtivo, que os socialistas se negam a admitir. Se o dinheiro fosse ser retirado do banco sem esse repasse, se isso fosse possível, até valeria a argumentação. Mas, ainda que fosse para defender o interesse deste ou daquele outro, qual seria o problema? Vivemos numa democracia, e cada um defende o interesse de quem quiser, basta justificar, e eu não tenho nenhuma vergonha.

A orientação é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Obrigada, Deputado.

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. PAULO MARINHO JR (PL - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - A Minoria declara "sim".

Passamos à votação.

Em votação.

Aqueles Deputados e aquelas Deputadas que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA, COM O VOTO CONTRÁRIO DO PSOL.

Em votação a redação final.

Conforme compromisso assumido em momento anterior, diante da questão de ordem que respondi ao Deputado Glauber Braga, qualquer dos partidos que queira pronunciar-se neste momento tem o direito.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga, do PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

Registro a orientação do PSOL, contrária à redação final da matéria que foi aqui discutida e deliberada. Nós não achamos que a solução para os graves problemas que temos no nosso País e para os investimentos que têm que ser realizados passe por uma ampliação da presença do setor privado em áreas como presídios, escolas, hospitais, postos de saúde.

Por esse motivo, por entender que o Estado tem que assumir o seu papel e que o controle público e popular melhor será feito se não tivermos delegações, privatizações, o nosso voto é "não" à redação final.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Muito obrigada, Deputado Glauber Braga.

Pelo adiantado da hora, creio que podemos colocar em votação a redação final agora.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção presidencial.

Antes de concluirmos os trabalhos, passo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim e, na sequência, ao autor, o Deputado Maia, se este quiser usar da palavra. (*Pausa.*)

O Relator Arnaldo falará pelo autor também.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Maria do Rosário.

Trago uma palavra extremamente breve, para registrar um justo agradecimento. Nós temos, no Parlamento, o privilégio de contar com uma Consultoria Legislativa de extrema qualidade, que nos ajuda na formulação e na análise das propostas e matérias. Quero agradecer à Dra. Liana Issa, ao Dr. Lucas Salgado e ao Thiago Caldeira, que deram uma valiosa contribuição, como usualmente faz a Consultoria Legislativa da nossa Câmara dos Deputados.

Agradeço ao Presidente Arthur Lira a confiança; aos Líderes o apoio para que esta matéria fosse pautada; aos Parlamentares o apoio para que pudéssemos deliberar e constituir este instrumento, que, não tenho dúvida, será muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Muito obrigada, Deputado Arnaldo Jardim.

Cumprimento não apenas o Deputado Arnaldo Jardim, mas também o Deputado Maia, autor, bem como os demais colegas. Nós estamos trabalhando com as opiniões que sustentamos na democracia.

Eu quero anunciar a este Plenário que temos mais um projeto na pauta, construída pelo Presidente Arthur Lira.

Passamos ao próximo item da pauta.

PROJETO DE LEI Nº 5.711, DE 2023 (DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, que dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas. Pendente de pareceres.

Eu já convido o Deputado Hildo do Candango a fazer a leitura do parecer do Deputado Hugo Motta ao projeto, pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Tem a palavra o Deputado Hildo do Candango, Relator *ad hoc*.

O SR. HILDO DO CANDANGO (Bloco/REPUBLICANOS - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Passo à leitura do parecer, Sra. Presidente Maria do Rosário.

"I - Relatório

O Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, tem o objetivo de viabilizar a participação do Tribunal de Contas da União como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU), representando o Brasil, que substituirá o Chile, cujo mandato se encerrará em 30 de junho de 2024.

O projeto, em apertada síntese, autoriza a participação do Presidente do tribunal como membro do conselho, sem prejuízo de suas funções no tribunal; prevê a atuação de Auditores Fiscais de Controle Externo do TCU, tendo como base a Lei nº 5.809, de 1972, que dispõe sobre a retribuição e os direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.

O projeto também autoriza o TCU a criar temporariamente funções de confiança; permite solicitar a cessão de servidores ocupantes de cargos efetivos da Controladoria-Geral da União e dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e, finalmente, autoriza o tribunal a regulamentar o disposto neste projeto de lei.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Conforme a justificativa do projeto encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, o Conselho de Auditores da Organização das Nações, também conhecido como *Board of Auditors*, é o órgão de controle externo da ONU, criado em 1946 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. É formado pelos dirigentes máximos de três Instituições Superiores de Controle dos Estados-Membros, eleitos para mandatos de 6 anos.

No último dia 3 de novembro, após anúncio oficial, em maio, da candidatura brasileira à vaga, a 5ª Comissão da Assembleia-Geral da ONU elegeu o Brasil como um dos três membros do conselho.

O Tribunal de Contas da União deve ser responsável por auditar um volume de recursos de mais de 500 bilhões de reais e precisará de uma estrutura organizacional específica para designar dirigentes, superiores e líderes de equipes, razão pela qual necessitará criar funções comissionadas temporárias a partir do bloqueio de cargos efetivos do quadro de pessoal, sem aumento de custo.

Importante ressaltar que as remunerações com base na Lei nº 5.809, de 1972, são equivalentes às condições deferidas aos adidos de missões diplomáticas.

Por fim, registre-se que a Organização das Nações Unidas paga uma taxa proporcional aos custos da participação do País no conselho, taxa esta que é incorporada ao Orçamento Geral da União.

Em relação ao texto apresentado, propomos pequenas alterações no substitutivo apresentado, uma nova redação para o art. 5º e novo parágrafo único do art. 4º, para adequar a redação de acordo com as normas administrativas.

Portanto, em face da relevância da participação brasileira, que, pela primeira vez, terá na sua Corte de Contas, em mais de 130 anos de sua história, exercendo uma função no Conselho de Auditores da ONU, votamos nos seguintes termos:

- Pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, favorável ao Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, com o substitutivo;
- Pela Comissão de Administração e Serviço Público, favoravelmente ao Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, nos termos do substitutivo da Comissão de Relações Exteriores da Defesa Nacional;
- Pela Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, e do substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, nos termos do substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional".

Este é o voto do Relator, o Deputado Hugo Motta, Sra. Presidente.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO HUGO MOTTA.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Muito obrigada, Deputado Hildo do Candango, por, de fato, cumprir esta missão neste momento, com o relatório de matéria tão importante que integra o TCU à Organização das Nações Unidas.

Meus cumprimentos ao Relator.

Passa-se à discussão.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Não há oradores inscritos para fazer encaminhamentos.

Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional ao Projeto de Lei nº 5.711, de 2023, aqui apresentado pelo Deputado Hildo do Candango.

Orientação de bancadas.

Posso colocar "sim" para todos, favoravelmente ao relatório? *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Fica prejudicada a proposição inicial.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Cumprimentamos, mais uma vez, o TCU, autor da proposição, pela integração às Nações Unidas no que diz respeito à sua tarefa institucional; o Deputado Hildo do Candango e o Deputado Hugo Motta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Vamos ouvir a Liderança do Avante da Bahia, Bloco UNIÃO/PP/Federação PSDB CIDADANIA/PDT/PSB/AVANTE/SOLIDARIEDADE/PATRIOTA.

Passo a palavra ao Deputado Pastor Sargento Isidório, que falará como Líder, por 10 minutos.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo baiano e povo brasileiro, primeiro, eu quero parabenizar V.Exa., Presidente, pela condução dos trabalhos. São as mulheres ocupando seus espaços! Não é atrás nem ao lado de um bom homem que estão. Estão à frente! No meu caso, é a minha esposa, Elza.

Eu quero parabenizar o Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, que vem dando sequência aos trabalhos do Partido dos Trabalhadores no Estado, por Jaques Wagner, que devolveu a bandeira da paz e da democracia, e pelo grande Rui Costa, nosso Ministro da Casa Civil. Agora, como uma espécie de The Flash, um Governador acelerado, Jerônimo vai operando maravilhas no nosso Estado baiano.

A Operação Verão entregou 125 viaturas e 4 embarcações à Secretária de Segurança, investindo quase 30 milhões. Serão pagos aos policiais mais de milhões por plantões extras.

Nas estruturas da Polícia Civil e da Polícia Penal, foi feito um grande investimento, seja em armamentos, seja em equipamentos, seja em viaturas, sem falar na ampliação dos efetivos nas Polícia Militar, na Polícia Civil e na Polícia Penal.

O comando da Segurança Pública na Bahia está debaixo das bênçãos de Deus, com o Dr. Marcelo Werner, Secretário de Segurança Pública, e com nosso comandante, o Coronel Coutinho. Estão unidos, como Batman e Robin, pela paz, acompanhados pela nossa Delegada Chefe, uma Mulher-Maravilha, a Dra. Heloísa.

Na área da saúde, 48 ambulâncias foram entregues, como forma de renovar e ampliar a frota do SAMU na Bahia — 12 foram para a região de Vitória da Conquista.

Também foi aprovada, na ALBA, a lei que institui o Bahia sem Fome, um conjunto de ações que fortalecem o programa na cadeia alimentar. Foram aplicados mais de 300 milhões no Programa de Aquisição de Alimentos — PAA para as comunidades indígenas, bem como inovações para a agricultura familiar, apoio a projetos inovadores que desenvolvem novas tecnologias e o fortalecimento dos pequenos produtores rurais.

Algumas obras vão beneficiar os pequenos produtores; além da ampliação de mercados municipais; barracas de feira livres; novas unidades de processamento de derivados de mandioca. Novo crédito de programa do Governo, da ordem de mais de 35 milhões, foi investido na Bahia.

Houve, igualmente, a entrega de obras de contenção nas encostas de Salvador: a comunidade do Alto Peru recebeu 4 milhões e 300 mil, valor que beneficia cem famílias; na comunidade Saramandaia, 600 famílias serão beneficiadas por uma obra de mais de 15 milhões, somando-se 19 milhões para contenção de encostas. Serão beneficiadas 700 famílias.

Diversas entregas têm sido realizadas pelo nosso querido Governador, que vem entregando uma série de obras, com ações e a ampliação de adutoras, a inauguração de praças, reforma e ampliação de mercados municipais, reforma e construção de novas delegacias e reforma de barracas de feiras livres.

O Governador do Estado, nosso querido Jerônimo Rodrigues, vem fazendo muito com pouco dinheiro, com pouco recurso. Foi assim também, Sra. Presidente, que o Estado assinou, nesta semana, contrato com uma empresa canadense para dobrar a produção de energia solar na Bahia. O Governador Jerônimo assinou um acordo com a Homerun Brasil Mineração Ltda., subsidiária de uma empresa canadense, para construir as áreas da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, dirigida pelo nosso querido Prof. Dr. Henrique Carballal, geólogo que vai colocar a mineração do nosso Estado em posição de destaque nacional.

Em Ilhéus, o Governador inaugurou a Policlínica Regional e a Unidade Básica de Saúde. A policlínica está localizada na Rodovia Jorge Amado. Seis vans e seis micro-ônibus foram entregues, para atender à população que utilizará os serviços da policlínica. Trata-se de um investimento de quase 39 milhões reais para atender a 370 mil pessoas.

O Governo do Estado entregou nova escola e aeródromos em cidades, entre os quais o Centro Territorial de Educação Profissional — CETEP, laboratórios, teatros, quadras desportivas, restaurante estudantil, piscina semiolímpica. O investimento foi de mais de 36 milhões de reais, através da Secretaria de Educação.

O Governo da Bahia também já licitou a construção do Hospital Regional de Jacobina, que irá atender a todo o Município, no centro-norte da Bahia, por meio de 120 milhões para as obras da unidade de saúde. O hospital contará com 142 leitos,

centros cirúrgicos e obstétricos, salas de tomografia, Raios X, ultrassonografia, endoscopia, laboratórios patológicos, entre outros. A Bahia segue, portanto, avançando ainda mais, sob a liderança deste grande Governador, que já gastou mais de 7 bilhões e 450 milhões em obras e ações que atendem diretamente às demandas da população em todo o território baiano. O valor registrado supera a média dos últimos 4 anos.

Deste modo, Sra. Presidente, quero parabenizar o Governador e sua equipe, bem como o pessoal das Secretarias de Educação, da Secretaria de Saúde e de Segurança Pública que lideram em recursos com quase 4 bilhões. Temos também o desembolso de investimentos em áreas de infraestrutura no valor de 3 bilhões e 290 milhões. O Governo entrega novos equipamentos e armamentos, de modo a fortalecer o trabalho das unidades prisionais na Bahia. Por isso, nós estamos alegres com a conduta muito ágil do nosso querido Governador.

Sra. Presidente, eu não poderia deixar de parabenizar nosso querido Ministro da Justiça, Flávio Dino, pelo belíssimo debate feito hoje, em que ele enfrentou alguns leões que, equivocadamente sobre sua conduta, trazem histórias de *fake news*. Aquele grande homem, varão valoroso abençoado por Deus, foi aprovado hoje para assumir vaga no Supremo Tribunal Federal, órgão que merece nosso respeito, nosso apoio, já que é um dos mais importantes Poderes da nossa Nação.

Nós estamos alegres com a ida de Dino para o Supremo, pois lá, junto ao nosso querido Ministro Xandão, nosso "Dr. Democracia", e aos demais integrantes daquele Poder, vai manter nosso Brasil democrático, pacífico, com justiça social e amor ao próximo.

Quero aproveitar este momento para dizer que a segurança pública é muito importante para nossa Nação. Agora que nosso Ministro Dino, que cuidou bem da Justiça e da segurança, passa a Ministro do STF, peço ao nosso Presidente Lula que devolva o Ministério da Justiça, que Bolsonaro tirou, para dar mais poderes e mais condições de trabalho aos policiais militares, civis e penais. A segurança pública precisa deste Ministério para fortalecer, federalizar e agir com um canal de repasse de verba e melhorar o pagamento aos policiais, porque os Governadores, com o pouco percentual do imposto que fica em seus Estados, não têm como pagar o salário devido e necessário a esses policiais.

Portanto, trazer de volta o Ministério de Segurança Pública significa criar o caminho por onde o Governo Federal poderá colocar recurso nos Governos dos Estados e, deste modo, fazer justiça e pagar melhor aos bons profissionais da segurança pública.

Acredito no nosso Presidente, a quem peço, já que sou de sua base, que trabalhe e estude a possibilidade de devolver o Ministério de Segurança Pública, como forma de fazer justiça a todos os policiais, independentemente das corporações.

Que Deus continue abençoando não só S.Exa., mas também este Parlamento!

Desejo um bom fim de ano, um fim de ano feliz, a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de cores partidárias, de direita ou esquerda. Que todos tenham um fim de ano feliz, que o próximo ano venha em paz, sem *fake news* e com muita saúde para o Presidente Lula, a fim de que ele possa continuar pilotando o avião, dirigindo o barco da paz e da justiça social e pensando nos mais humildes que compõem nossa Nação.

Eu fui vitimado em votação na Bahia, porque não compreenderam por que eu estive com o Presidente, por que eu apoio o povo do PT, o povo que dizem que é comunista. É porque este povo, efetivamente, gosta dos mais humildes. Este povo, efetivamente, luta pelos mais necessitados. Este povo divide seu coração com aqueles que são necessitados em todas as pontas.

Portanto, que Deus continue com as mãos estendidas, abençoando o Parlamento e o povo brasileiro!

Um bom e feliz fim de ano e muita paz no próximo ano!

Vitória a todos!

Sra. Presidente, peço que minha fala seja divulgada pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Com o belíssimo pronunciamento do Deputado Pastor Sargento Isidório, vamos concluir esta sessão, antes, porém, agradecendo aos colegas, como o Deputado Tarcísio Motta, aqui ao meu lado, e à Assessoria Técnica e Legislativa da Câmara, que também está trabalhando nesta quarta-feira.

Quero, neste momento de finalização, cumprimentar o Senado Federal pela importante decisão tomada hoje, quando conduz ao Supremo Tribunal Federal o ex-Ministro da Justiça e Segurança e também Senador da República, além de ex-Governador e ex-Deputado Federal desta Casa, Flávio Dino, que comporá o Supremo Tribunal Federal, certamente honrando as atribuições do Poder Judiciário brasileiro e protegendo a Constituição Federal, cuja atribuição fundamental é do próprio STF.

Além de cumprimentar o Ministro Flávio Dino, quero saudar o futuro Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, também escolhido pelo Senado Federal.

Nossos cumprimentos àquela Casa, o Senado; ao Dr. Paulo Gonet; ao Dr. Flávio Dino; e a todo o Brasil. Nós temos que, na nossa Nação, produzir a tranquilidade institucional e continuar trabalhando pelo desenvolvimento, pensando em um Brasil que supere as desigualdades e quaisquer ataques à democracia.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Permita-me também parabenizar o Desembargador Dr. Rotondano, nosso baiano que hoje foi aprovado como Conselheiro Nacional de Justiça.

Parabéns ao nosso Desembargador Dr. Rotondano!

Parabéns à Bahia!

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Está registrado o pronunciamento do Deputado Pastor Isidório.

ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário. Bloco/PT - RS) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 14 de dezembro, com horário e Ordem do Dia a serem divulgados ao Plenário nos termos regimentais.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 11 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA
LAURA CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
CÉLIO SILVEIRA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR.
DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
NETO CARLETTTO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR.
DEPUTADO JOÃO MAIA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**